



UNIALFA – CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO*

SENSU

MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

MARCOS NUNES LAUREANO

**A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA COMUNIDADE
RURAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA – EFAORI –, GOIÁS,
BRASIL**

**GOIÂNIA, AGOSTO
DE 2023**

UNIALFA – CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO*
SENSU
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

MARCOS NUNES LAUREANO

**A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA COMUNIDADE
RURAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA – EFAORI –, GOIÁS,
BRASIL**

Dissertação apresentada na qualificação do
Curso de Pós-graduação em Direito
Constitucional Econômico do Centro
Universitário Alves Faria – UNIALFA, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Direito Constitucional Econômico.

Orientador: Professor Dr. André Pereira Reinert
Tokarski

GOIÂNIA, AGOSTO
DE 2023

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

L378e

Laureano, Marcos Nunes.

A efetivação da função social da propriedade na comunidade rural da escola família agrícola de Orizona – Efaori –, Goiás, Brasil. / Marcos Nunes Laureano. – 2023.

114 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. André Pereira Reinert Tokarski.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional Econômico, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2023.

1. Escola Família Agrícola. 2. Função Social da Propriedade. 3. Análise Econômica. I. Tokarski, André Pereira Reinert. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 346.16

UNIALFA - CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO*
SENSU
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

**A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA COMUNIDADE
RURAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA – EFAORI –, GOIÁS,
BRASIL**

Dissertação apresentada na qualificação do Curso de Pós-graduação em Direito Constitucional Econômico do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, visando à obtenção do título de Mestre em Direito Constitucional Econômico.

Goiânia, 19 de agosto de 2023.

Componentes da banca examinadora:

André Pereira Reinert Tokarski
Professor Doutor (Orientador)

Luciano Rezende Moreira
Professor Doutor

Franciele Silva Cardoso
Professora Doutora

Em geral, para autorizar sobre um terreno qualquer o direito de primeiro ocupante, são necessárias as seguintes condições: primeiramente, que esse terreno ainda não se encontre habitado por ninguém; em segundo lugar, que apenas seja ocupada a área de que se tem necessidade para subsistir; em terceiro que tome posse dela, não em virtude de uma vã cerimônia, mas pelo trabalho e pela cultura, único sinal de propriedade que, à falta de títulos jurídicos, deve ser respeitado por outrem.

ROUSSEAU, *O Contrato Social*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha família: a minha mãe, Maristela Nunes Fernandes da Cruz, em primeiro lugar; ao meu pai, Valdeir Laureano da Cruz; a minha esposa, Nara Rúbia Bastos Laureano; a minha filha Marina Bastos Laureano; e ao meu irmão Rodrigo Nunes Laureano.

Agradeço de maneira grandiosa ainda ao meu Professor, o Dr. André Pereira Reinert Tokarski, a quem agradeço por demais as orientações sugeridas ao longo dessa jornada, e, principalmente, a gentileza de me acolher em momentos difíceis.

Agradeço também aos meus Professores do Mestrado, igualmente responsáveis pelo acúmulo de conhecimento ao longo desses anos.

Sem a presença de vocês, nada disso seria possível. A jornada é dura e árdua, mas se torna leve quando se sente o carinho de pessoas como vocês.

O meu muito obrigado a todos.

*A minha amada mãe, Maristela, defensora da EFAORI e
grande inspiradora deste trabalho.*

RESUMO

A função social da propriedade é um princípio constitucional da ordem econômica e princípio fundamental importância para a promoção da dignidade da pessoa humana em nosso Estado Democrático de Direito. Este trabalho é um estudo sobre a potencialidade de a Escola Família Agrícola de Orizona contribuir para a efetivação da função social da propriedade nas famílias proprietárias de pequenas áreas agrícolas cujos filhos estudam no estabelecimento de ensino em foco. Trata-se de uma escola de ensino médio profissionalizante situada na cidade de Orizona, Goiás, que pratica a pedagogia da alternância como método de ensino, característica esta que torna possível a prática de uma cultura agrícola sustentável nessas comunidades, em que se verifica o exercício prático da função social da propriedade. Isso é verificado nas atividades de campo realizadas com as famílias dos alunos, e está presente nas novas formas de se lidar com os animais, a terra e no próprio pensamento da comunidade. A função social da propriedade precisa ser solidificada, a fim de se primar pela vivência, de fato, e não só de direito, do princípio da ordem econômica. É preciso que a sociedade exercite esse princípio como forma de constituição de sua própria essência enquanto seres sociais. A EFAORI mostra que, por meio do direito à educação, isso pode ser possível.

Palavras-chave: Direito Constitucional Econômico. Análise Econômica do Direito. Função Social da Propriedade. Escola Família Agrícola.

ABSTRACT

The social function of property is a constitutional principle of the economic order and a principle of fundamental importance for the promotion of the dignity of the human person in our Democratic State of Law. This work is a study about the potential of the Escola Família Agrícola de Orizona to promote the effectiveness of the social function of property of families who own a small agricultural land whose children study in the educational institute in focus. It is a vocational high school located in the city of Orizona, Goiás, which practices the pedagogy of alternation as teaching method, a characteristic that makes possible the practice of a sustainable agricultural culture in these communities, in which the exercise of practice of the social function of property. This is verified in the farming activities carried out by the families of students and is present in the new ways of dealing with farmland animals, the soil, and the thinking of community people by itself. The social function of property needs to be solidified, in order to distinguish itself by phatic experience, and not just in law, as the principle of economic order. It is necessary that society prosecutes this principle as a way of constituting its own essence as social beings. EFAORI shows that, through the right to education, this can be possible.

Keywords: Economic Constitutional Law. Economic Analysis of Law. Social Function of Property. Agricultural Family School

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEB - Câmara da Educação Básica

CSRO - Centro Social Rural de Orizona

CF/88 - Constituição Brasileira de 1988

DOEC - Diretrizes Operacionais para a Educação no Campo

EFAORI - Escola Família Agrícola de Orizona

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

ONG - Organização Não-Governamental

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da Gestão Administrativa.....	48
FIGURA 2 – Pilares do Sistema CEFFA's.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CAPÍTULO 1: FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	18
1.1 A ORDEM ECONÔMICA NACIONAL.....	19
1.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO ESTADO SOCIAL DEMO- CRÁTICO.....	24
1.3 O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	36
3. CAPÍTULO 2: A ESCOLA AGRÍCOLA “FAMÍLIA AGRÍCOLA”	40
2.1 ESCOLAS AGRÍCOLAS.....	41
2.1.1 Gestão de Infraestrutura.....	44
2.1.2 Gestão Administrativa.....	46
2.1.3 Gestão Pedagógica.....	49
2.1.3.1 Pedagogia da Alternância.....	53
2.2 CULTURA AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL.....	59
2.2.1 Sustentabilidade.....	64
4. CAPÍTULO 3: EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA COMUNIDADE RURAL ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA, GOIÁS.....	68
3.1 CULTURA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	68
3.2 PRÁTICAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	73
3.2.1 Na Vida Escolar.....	73
3.2.2 Nas Vidas Familiares.....	78
3.2.3 Nas Empresas Familiares.....	80
3.3 TODOS CONECTADOS COM A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	87
5. CONCLUSÕES.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS.....	100

INTRODUÇÃO

O tempo, o espaço e as inovações tecnológicas fazem com que novos modos de vida se definam, fazendo com que adaptações sejam imprescindíveis para a perpetuação e manutenção das espécies. O mundo já não é mais o mesmo: nosso espaço vem mudando de forma rápida, fazendo com que novos tempos surjam e as pessoas precisem se adaptar de uma maneira muito urgente a essas novas mudanças. Como elemento propulsor dessas mudanças na sociedade, encontra-se a economia: é a partir dela que se formam as constituições e as relações sociais cotidianas. A história econômica das sociedades forma o ser social (MILTON SANTOS; SILVEIRA, 2021).

Vários são os exemplos de mudanças na sociedade possibilitadas por fatores econômicos. Mundialmente, pode-se citar, a título de exemplo, a luta pelo poderio econômico-político entre países, responsável, inclusive, pela atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia¹, ainda em desenvolvimento na data da elaboração desta dissertação, mas isso apenas retrata um fato que há muito ocorre, tanto que em nosso passado podemos lembrar do massacre indígena ocorrido com a invasão dos portugueses em nossas terras: uma luta por metais preciosos, terras e matéria-prima a ser destinados para a metrópole.

Desde os primórdios, percebe-se que a propriedade é um dos elementos econômicos que geram disputas, conflitos, ocupação e, por conseguinte, a imposição da força para sua conquista, mesmo sabendo que, a exemplo de Assis (2008), exista a afirmação de que a propriedade nasce junto com o indivíduo, quase como algo inato do ser humano.

Como elemento importante e escasso, a imensa maioria das pessoas é desprovida de propriedade, e o processo de surgimento da propriedade se dá por estágios, segundo Engels. Ele apresenta uma interessante periodização dos estágios de evolução das sociedades humanas em três fases: selvageria, barbárie e

¹ "Pensando na questão geopolítica e territorial, a história de formação da Ucrânia e a expansão do território russo ao longo dos séculos nos auxiliam também na compreensão do atual contexto na região. Durante a segunda metade do século XVIII, teve início a anexação de uma parte do território ucraniano pelo Império Russo, que se expandiu por diversas áreas a oeste e ao sul, o que inclui a península que corresponde à Crimeia. Após conquistar a sua independência, o país foi incorporado à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no ano de 1922." Veja mais sobre "Por que a Rússia invadiu a Ucrânia em 2022?" em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/por-que-a-russia-invadiu-a-ucrania-em-2022.htm>.

civilização, conforme a capacidade produtiva das “invenções e descobertas” e a localização histórica das formas correspondentes de agrupamento familiar humano e dos momentos de surgimento da propriedade privada e do Estado (ENGELS, 1984).

Engels identifica que, na passagem da selvageria para a barbárie, ao final do “comunismo primitivo”, nascem conjuntamente a opressão de classe, com o surgimento da propriedade privada, inclusive de outros homens na forma de escravos, e a opressão feminina com a subordinação da mulher ao direito paterno para garantir a transmissão de sua linhagem e propriedade (ENGELS, 1984, p. 47).

A partir dessa evolução histórica, não é sem razão que a função social da propriedade foi instituída como um princípio da ordem econômica e social, aparecendo pela primeira vez em nossa Constituição de 1934, como sucedânea dos debates da Constituição de Weimar (1919), Alemanha. Isso já demonstra uma preocupação com os direitos fundamentais de nossa Carta Magna (SARLET, 2019).

A ordem econômica de um país é o conjunto de normas, positivadas ou não, que regulam o comportamento dos agentes econômicos - pessoas jurídicas ou físicas que, através de suas ações orientam para o pleno funcionamento do sistema econômico: famílias, empresas, mercado e o Estado. Esses agentes econômicos possuem uma importância específica na economia de um país, sendo alguns relevantes para a demanda e outros para a oferta.

Neste sentido, percebe-se a importância da função social da propriedade para o crescimento e desenvolvimento de um país. Isso justifica a escolha pela referida temática neste estudo. É preciso se praticar a função social da propriedade em nossa sociedade, estimulando práticas econômicas que privilegiem a sua realização. É preciso políticas públicas que incentivem e ensinem as pessoas do campo, por exemplo, a porem em prática a função social da propriedade em suas comunidades. E mais ainda: a temática aqui desenvolvida serve para mostrar que o pequeno agricultor familiar pode ser o protagonista de sua vida na medida em que constrói a consciência de que é possível se viver de forma digna e dono do seu próprio meio de subsistência; é possível se aprender a produzir de forma sustentável, assumindo, assim, o empoderamento necessário para a transformação de suas vidas. E também que este é um direito comum a todos no âmbito rural.

É isso o que a Escola “Família Agrícola” vem fazendo em suas práticas pedagógicas ao longo dos anos. Trata-se de uma Escola de ensino médio que vem realizando práticas pedagógicas de incentivo à função social da propriedade como se

verá no último capítulo desta dissertação.

Neste sentido, esta dissertação busca analisar a seguinte problemática: como a EFAORI promove a efetivação da função social da propriedade nas pequenas propriedades das famílias em que vivem os alunos estudantes da Escola? Percebe-se que as famílias dos alunos da EFAORI vivenciam diariamente esse princípio da ordem econômica nacional, sendo auxiliados por profissionais da escola e pelos estudantes vinculados as suas respectivas famílias. Esses profissionais utilizam a pedagogia da alternância como método de ensino para alcançar esse objetivo. Este é, então, o objetivo geral deste trabalho: apresentar o trabalho realizado com foco em praticar a função social da propriedade nas pequenas propriedades familiares rurais da cidade de Orizona.

Tais práticas poderiam ser analisadas por outras Escolas técnicas rurais, ou mesmo nas universidades rurais do Brasil. Por meio do direito à educação do cidadão é possível se difundir esse princípio constitucional da ordem econômica que é a função social da propriedade.

Como objetivos específicos, têm-se: a) caracterizar a função social da propriedade como direito humano fundamental e igualmente um princípio da ordem econômica; b) descrever as práticas pedagógicas da Escola “Família Agrícola”, determinando sua infraestrutura, administração e pedagogia que conduzem os trabalhos no estabelecimento; c) avaliar a presença da função social da propriedade nas práticas econômicas das comunidades agrícolas das famílias cujos filhos são alunos da Escola “Família Agrícola” de Orizona, Goiás, Brasil.

Para tanto, esta dissertação está organizada de acordo com a seguinte estruturação: o primeiro capítulo aborda a questão da função social da propriedade como direito humano fundamental e princípio constitucional da ordem econômica. Para isso, tecem-se considerações sobre histórico e conceito a respeito da matéria. O segundo capítulo versa sobre a descrição sistemática da Escola “Família Agrícola”, apresentando a sua caracterização pedagógica, administrativa e de infraestrutura. Situam-se, ainda, as comunidades agrícolas vinculadas à escola, enfatizando-se a sua cultura agrícola sustentável.

O terceiro e último capítulo associa alguns dos principais elementos presentes na cultura agrícola sustentável das comunidades agrícolas vinculadas à Escola “Família Agrícola”, colocando em evidência as práticas de valorização da função social da propriedade. Acredita-se que essa estrutura seja suficiente para a devida

elucidação do fenômeno em tela.

As perspectivas teóricas que conduzirão o raciocínio lógico deste trabalho se organizam em categorias temáticas, como direito constitucional econômico, direitos reais sobre a coisa alheia e direito humano fundamental. Em Direito Constitucional Econômico, o estudioso José Afonso da Silva e Washington Peluzo Albino de Souza se mostra como principal. Sobre Direitos Reais sobre a Coisa Alheia, autores como Marcus Eduardo de Carvalho Dantas, Fábio Konder Comparato e Engels serão alguns dos principais nomes a serem citados neste estudo.

E sobre direito humano fundamental, Ingo Wolfgang Sarlet é o nome mais representativo presente nestes escritos. Sobre a Educação no Campo, tem-se Alexandre Leite Santos Silva e Érica Fernanda Justino e João Batista Begnami.

A caracterização metodológica desta pesquisa é definida da seguinte maneira: utiliza-se uma vertente metodológica qualitativa porque se analisam questões relativas à função social da propriedade como direito humano fundamental à sobrevivência das gerações atuais e futuras em meio ao desenvolvimento socioeconômico. Enfatiza-se uma análise crítica sobre a questão. Quanto ao método de abordagem, utiliza-se o dedutivo porque se parte de questões gerais, como a explicitação sobre a função social da propriedade. Faz-se uso do método de procedimento monográfico, uma vez que se realiza um estudo de caso sobre a Escola “Família Agrícola”.

No que pertine ao objetivo da pesquisa, tem-se a configuração de uma pesquisa descritiva-crítica. Há a intenção de se descrever práticas sociais das comunidades agrícolas vinculadas à referida Escola, no sentido de se analisar a presença da função social da propriedade em suas atividades e vivências diárias. E quanto ao procedimento técnico, a pesquisa se classifica como sendo bibliográfica e documental: a primeira porque aqui se utilizam obras remissivas e analíticas sobre o assunto em tela, com interpretações já produzidas por outros autores; e documental porque se analisam documentos da escola em foco no tocante às comunidades agrícolas a ela vinculada.

Dentre esses documentos colhidos, podem-se citar fotos e relatórios das visitas dos professores da EFAORI às propriedades das famílias dos alunos, o Projeto Pedagógico da Escola de 2022 e depoimentos na página da EFAORI nas redes sociais. Isto ainda faz com que se afirme que a técnica da documentação aqui priorizada seja a da documentação indireta, pela simples razão de se analisar o objeto de estudo de maneira distanciada do pesquisador, não havendo interação social com

ele.

Espera-se, assim, construir um estudo que possa fomentar, no circuito jurídico-acadêmico, as discussões sobre Direito Constitucional Econômico, especialmente no que tange à função social da propriedade e desenvolvimento socioeconômico, mormente quanto aos holofotes ofertados pela política de incentivo à agricultura familiar (Plano Safra 2023/24). Está-se longe da completude e finalização desses debates, uma vez também que se trata de um assunto mutável, que acompanha as transformações da sociedade. Todavia, sabe-se que se tem aqui um importante objeto de pesquisa para o aperfeiçoamento dos trabalhos que visem a construção de uma justiça social comprometida com as gerações atuais e futuras.

CAPÍTULO 1

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

cada um de nós possui duas almas. Uma exterior, que exibimos aos outros, e pela qual nos julgamos a nós mesmos, de fora para dentro. Outra interior, raramente exposta aos olhares externos, com a qual julgamos o mundo e a nós mesmos, de dentro para fora.
(Machado de Assis, *O espelho*)

Iniciamos este capítulo com Machado de Assis, aludindo a sua obra *O espelho*, porque é uma história que reflete, digamos assim, dois mundos dicotômicos em que estamos inseridos e que já fora, em tempos outrora, expressado em nossa evolução política da sociedade. O conto machadiano expressa a existência de duas almas, a que poderíamos chamar também de dois mundos, um visível, exterior, e mais solidário, e outro invisível, por ser interior, possivelmente mais egoísta ao que tudo parece.

Assim como o conto machadiano, o atual Estado Democrático de Direito também já gozou de visões distintas. Para fins desta dissertação partimos do movimento histórico iniciado com o Estado Liberal, que surgiu no século XVIII, passou pelo Estado Social e chegou às aspirações democráticas do fim século XIX e início do século XX. Trata-se de visões distintas que serão esclarecidas ao longo deste trabalho para que se tenha uma visão mais clara sobre o significado da função social da propriedade.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer o sentido do termo função social da propriedade. Comparato (2014, p. 75) esclarece que:

a noção de função, no sentido em que é empregado o termo nesta matéria, significa um poder, mais especificamente, o poder de dar ao objeto da propriedade destino determinado, de vinculá-lo a certo objetivo. O adjetivo social mostra que esse objetivo corresponde ao interesse coletivo e não ao interesse próprio do dominus-, o que não significa que não possa haver harmonização entre um e outro. Mas, de qualquer modo, se se está diante de um interesse coletivo, essa função social da propriedade corresponde a um poder-dever do proprietário, sancionável pela ordem jurídica.

Comparato (2014, p. 75) também relembra que:

A ideia de função social da propriedade entrou a fazer parte do Direito Positivo com a promulgação da primeira Constituição Republicana Alemã, em Weimar, em 1919. A disposição do art. 153 desse texto constitucional foi retomada *ipsis verbis* pela Constituição da República Federal da Alemanha, de 1949 (art. 14, 2.ª alínea): "A propriedade obriga. Seu uso deve, ao mesmo tempo, servir o interesse da coletividade." (*Eigentum verpflichtet. Sein Gebrauch soll zugleich dem Wohle der Allgemeinheit dienen.*)

A par destas citações iniciais, oportuno abordar questões introdutórias sobre a ordem econômica nacional, uma vez que a função social da propriedade é um de seus princípios.

1.1A ORDEM ECONÔMICA NACIONAL

Falar em função social da propriedade é, antes de tudo, abordar um dos princípios constitucionais da ordem econômica mais importantes para o instituto jurídico da propriedade. É preciso, então, definir-se a ordem econômica nacional, a fim de restar claro, logo após, o conceito de função social da propriedade. Para isso, Eros Grau (2023, p. 53) define ordem econômica como:

(...) o conjunto de normas que define, institucionalmente, um determinado modo de produção econômica. Assim, ordem econômica, parcela da ordem jurídica (mundo do dever ser), não é senão o conjunto de normas que institucionaliza uma determinada ordem econômica (mundo do ser).

Isso significa dizer que a ordem econômica é o conjunto de normas positivadas ou não, que regulam o comportamento dos agentes econômicos em uma sociedade. Vale lembrar que os agentes econômicos a que se refere aqui são as pessoas jurídicas ou físicas que, através de suas ações, contribuem para o pleno funcionamento do sistema econômico. Neste sentido, são agentes econômicos de

uma sociedade as famílias, as empresas, o mercado e o Estado. Cada um desses agentes econômicos possui uma importância específica na economia de um país, sendo alguns relevantes para a demanda e outros para a oferta (ULEN; COOTER, 2010).

Vale lembrar que essa inspiração veio da Constituição de Weimar. Segundo Sarlet (2019, p. 302):

os direitos fundamentais da CW — já como projeto constituinte — também já terão cumprido seu papel pelo simples fato de terem servido de inspiração direta e indireta para outras ordens constitucionais, no sentido da formatação de um Estado Social e Democrático de Direito, como possível resposta aos extremos de uma coletivização aguda e funcionalizante do indivíduo e, por outro lado, de uma economia livre de mercado descompromissada com padrões decentes de igualdade e liberdade material.

A Constituição brasileira de 1988 – CF/88 –, em seu art. 170, disciplina que a ordem econômica tem por fundamentos a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano. Assim, cada cidadão brasileiro, ou residente no país, pode participar do mercado sem a necessidade de autorização ou aprovação do Estado - ou seja, se você tem a possibilidade de estabelecer uma empresa, realizar práticas comerciais e negociar o preço que lhe for mais adequado para seu produto, deve isto ao princípio da livre iniciativa, respeitando, por óbvio a livre concorrência e o respeito ao consumidor (ULEN; COOTER, 2010).

O objetivo da ordem econômica, ainda com previsão no artigo supra, é a existência digna a todos e à justiça social. Todos têm o direito de gozar de uma existência digna e justa socialmente. Ninguém pode ser explorado economicamente, muito menos ao ponto de se privar de uma vida humana digna sob o ponto de vista social:

A associação entre liberalismo econômico e justiça social forma as bases do verdadeiro Estado Social. Do ponto de vista de uma economia periférica, como a brasileira, esse modelo busca garantir que o desenvolvimento econômico esteja necessariamente associado à concretização dos direitos da pessoa humana (TAVARES; GAMA, 2022, p. 32).

Tavares e Gama (2022) relembrem que a Constituição destina o título VII para introduzir a chamada Ordem Econômica e Financeira, trazendo, ainda, no capítulo I, os princípios constitucionais da atividade econômica: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Esses seriam, então, os fundamentos, finalidades e princípios da ordem econômica. E é nessa seara que reside o Direito Econômico. Trata-se de um ramo do Direito formado por normas jurídicas que regulam a produção e a circulação de produtos e serviços, com vista ao desenvolvimento econômico do país, principalmente no tocante ao controle do mercado interno, à luta e disputa lá estabelecida entre as empresas, bem como aos acertos e arranjos feitos para explorarem o mercado. A economia de um país possui regras naturais que não podem sofrer abuso do poder estatal no que se refere ao seu modo de acontecer (MARQUES; SANTOS, 2022).

O Direito Econômico debruça-se sobre os limites de intervenção do Estado na economia de um país. Vale lembrar que, quando se mencionam meios de intervenção do Estado na economia, consideram-se as privatizações, o fomento, as parcerias entre o setor Público e o Privado e a desregulamentação. Assim, o Estado estabelece políticas específicas - a exemplo da não taxação do IPVA de veículos elétricos em prol do incentivo à sustentabilidade -, coibindo condutas - como a proibição de formação de cartéis, lucros arbitrários e abusivos, concentração de renda -, e prevendo as formas de fiscalização, regulação e participação do Estado na atividade - a divisão de competências tributárias dos entes federativos, por exemplo - que são fiscalizadas pelos órgãos competentes com base nos fundamentos do Direito Econômico dentre outros (MARQUES; SANTOS, 2022).

O Direito Econômico foi nominal e positivamente incluído na Constituição Federal, em seu art. 24, inciso I, onde se aduz competir concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal legislar sobre o mesmo, respeitada a estrutura organizacional legislativa, como abaixo indicado:

Assim sendo, a União é competente para o estabelecimento de normas gerais (art. 24, § 1º), cabendo aos Estados a competência suplementar em tais casos (art. 24, § 2º). Em não havendo normas gerais sobre determinado tema, os Estados exercerão competência legislativa plena sob suas peculiaridades (art. 24, § 3º), sendo a eficácia da lei estadual suspensa quando da superveniência de lei federal (art. 24, § 4º) (SOUZA, 2017).

Sobre as origens do Direito Econômico:

Alguns autores consideram o Direito Econômico como surgido na década de vinte, quando, após a Primeira Guerra, as condições econômicas dos países e, conseqüentemente, de sua população estavam completamente desfavoráveis, chegando este desequilíbrio a culminar na famosa crise de 29. Alternativas foram-se criando para o contorno daquela instabilidade financeira e recessão por que se passava. Dentre elas surgiram as socializações, a reforma agrária, o controle de preços e de câmbios. Todas essas situações tratavam de questões econômicas, não tendo sido cabíveis em nenhum dos ramos do Direito vigente à época. Seu agrupamento, apesar de não codificado, teria originado o Direito Econômico (SOUZA, 2017).

O Direito Econômico representa um agrupamento de normas reguladoras que se denominam de institutos:

Trata-se da reunião de diversas normas que lidem, abordem, disponham sobre fatos concretos, reais, empíricos, interrelacionados entre si e que possuam alguma relevância jurídica. Através deste agrupamento de normas, cria-se uma sistematização das mesmas, de forma a facilitar sua compreensão como características de determinado ramo do Direito. Assim como as regras de Direito Econômico, os institutos funcionam como importante mecanismo no qual o intérprete da lei pode-se pautar para a complementação e enriquecimento do conhecimento, de forma a se obter uma hermenêutica fundamentada (SOUZA, 2017).

Podem-se citar como esses institutos: intervenção, repartição (políticas econômicas são traçadas de forma a se atribuir a cada componente da sociedade uma parte da riqueza criada - renda (ganho sem trabalho), salário, lucro, juros - ,

planejamento (elaboração da 'peça técnica' até a sua transformação em Lei do Plano. Por ele, o Estado estabelece suas metas e os meios para as atingir), produção (matéria-prima, trabalho, capital e organização), circulação (mercado, procura e oferta de bens e serviços, moeda, crédito e preços) e consumo (SOUZA, 2017).

Ainda existem as regras do Direito Econômico, que aqui se citam apenas para fins didáticos: equilíbrio, equivalência, recompensa, liberdade de ação, primazia da realidade social, interesse social, indexação, utilidade pública, oportunidade, razão, irreversibilidade e precaução.

Como princípios do Direito Econômico, e aqui não se confunda com os princípios da ordem econômica, tem-se: Princípio da Economicidade - o Estado deve focar suas políticas públicas de planejamento em atividades economicamente viáveis (art. 70; 3º, II; 170, caput e 174, caput, CF/88); e Princípio da Subsidiariedade - Ao Estado só é permitido atuar na Economia subsidiariamente - está relacionado à intervenção do Estado no domínio Econômico em sentido estrito (art. 173 da CF/88) (SOUZA, 1980). Vale lembrar que, no princípio da economicidade:

Muitas vezes, a solução mais vantajosa para a situação não se trata daquela mais lucrativa em termos financeiros, capitalistas. Tudo dependerá da finalidade que se busca atingir. Se se almeja, por exemplo, o alcance da instalação telefônica em meios rurais de difícil acesso, apesar de ser uma obra extremamente dispendiosa e de pouco retorno financeiro, em se concretizando tal meta, o objetivo social terá sido realizado, embora não sejam auferidos lucros em matéria de rendas e sim de benefícios para a população (SOUZA, 2017).

Nota-se uma:

necessidade de flexibilidade das normas de Direito Econômico face às diversas circunstâncias com que este se depara, ao longo da trajetória econômica de um país. Um mesmo fato em contextos distintos pode levar a decisões inteiramente contrárias, sem a ocorrência de qualquer contradição. Trata-se de simples ajuste ao dispositivo constitucional adequado para situações individualizadas, realizado pelo instrumento harmonizador da economicidade. (...) Essa 'maior vantagem' há de ser adequada aos objetivos constitucionalmente definidos. Permite, destarte, a opção mais justa ou recomendável, em política econômica,

a ser realizada pelo aplicador ou intérprete da norma, quando da realização concreta de situações hipoteticamente previstas. O ideal é que se consiga conciliar aquilo tomado como certo economicamente, com o considerado justo juridicamente. Em caso de incompatibilidade, deve prevalecer o justo. Afinal a 'linha de maior vantagem' é pautada em termos do 'valor justiça'. Restringe-se o arbítrio, o poder de decidir do aplicador, o qual se deve ater às disposições constitucionais e princípios hermenêuticos, preterindo-se qualquer subjetividade (SOUZA, 2017).

Observe-se a ponderação do princípio tomando-se como base, segundo Souza (2017), o fundamento e o objetivo da ordem econômica nacional vigente:

No caso brasileiro atual, a ideologia que se adotou com a Constituição Federal de 1988 foi a neo-liberal, isto é, conciliaram-se ditames puramente liberais com outros socializantes. Se se considerar a Constituição Federal de 1891, notar-se-á, claramente, a ideologia estritamente liberal da mesma (SOUZA, 2017).

Retome-se, a partir de então, à função social da propriedade.

1.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO ESTADO SOCIAL DEMOCRÁTICO

A função social da propriedade é uma categoria importante para a ampliação da atuação do Estado Social Democrático na sociedade, sobretudo acerca do instituto jurídico da propriedade. Não é sem razão que esta foi uma das preocupações fundamentais do contratualista Rousseau (2019, p. 23), que a concebia como sendo “a origem da desigualdade entre os homens”. Ele entendia que “o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (2019, p. 28).

A princípio, é relevante se explicar que, falar em função social na Constituição Federal do Brasil é se referir, em sua primazia, ao direito de propriedade. Isso porque, as vezes em que a função social aparece nesse texto legal, relaciona-se sempre com a propriedade, como bem observa Teizen Jr (2004). Ele lembra que a primeira citação está no inciso XXIII do artigo 5º, quando estabelece que a propriedade atenderá a sua

função social, sendo citada novamente nos artigos 170, III, 182, §2º, 185, parágrafo único, e 186, caput, todas tratando da propriedade.

No Código Civil brasileiro, em seu artigo 1.228, tem-se a definição da função social da propriedade:

O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. § 1º o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

A ideia de uma função social é:

o reconhecimento de que os interesses do titular daquele direito precisam se compatibilizar com os de outros cidadãos não proprietários, mas que, em um regime democrático, precisam do mesmo respeito e consideração por parte do sistema de direitos construído para a regulação da sociedade como um todo, e em igual medida (DANTAS, 2015, p. 29).

A antiga concepção sobre propriedade é, então, abandonada, para dar lugar a uma propriedade com um fim a cumprir, uma finalidade no plano civil, uma função social, uma destinação. Essa mudança de concepção se deve, sobretudo, à transformação, no plano político-econômico, da saída do Estado Liberal para o Estado Social.

Comparato (2014, p. 75) afirma que:

a classificação dos bens em produtivos e bens de consumo não se funda em sua natureza ou consistência, mas na destinação que se lhes dê. (...) A acumulação particular de terras agricultáveis para fins de especulação, ou a retenção de terras públicas do mesmo tipo sem utilização compatível com os interesses da coletividade representam manifesto abuso de propriedade.

E ainda:

É relevante o fato de que a Revolução Francesa foi levada a cabo principalmente pelas partes mais baixas do Terceiro Estado, ou seja, pelos camponeses pobres e então aliados à nascente burguesia. Não obstante, em um primeiro momento, os resultados da Revolução serviram unicamente aos burgueses, ou seja, aos comerciantes e aos proprietários de terras que viam no Estado de Polícia pré-revolucionário uma restrição completamente engessante da máxima realização de seus interesses. Realizada a Revolução, os burgueses cuidaram para que seus efeitos se restringissem a satisfazer seus anseios, mas não fossem a ponto de realizar o tipo de justiça social almejado pelo campesinato e pelos sans-culottes. As promessas que a sociedade liberal lhes havia feito de segurança, legalidade e solidariedade não se concretizaram e, já na primeira metade do século XIX, a pauperização das massas era notável (COMPARATO, 2001, p. 51).

Nota-se então que não foi o conceito de propriedade que se alterou ao longo dessa jornada, mas a sua finalidade e o seu papel na sociedade e para os interessados, como, em dado momento, à burguesia.

Carl Schmitt (1934, p. 145) afirma, assim, existir um verdadeiro:

Estado Burguês de Direito cuja Constituição corresponde aos ideais do individualismo da burguesia e contém em seu bojo uma escolha pela liberdade. Mas note-se: pela liberdade burguesa. Ou seja: pela liberdade contratual, pela liberdade de propriedade, de comércio e de indústria. Dessa liberdade burguesa existem duas consequências básicas presentes em todas as constituições liberais. São elas: (i) o princípio da distribuição, segundo o qual a liberdade do indivíduo é um dado anterior ao Estado, e, em princípio, ilimitada (ao revés, o poder do Estado de invadir a esfera de liberdades individuais está, em princípio, limitado – direitos fundamentais de liberdade); e (ii) o princípio da organização, cuja finalidade é pôr em prática o princípio da distribuição, de modo que o poder do Estado se divida em feixes de competência atribuídos a órgãos diferentes (separação de poderes). O Estado Burguês de Direito se caracteriza por uma ideologia de manutenção do status quo, de aversão à mudança. Sua finalidade é sua própria autocontenção, excetuadas apenas as hipóteses de ameaça à segurança individual. Qualquer ação política transformadora se encontra automaticamente fora desse espectro e, assim, fora do campo de legalidade.

Com vistas nessa mutação da destinação da propriedade, há uma migração do individualismo para o coletivo, característica do estado social. Nesta corrente mais social se pregava a intervenção do Estado na vida social e econômica: o Estado intervém na economia para garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos através da distribuição de renda e a prestação de serviços públicos como saúde e educação.

A principal característica do Estado de Bem-Estar Social é a defesa dos direitos dos cidadãos à saúde, educação, previdência, etc. Foi criado a partir do modelo do economista John Maynard Keynes (1883-1946), que rompe com a visão de livre-mercado em favor da intervenção estatal na economia. Desta maneira, o Estado de Bem-Estar Social defende a estatização de empresas em setores estratégicos, a criação de serviços públicos gratuitos e de qualidade. Para tanto, o Estado necessita interferir na economia, regulando-a para impedir monopólios, gerar emprego e renda, construindo infraestruturas. Por conseguinte, as jornadas de trabalho são de 8 horas, o trabalho infantil é proibido e os trabalhadores possuem direito a seguro-desemprego e à Previdência Social. O Estado de Bem-Estar Social é visto como uma forma de combate às desigualdades sociais, na medida que promove o acesso dos serviços públicos a toda população (SEN, 2019, p. 102).

No Estado de bem-estar social, todo indivíduo tem direito, em vida, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado ou indiretamente mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. São as chamadas prestações positivas ou direitos de segunda geração, “em que se inclui gratuidade e universalidade do acesso à educação, à assistência médica, ao auxílio ao desempregado, à aposentadoria, bem como à proteção maternal, à infantil e à senil” (COMPARATO, 2009, p. 23).

A mudança da estrutura econômica foi acompanhada de perto por uma mudança nos instrumentos jurídicos. Evidentemente que os antigos instrumentos jurídicos – a propriedade individual e o contrato – não mais serviam para lidar com as novas situações econômico-sociais. Assim, a propriedade individual dos meios de produção dá lugar à sociedade por ações e a liberdade contratual é limitada, principalmente no que toca ao contrato de trabalho. A total liberdade de contrato e de propriedade então vigente havia engendrado uma fase de capitalismo monopolista. Nesse momento, em fins do século XIX, surge nos Estados Unidos a legislação antitruste, que proíbe os

acordos de domínio de mercado numa tentativa de tentar manter o modelo natural de mercado propugnado pelo liberalismo clássico. Inegável que tal legislação é um reconhecimento de que a ordem econômica do Estado Liberal não era, ao fim e ao cabo, naturalmente autorregulável. Foi justamente essa tentativa de manter o modelo liberal que acabou por se tornar um dos principais fatores de sua superação. A admissão da necessidade de intervenção/regulação da economia pelo Estado ampliou os contornos da ordem liberal e deu margem, em um momento de ruptura, à passagem para um modelo de Estado que intervém na ordem social e econômica. A crise do modelo liberal foi engendradora dentro dele e, pior, foi uma tentativa de perpetuá-lo (MORAES, 2014, p. 274).

Reafirma-se, então, que houve uma passagem do Estado liberal para o Estado Intervencionista provocada pela própria estrutura do modelo liberal.

O Estado Social nascido no século XX como consequência do clamor das massas e dos desafios econômicos postos a seu cargo é o Estado Social Material, aquele modelo de Estado historicamente determinado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e que veio superar o neutralismo e o formalismo do Estado Liberal. O adjetivo “social”, dessa maneira, refere-se “à correção do individualismo clássico liberal pela afirmação dos chamados direitos sociais e realização de objetivos de justiça social” (SILVA, 1999, p. 119).

Vale notar que a guerra de 1914-1918 cobra do Estado a utilização de todo um arsenal jurídico para comandar a economia de modo a satisfazer suas necessidades bélicas. Surge então um método e ramo do Direito (BERCOVICI, 2009) que abrange o conjunto das técnicas jurídicas de que lança mão o Estado contemporâneo na realização de sua política econômica (COMPARATO, 2011, p. 22): nasce o Direito Econômico:

o Estado de Bem-Estar surge como uma nova adaptação do capitalismo à sociedade e, assim sendo, surge como uma necessidade do capital, que não mais podia sobreviver dentro do esquema de outrora (...). Por mais insinceras que as promessas inseridas nos textos constitucionais na forma de normas programáticas tenham sido, o progresso não só do Estado Social como do atual Estado Democrático de Direito repousa largamente na efetivação de tais promessas centradas na promoção democrática da igualdade material. A isso remontam os debates doutrinários a respeito da aplicabilidade e efetividade das normas constitucionais, das políticas públicas, da reserva do possível, do ativismo judicial e da separação de poderes. (MORAES, 2014, p. 276).

Sônia Miriam Draibe (1989, p. 25) apresenta um interessante esquema de modelos de Estado de Bem-Estar Social:

(i) o modelo residual, no qual a política social intervém ex-post, quando os meios “naturais” de auferição de renda para satisfação das necessidades falham; (ii) o modelo meritocrático-particularista, baseado na premissa de que todos devem estar aptos a prover suas próprias necessidades, por seu próprio mérito (neste modelo a política social intervém apenas para corrigir as ações do mercado, de modo que o sistema de bem-estar é simplesmente complementar às instituições econômicas); e (iii) o modelo institucional redistributivo, no qual o sistema de bem-estar é parte integrante da sociedade e volta-se à distribuição de bens “extramercado”, garantindo a todos acesso a esses bens nos critérios mais universalistas.

No Brasil, pode-se caracterizar esses modelos presentes da seguinte forma:

(...) a Previdência Social se amolda ao modelo meritocrático-particularista já que somente os contribuintes do sistema têm acesso a benefícios previdenciários (art. 201, caput, da Constituição Federal e arts. 10 a 16 da Lei 8.213/91). Isso significa que apenas aqueles indivíduos inseridos no mercado de trabalho farão jus a benefícios previdenciários e apenas em situações ou eventos nos quais o mercado não mais lhes garanta a subsistência (incisos I a V do art. 201 da Constituição Federal). Por outro lado, a assistência social é prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição (art. 203 da Constituição Federal, notadamente seu inciso V). Porém, a assistência atua apenas enquanto o indivíduo não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (arts. 20, caput, e 21, caput, da Lei 8.742/93). Trata-se de uma política emergencial, não redistributiva. Por isso representa uma manifestação do modelo residual de Estado de Bem-Estar. Por fim, serviços públicos marcados pela universalidade e pela gratuidade como nota característica, como a saúde (art. 196 da Constituição Federal) e a educação (arts. 208 e 213, §1º, da Constituição Federal), pertencem ao campo institucional-redistributivo (MORAES, 2014, p. 276).

Em razão disso, fala-se que se vive hoje um Estado Social de Direito como uma espécie de segunda fase do constitucionalismo moderno. Este é a incorporação de ideias liberais com outras sociais: “o cerne da questão é articular os direitos e liberdades individuais com os direitos sociais, de modo a “articular igualdade ‘jurídica’

(à partida) com igualdade social (à chegada) e segurança jurídica com segurança social” (MIRANDA, 1997, p. 96).

Por isso que Gierke (1904, p. 14) esclarece que o Direito Público deve estar alentado por um sopro do ideal de liberdade jurídico natural, e nosso Direito Privado tem que estar impregnado por uma gota de socialismo. O direito público corria o perigo de ser absorvido pelo direito privado, (...) o direito privado permanecia escravizado pela confusão com o público, mas era inteiramente social. Não havia Estado soberano, nem indivíduo algum soberano. O Estado permanecia absorvido nos indivíduos e nas infinitas divisões sociais (...) O indivíduo permaneceu encerrado na comunidade: e na família e na corporação desenvolveu sua vida inteira². Gierke, inspirado no direito histórico, passa a defender a propriedade privada, baseada na harmonia social e por um sentido social da propriedade.

A crise do petróleo, em 1973, contribuiu para o declínio das ideias de bem-estar social porque tornou a produção de bens industriais mais cara. Assim, as empresas estatais não conseguiram mais concorrer com as privadas e o dinheiro destinado a elas acabou sendo destinado para outros fins. Assim se inicia o neoliberalismo no Ocidente.

Assim, essas duas correntes filosóficas centrais geram funções do Estado distintas: o liberalismo difunde que o Estado possui poderes limitados na sociedade, pois as empresas devem reger a economia; e o estado social defende que o Estado deve concentrar os bens de produção e dominar a economia. Vale lembrar que essas funções do Estado estão considerando um Estado moderno, democrático e representativo.

² Texto original: “(...) debemos con todas nuestras fuerzas buscar y realizar la unidad por encima de la oposición. Nosotros no podemos romper con el gran pensamiento germánico de la unidad de todo Derecho, sien abandonar nuestro porvenir. Con esta idea, sera siempre incompatible um Derecho privado individualista. Necesitamos un Derecho publico que sea todo el Derecho; que establezca una relación de reciprocidad entre el todo mismo y sus partes, entre la comunidad más elevada y toda otra asociación más reducida, entre la comunidad y el individuo; que el Estado está saturado de él y lo limite, y que también aquí disfrute de la protección de una sentencia, donde falte la coacción; que aunque coloque en primer término los deberes para cone l todo; que conceda al más insignificante participación en el Estado; que parta de la necesidad y de la estabilidad de la vida común; en si embargo encierre en si la libertad. Pero Nosotros necesitamos también un Derecho privado en el cual viva, y palpite la idea de comunidad, a pesar de todo el respeto escrupuloso a la inviolable esfera del individuo. En una palabra: nuestro Derecho publico debe estar alentado por un sopro del ideal del libertad jurídico natural; y nuestro Derecho privado tiene que estar impregnado de una gota de socialismo.

Bonavides (2010) complementa que: para a teoria liberalista, o Estado tem funções e poderes limitados, devendo conservar os direitos naturais do homem, que são a vida, a liberdade e a propriedade. Ainda nesta teoria liberal, o Estado deve buscar a união dos grupos sociais, diminuindo os embates dos setores divergentes para evitar a desagregação da sociedade. Sua função é, portanto, a de alcançar a harmonia entre os grupos rivais, preservando o interesse do bem comum.

Na filosofia social, o Estado não é visto com um intercessor de grupos rivais, isto é, daqueles que protagonizam a luta de classes, conforme a terminologia de Marx. É sim uma instituição que interfere nessa luta de modo parcial, quase sempre tomando partido das classes sociais dominantes. Sua função é garantir o domínio de classe, assim se tornando uma instituição controlada pela classe mais poderosa, a classe dominante (PEREIRA, 2013).

Percebe-se, assim, que a função do Estado, seus fundamentos, sua atuação, dependerão de seu direcionamento político. E isso terá reflexos no entendimento sobre o direito constitucional econômico. Tepedino (2004) bem compreende que as premissas metodológicas do estado de bem-estar social representam a nova necessidade das pessoas, com novos parâmetros para a definição da ordem pública se afastando de valores patrimoniais e privilegiando os princípios da dignidade da pessoa humana e da justiça social.

Vale lembrar que o Estado Liberal vigorou por volta do século XVIII, “com a distinção entre a esfera das relações econômicas e a esfera das relações políticas, entre sociedade civil e Estado, havia nítida dicotomia entre o direito público e o direito privado” (FACCHINI NETO, 2003, p. 17). Nessa época, o direito público:

era um direito eminentemente governativo, que, através de Constituições liberais que eram verdadeiros códigos de direito público, disciplinava o Estado, sua estruturação e funcionamento, com confusão entre interesses do Governo e interesse da Administração, enquanto o direito privado, consubstanciado em código de direito privado redigido para regular a vida social como documento completo e único, era o ramo do direito que disciplinava a sociedade civil, as relações jurídicas entre os cidadãos e o mundo econômico, sob a concepção do individualismo, do liberalismo econômico e da propriedade privada absoluta, com exclusão de qualquer intervenção estatal (FACCHINI NETO, 2003, p. 17-18).

Jelinek (2006) explica que os códigos civis desse período eram chamados de constituições de direito privado. Eles estavam centrados na propriedade, com ênfase na propriedade imobiliária, com caráter absoluto e individualista, e na igualdade meramente formal: “as normas estatais protetoras do indivíduo buscavam apenas assegurar a liberdade econômica, protegendo o cidadão contra o próprio Estado” (FACCHINI NETO, 2003, p. 20). As limitações aos direitos subjetivos, quando existentes, eram somente aquelas necessárias para permitir a convivência social: “a ideologia jurídica predominante à época dispensava a interpretação sistemática do direito, pois o direito civil e o direito constitucional seguiam caminhos separados, cada um com seu próprio âmbito de incidência (FACCHINI NETO, 2003, p. 20).

A passagem do Estado Liberal para o Estado Social se deu com o reconhecimento da ocorrência da ampliação das desigualdades sociais e a necessidade de garantir os direitos individuais e os direitos sociais aos cidadãos:

O Estado, antes voltado a conferir eficácia à liberdade econômica, teve de assumir funções de regular as relações subjetivas e passou a intervir no processo econômico para estabelecer relações sociais mais justas, quer de forma direta, assumindo a gestão de determinados serviços sociais, quer de forma indireta, através da disciplina das relações privadas relacionadas ao comércio e de outras relações intersubjetivas que antes eram deixadas à livre autonomia privada. Ao contrário da não-intervenção reclamada pelos direitos individuais absolutos consagrados no Estado Liberal, ao Estado Social incumbe atuação pró-ativa no sentido de assegurar a fruição dos direitos individuais e sociais pelos destinatários, diante da qualificação de direitos prestacionais, que exigem, mais que a abstenção necessária ao respeito dos direitos-liberdade, também prestações estatais positivas para sua concretização (DUGUIT, 1975, p. 87).³

³ Texto original: “El Estado, antes centrado en hacer más efectiva la libertad económica, tuvo que asumir funciones de regulación de las relaciones subjetivas y pasó a intervenir en el proceso económico para establecer relaciones sociales más justas, bien directamente, asumiendo la gestión de determinados servicios sociales, bien indirectamente, a través de la disciplina de las relaciones privadas relacionadas con el comercio y otras relaciones intersubjetivas que antes se dejaban a la libre autonomía privada. Contrariamente a la no intervención que exigen los derechos individuales absolutos consagrados en el Estado Liberal, al Estado Social le corresponde una acción proactiva en el sentido de asegurar el goce de los derechos individuales y sociales por parte de los perceptores, en vista de la calificación de los derechos de prestación. , que exigen, más que la abstención necesaria para respetar los derechos-libertades, así como beneficios estatales positivos para su realización”.

A teoria de Leon Duguit (1975) sobre o direito de propriedade revela que o caráter absoluto cedeu espaço a interesses da coletividade, fazendo com que até o Estado se submeta aos regramentos advindos da função social da propriedade. Em sua análise sobre a função social da propriedade, Duguit (2009, p. 102), reflete que:

a propriedade não tem mais um caráter absoluto e que nem o homem nem a coletividade têm direitos, mas cada indivíduo tem uma função a cumprir na sociedade. Estes seriam os fundamentos da regra de Direito que impõe deveres a todos, inclusive ao Estado.

A interação entre público e privado faz surgir práticas em que o Estado passa a se utilizar de institutos jurídicos do direito privado para estabelecer relações negociais com os particulares. Daí se origina a função social na propriedade privada, fenômeno jurídico que identifica uma coletividade com um bem particular:

O conceito jurídico de função social revolucionou a exegese jurídica de valores como liberdade e propriedade. (...) de acordo com a teoria da função social todo indivíduo tem o dever de desempenhar determinada atividade, de desenvolver da melhor forma possível sua individualidade física, intelectual e moral, para com isso cumprir sua função social. Transportando essa teoria para o campo patrimonial. A propriedade não tem mais um caráter absoluto e intangível e que o proprietário, pelo fato de possuir uma riqueza (propriedade), deve cumprir uma função social. Seus direitos de proprietário só estarão protegidos se ele cultivar a terra ou se não permitir a ruína de sua casa, caso contrário será legítima a intervenção do Estado no sentido de obrigar o cumprimento de sua função social (DUGUIT, 1975, p. 102-103).⁴

4 Texto original: “El concepto jurídico de función social revolucionó la exégesis jurídica de valores como la libertad y la propiedad. (...) según la teoría de la función social, todo individuo tiene el deber de realizar una determinada actividad, de desarrollar de la mejor manera posible su individualidad física, intelectual y moral, a fin de cumplir su función social. Transportar esta teoría al ámbito patrimonial. La propiedad ya no tiene un carácter absoluto e intangible y que el propietario, por el hecho de poseer riqueza (propiedad), debe cumplir una función social. Sólo se protegerá su derecho de propiedad si cultiva la tierra o si no permite que se arruine su casa, de lo contrario será legítima la intervención del Estado en el sentido de obligar al cumplimiento de su función social.”

Assim, a concepção jurídica de propriedade se adapta à nova realidade social econômica do século XX para existir enquanto cumpridora de uma função social. É a pura expressão da vontade coletiva influenciando as novas configurações dos institutos jurídicos dos novos tempos.

Jelinek (2006, p. 11-12) explica que:

De acordo com Duguit, um dos grandes defeitos da concepção individualista da propriedade residiria na ausência de preocupação com o exame da legitimidade das apropriações existentes de fato e com a determinação de seu fundamento. (...) Os códigos fundados no princípio individualista limitaram-se a fixar a afetação da riqueza a um fim individual, estabelecendo uma relação entre liberdade e propriedade: concedendo ao possuidor um direito subjetivo absoluto sobre o bem, poder-se-ia garantir a plenitude de sua autonomia individual. Esta concepção de propriedade-direito trazia ínsito o direito absoluto de estabelecer uma destinação ao bem, o direito absoluto com relação ao Poder Público, e o direito absoluto em relação ao tempo, justificando a sucessão de bens. Assim, podia o proprietário usar, gozar e dispor do bem da melhor forma que lhe aprouvesse, inclusive deixando as terras sem cultivo, imóveis urbanos desocupados ou não construídos. Contra esta posição do proprietário, o Poder Público nada poderia fazer senão estabelecer algumas restrições fundadas no poder de polícia ou, excepcionalmente, expropriar o bem mediante indenização.

Tratava-se, então, de uma visão que não mais se sustentava no mundo pós-guerra. A sociedade já possuía fortes evidências de sua interdependência social e principalmente de que o homem, em sociedade, não é um fim em si, mas um meio. Assim, a entrada do ideário de justiça social e dignidade da pessoa humana invadiram o instituto da propriedade.

Esse tipo de regulação do Estado sobre as relações sociais e econômicas passou a ter tal importância que foi elevada à dignidade constitucional, segundo entendimento de Facchini (2003, p. 29). Trata-se de trazer os princípios da dignidade da pessoa humana e da justiça social às relações econômicas do Estado, características essas que influenciam a Constituição Econômica.

A função social da propriedade atribui, então, um aspecto desvinculado da visão clássica de propriedade. Esta não é mais analisada como um algo individual, de característica absoluta, única. Passa a ser concebida de forma plural, coletiva, global, e por isso social e mais digna.

A isso se entende como tendo havido uma forte intervenção do interesse público e social dentro de um importante princípio da ordem econômica. Trata-se de uma interferência que se adentra, inclusive, na estrutura da Constituição Econômica do Estado. Tem-se, então, o princípio da justiça social e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana fazendo parte da Constituição.

Isso significa, segundo Sarlet (2018, p. 70):

temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida a cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida

A partir de então, a propriedade individual deveria satisfazer necessidades individuais e coletivas. Jelinek (2006, p. 12) nota que a grandiosidade do pensamento de Duguit reside na sua “adoção de uma concepção solidarista do Direito, em que o exercício dos direitos deve dirigir-se ao cumprimento de funções impostas pela solidariedade social”.

Isso explica o porquê de se estar aqui utilizando a denominação de dignidade da constituição econômica. Houve uma verdadeira socialização da constituição econômica, conferindo a ela a dignidade e a justiça social que o momento histórico exigia:

A expressão função social passa por uma ideia operacional, impondo ao proprietário não somente condutas negativas (abstenção, como não causar contaminação do solo), mas também positivas (obrigações de fazer, como de parcelar gleba de sua propriedade) (JELINEK, 2006, p. 22).

É importante lembrar que esse fenômeno de socialização da propriedade ocorreu na maioria das constituições no mundo: México, Alemanha, Itália, Chile etc.

As faculdades decorrentes do direito de propriedade não podem mais ser exercidas ilimitadamente no mundo, porque coexistem com direitos alheios e porque existem interesses públicos maiores no Estado Social. Trata-se do exercício do direito de propriedade de modo mais compatível com a utilidade social; não pode ser usada de modo nocivo ou contrário à utilidade social (JELINEK, 2006).

É importante se pensar, então, de que maneira a função social deve ser exercida a partir de então.

1.3 O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Melo (2019, p. 137) aborda a função social da propriedade da seguinte maneira:

a concepção da função social da terra surge da ideia de que esta é um bem comum da humanidade, indispensável à existência de todas as formas de vida e o abrigo para a manutenção de todos os povos e suas culturas. O seu cumprimento está condicionado à produtividade da terra, aproveitamento adequado e racional dos recursos naturais, observância da legislação trabalhista e preservação do meio ambiente, simultaneamente.

Neste sentido, a função social da propriedade exige do proprietário limitações e obrigações no exercício do domínio da propriedade (CHALHUB, 2014). Dentre as condutas limitativas, pode-se citar o fato de o proprietário não poder causar contaminação do solo, construir em áreas de reserva legal ou em áreas de preservação permanente: “Em relação a estas últimas, a limitação consiste na imodificabilidade, existindo restrição ao direito de construir, não meramente por interesse urbanístico, mas por razões ambientais e de equilíbrio ecológico” (JELINEK, 2006, p. 24).

Outro exemplo citado por Chalhuh (2014) de como se praticar a função social da propriedade reside na obrigação de fazer, como de parcelar gleba de sua propriedade. Ele lembra o próprio art. 182, §4º, da CF, que impõe aos proprietários a obrigação de construir ou aproveitar adequadamente a propriedade urbana, sob pena de parcelamento compulsório, imposto progressivo ou desapropriação.

Outras obrigações também se impõem ao proprietário, como o dever de dar à propriedade uma destinação que atenda aos fins sociais (cultivo da terra, parcelamento do solo para fins de moradia, etc.) – no caso de propriedades rurais –, ou mesmo fazendo-se cumprir o Plano Diretor do Município, que dá destinação específica a determinadas zonas ou áreas do Município, ou estabelece diretrizes para as construções – no caso de propriedades urbanas. Há ainda obrigações relativas à faculdade de construir, como a necessidade de adotar medidas de segurança contra incêndio ou de realização de compensações ambientais ou sociais (CHALHUB, 2014).

Todas essas diretrizes para o cumprimento da função social estão dispostas na Constituição:

Art. 182, § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

É interessante destacar que, como se observa nos exemplos acima, a função social em nenhum momento importa em supressão da propriedade privada, mas somente delimita o espaço em que o titular pode satisfazer seus interesses individuais. E o Estado impõe medidas drásticas, como a desapropriação do imóvel, em caso de descumprimento da função social da propriedade.

Percebe-se que:

a necessidade do cumprimento da função social pela propriedade (...) se evidencia na sua relevância enquanto meio de produção dos bens necessários à manutenção da humanidade e ao desenvolvimento socioeconômico de um país. Para tanto, a produção deve ser consciente e adequada, observando a conservação do meio ambiente e promovendo o progresso dos trabalhadores. A produtividade imediata não deve ser vista como único critério, deve-se buscar o

aproveitamento da terra respeitando seus limites de exploração para que não haja o esgotamento de seu potencial produtivo. A propriedade deve cumprir também a sua função ambiental, zelando pela defesa do meio ambiente e pela manutenção de seu equilíbrio. Por fim, devem ainda ser respeitadas as relações trabalhistas e ser promovido o bem estar dos trabalhadores. (MELO, 2019, p. 138).

Relacionando essas necessidades para a efetivação da função social da propriedade no Brasil com a nossa estrutura fundiária concentrada (OLIVEIRA, 2001), e com o avanço político, territorial e ideológico do latifúndio nos últimos anos, principalmente após a ascensão de Michel Temer à Presidência da República por meio do golpe parlamentar-jurídico-midiático (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018), nota-se que a efetivação da função social da propriedade é um exercício constante, que nunca encontrará um termo final.

Esse exercício constante se notabiliza pelo encontro de forças e ideologias, de um lado, o texto constitucional com seu olhar social e, de outro, a resiliência dos que levantam a bandeira da liberdade individual acima dos demais preceitos. A propósito a bancada ruralista do Congresso Nacional:

ganhou ainda mais espaço político e ações concretas para resguardar o latifúndio e manter a reforma agrária estagnada foram tomadas como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a repartição de suas atribuições entre o Ministério da Agricultura (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), acrescenta-se a isso [...] a edição de uma nova legislação sobre regularização fundiária (facilitando a legalização de processo de grilagem), titulação dos assentamentos rurais (acelerando a titulação definitiva e regularizando ocupações irregulares), seleção de beneficiários da reforma agrária (enfraquecendo os movimentos de luta pela terra e fortalecendo o poder municipal). (ALENTEJANO, 2018, p. 310 e 311).

Para Castilho (2018), a classe latifundiária conquistou abertura para a redução de direitos sociais conquistados até por meio da criminalização de movimentos socioterritoriais na tentativa de invisibilização e eliminação de camponeses, indígenas e quilombolas:

O resultado imediato dessa mudança de rota nas políticas de desenvolvimento agrário e rural foi um desmonte da estrutura

institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas que estavam em curso desde o momento de criação do MDA. Além disso, verifica-se a paralisação de outras ações que estavam sendo implementadas nas diversas áreas de atuação do referido ministério, bem como a suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros já garantidos no Plano Safra da Agricultura Familiar para 2016- 2017 (MATTEI, 2018, p. 298).

Diante desse panorama, pensar acerca da função social da propriedade “é imprescindível em tempos de investidas da classe latifundiária contra a reforma agrária e demarcação de terras, bem como na desestruturação da legislação trabalhista e ambiental” (MELO, 2019, p. 138):

Não há como afastar do cumprimento da função social da propriedade rural questões sociais e econômicas; ou seja, deve o proprietário da terra exercer sua atividade de forma que garanta o desenvolvimento econômico e social de sua região. E não só isso, além do dever de promoção do desenvolvimento social e econômico, o proprietário da terra tem por obrigação proteger sua região com o exercício responsável da propriedade rural, social e ambiental (BARROS, 2008, p. 64).

Desta feita, a função social da propriedade é uma das ferramentas importantes eleitas pelo Constituinte, e sua visão social, para impulsionar a regular utilização da propriedade rural, em especial para blindar a pequena e média propriedade, reconhecendo que para além de aspectos econômicos, o uso da terra deve voltar seus olhos para o respeito para com as futuras gerações, que tem o mesmo direito daqueles que agora exploram o potencial produtivo.

Em outras palavras, a constituição federal deu pluralidade ao exercício individual de propriedade, limitando-o para que a exploração em excesso não se traduza em escassez para a posteridade.

Nessa medida, ensinar a geração que amanhã ocupará o posto de proprietário rural sobre o cumprimento da função social é essencial e faz parte do escopo das Escolas Agrícolas, como passaremos a demonstrar.

CAPÍTULO 2

A ESCOLA AGRÍCOLA “FAMÍLIA AGRÍCOLA”

O Centro Social Rural de Orizona/Escola Família Agrícola de Orizona, é uma escola agrícola localizada no Estado de Goiás, na cidade de Orizona. Para fins de esclarecimento, o Centro Social Rural de Orizona, denominado pela sigla CSRO, fora constituído em 23 de julho de 1960. Trata-se de uma associação civil de direito privado de caráter social, comprometida com a organização de desenvolvimento e defesa de direitos e de educação e pesquisa.

Uma associação civil é, segundo o Código Civil, uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros e dotadas de personalidade distinta de seus componentes. Com a aquisição da personalidade jurídica a associação passará a ser sujeito de direitos e obrigações. Em decorrência, cada um dos associados constituirá uma individualidade, e a associação uma outra, tendo cada um seus bens, direitos e obrigações, sendo que há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas (Lei 10.406 de 2002).

O CSRO possui foco na educação profissional de jovens do campo, com atividades na área de desenvolvimento/apoio rural e agrícola, e educação média de formação geral e técnica profissional. Ela é uma entidade mantenedora da Escola Família Agrícola de Orizona - EFAORI.

A EFAORI é um Centro Familiar de Formação por Alternância, ligada à Associação das Escolas Famílias Agrícolas, EFAs, no Estado de Goiás, e à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, de caráter público comunitário, mantida pelo CSRO desde o ano 1999 (ANEXO A). Tem como principal atividade a Educação Profissional na formação de jovens no Curso Técnico em Agropecuária de Nível Médio (PPP, 2022) e está engajada em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso.

Neste momento, faz-se necessário alguns esclarecimentos a respeito das escolas agrícolas.

2.1 ESCOLAS AGRÍCOLAS

A Câmara da Educação Básica – CEB, no cumprimento do estabelecido na Lei nº. 9131/95 e na Lei nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases – LDB –, sobretudo ao art. 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida no campo. Essas propostas estão sistematizadas no Parecer nº. 36/2001, organizado sob a forma de Diretrizes Operacionais para a Educação no Campo - DOEC.

Vale citar, inicialmente, o art. 28 da LDB, que aduz:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Nota-se uma preocupação com a educação no campo – denominada pela legislação brasileira de educação rural –, que deve ser valorizada e considerada no processo educativo. Por isso o surgimento da DOEC, cujos princípios são os de respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. A DOEC apresenta, logo em seu início, uma definição para a educação no campo:

(...) incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. Assim focalizada, a compreensão de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado

rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país (DOEC, 2001, p. 1).

Importante observar a fuga da ideia do campo como espaço “(...) de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país” (DOEC, 2001, p. 2). Representantes dos movimentos sociais, inclusive, buscam:

considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada (DOEC, 2001, p. 2).

Vale observar que o Brasil é um país de origem eminentemente agrária. Todavia, este fato não foi internalizado pelos textos constitucionais do Brasil. Isso evidencia, de certa forma, o descuido com a educação do campo e, sobretudo, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (FURTADO, 2019):

Neste aspecto, não se pode perder de vista que o ensino desenvolvido durante o período colonial, ancorava-se nos princípios da Contra-Reforma, era alheio à vida da sociedade nascente e excluía os escravos, as mulheres e os agregados. Esse modelo que atendia os interesses da Metrópole sobreviveu, no Brasil, se não no seu todo, em boa parte, após a expulsão dos Jesuítas – 1759, mantendo-se a perspectiva do ensino voltado para as humanidades e as letras (SAVIANI, 2008, p. 13).

Nesse particular reside a importância das leis nº. 9131/95 e 9394/96 no destaque a educação do campo, somadas às pressões dos movimentos sociais da época:

nasce a tentativa de outro projeto de escolarização camponesa, intentando promover a autonomia, liberdade e assunção dos sujeitos do campo. Uma educação diferenciada para o campo, rompendo a dualidade e os estereótipos em que o rural é visto como arcaico, atrasado em relação ao urbano. Portanto, é uma política que nasce da luta, do sofrimento e da busca por uma educação que tornem sujeitos os homens, crianças e mulheres do campo – retirando-os dessa condição de assujeitados (...). Com este novo paradigma educacional, a concepção de Educação do Campo aliou-se com ideias que compreendem o rural como espaço de criação e diversidade, produtor de cultura, conhecimento, bem como modos de vida, e não mais relacionado com a ideia de atraso ou subserviência ao capital (ARROYO; CALDART; MOLINA; 2004, p. 45).

Silva et al (2020, p. 122) alertam, assim, para a tentativa de se:

construir uma educação ancorada em outros valores e dimensões da vida coletiva para além dos presentes na lógica capitalista, erguendo princípios que ampararam democraticamente as questões de gênero, sustentabilidade ambiental, relações raciais, infâncias e outros demarcadores para a equidade e solidariedade campesina.

Assim, as DOEC (2001, p. 5) mostram que a:

introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo.

Estavam inseridos nesses debates “a preocupação das diferentes forças econômicas, sociais e políticas com as significativas alterações constatadas no comportamento migratório da população” (DOEC, 2001, p.6).

O atual Plano Nacional de Educação – PNE – aprovado pela Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, requer ainda um tratamento especial para a escola rural e prevê em seus objetivos e metas formas flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando as especificidades do alunado e as exigências do meio.

Com vistas nisso, as escolas agrícolas surgem para fazer cumprir a legislação brasileira e a necessidade de aperfeiçoamento da cidadania dos moradores de áreas rurais (ANEXO B). A Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI – é guiada por essas diretrizes e segue uma abordagem educacional voltada para uma perspectiva que identifica, no espaço local, o lugar de encontro entre o rural e o urbano. Este direcionamento segue o pensamento de Wanderley e Richardson (1984, p. 46), no sentido de entender que:

as especificidades se manifestam no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, desenhando uma rede de relações recíprocas que reiteram e viabilizam as particularidades dos citados pólos. E, neste particular, o campo hoje não é sinônimo de agricultura ou de pecuária. Há traços do mundo urbano que passam a ser incorporados no modo de vida rural, assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente. Assim sendo, a inteligência sobre o campo é também a inteligência sobre o modo de produzir as condições de existência em nosso país.

Antes de se adentrar nessa caracterização pedagógica, conheça-se a Escola Família Agrícola de Orizona sob o ponto de vista de sua gestão de infraestrutura, administrativa e pedagógica ao final.

2.1.1 Gestão de Infraestrutura

O município de Orizona (GO) está localizado na região Centro-Oeste do Brasil e na região Sudeste do Estado de Goiás. Possui uma área de 1.972,8884km². Apresenta uma altitude média de 806m, a latitude de 17°01'53", a 17°20'00" Sul e longitude de 48°17'45" a 48 20'00" Oeste. Localiza-se na microrregião geográfica da estrada de ferro, fazendo divisa com os municípios de: Luziânia (Nordeste), Silvânia (Norte), Vianópolis (Noroeste), Pires do Rio (Sudoeste), Ipameri (Sudeste) e Urutaí (Sul) (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE, a população de Orizona (GO), em 2022, era de 16.399 habitantes, e a estimativa é que a população urbana corresponda a 55,84% e a rural a 44,16% pessoas, o que implica uma densidade demográfica de 8,32 hab/km²

enquanto a média do estado é de 21,18 hab/km². Acrescenta-se, ainda, o predomínio de uma população jovem com menos de 40 anos.

Quanto aos aspectos geoambientais, o município possui uma regularidade anual de chuvas, abundância em recursos hídricos e topografia plana com áreas de chapadões por quase todo município, o que acabou favorecendo a inserção dessa região ao processo de modernização da agricultura.

O município de Orizona (GO), desde sua origem até os dias atuais, tem no setor agropecuário um elemento de grande representatividade, até porque essa é a atividade que possibilitou a sustentação econômica do município. Mesmo situando-se em uma região de cerrado, com solos ácidos, a atividade agropecuária sempre se fez presente, marcada, inicialmente, pelo uso de técnicas rudimentares de cultivo.

A agropecuária ainda é a principal atividade econômica do município, com destaque para a pecuária leiteira, com uma produção anual de 113 milhões de litros (IBGE, 2010). A soja também ganhou destaque nos últimos anos, produzindo em 2020 120 mil toneladas. A produção familiar de gêneros agrícolas para consumo da família e venda do excedente na feira do produtor como, frango caipira, arroz, feijão, entre outras vem ganhando espaço. Observando o contexto deste município, desde a sua criação, com tendências agropecuárias, grande percentual de famílias vive no e do campo (AGROLINK, 2020).

A partir deste cenário, o CSRO, que é uma instituição de educação profissional, sócio-educacional, assistencial, filantrópica e sem fins econômicos, atua com a perspectiva de potencializar as características econômicas e sociais no município. É reconhecida como associação civil, de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópica e sem fins econômicos, constituída em 23 de junho de 1960, com o propósito de atender os menos favorecidos do meio rural.

A EFAORI é uma das mais importantes ferramentas desta atuação, consistindo em ambiente preparado com os pré-requisitos básicos para o atendimento de inclusão escolar rural. A EFAORI tem sede própria e está conveniada com a Secretaria de Estado da Educação, com parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Orizona, entre outras instituições.

O CSRO/EFAORI, inserido no contexto do Território Rural Estrada de Ferro, afirma sua opção preferencial pela educação profissional do campo, objetivando contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e solidário dessa territorialidade por se tratar de uma região predominantemente agropecuária, especialmente

constituída de famílias agricultoras. A realidade da Agricultura Familiar nos quatorze municípios que fazem parte do Território Rural Estrada de Ferro apresenta uma necessidade de educação profissional voltada especialmente para a população rural, conforme contemplado nos fundamentos da Educação do Campo.

Os espaços físicos da escola compreendem (Pavimentos/Construções): Salas de Aula; Sala de Apoio; Sala da Biblioteca; Casa da Administração; Cozinha; Refeitório; Dormitório Masculino; Dormitório Feminino; Olericultura; Casa de Processamento; Quadra Coberta; Casa de Ração; Avicultura; Suinocultura; Bovinocultura; Almoxarifado; Garagem e Residência da Família do Caseiro. Móveis, Utensílios e Equipamentos: todas as salas estão equipadas com móveis, utensílios e maquinários básicos para o funcionamento. Não há sala de informática, a escola possui um total de 27 microcomputadores, sendo 17 adquiridos por um Projeto/Parceria com TRIAS/CRESOL e 10 por meio de um projeto do Ministério da Agricultura, todos disponibilizados para uso comum de estudantes e professores e aulas de informática.

Alguns estudantes também possuem equipamentos/computadores de uso pessoal.

2.1.2 Gestão Administrativa

No ano de 1999, foi criada a Escola Família Agrícola de Orizona, com o intuito principal de proporcionar uma educação do campo de qualidade para jovens, filhas e filhos de pequenos produtores rurais, evitando assim o aumento do êxodo rural. A formação no Curso Técnico em Agropecuária de Nível Médio acontece na Escola Família Agrícola (EFA) pela proposta da Pedagogia da Alternância em regime de internato, sendo que os estudantes permanecem uma sessão de uma semana na escola e uma sessão de uma semana no meio socioprofissional (na propriedade familiar). Na sessão escola são aplicadas atividades presenciais, teóricas e práticas envolvendo as disciplinas e conteúdos da educação profissional e ensino médio. Na sessão família, levam para casa, para o meio socioprofissional, atividades de retorno ao meio para serem aplicadas, desenvolvidas na convivência da família (ANEXO D).

Essa dinâmica acontece mediante a utilização da metodologia da Ação x Reflexão X Ação, na Pedagogia da Alternância pela significação Observar X Refletir

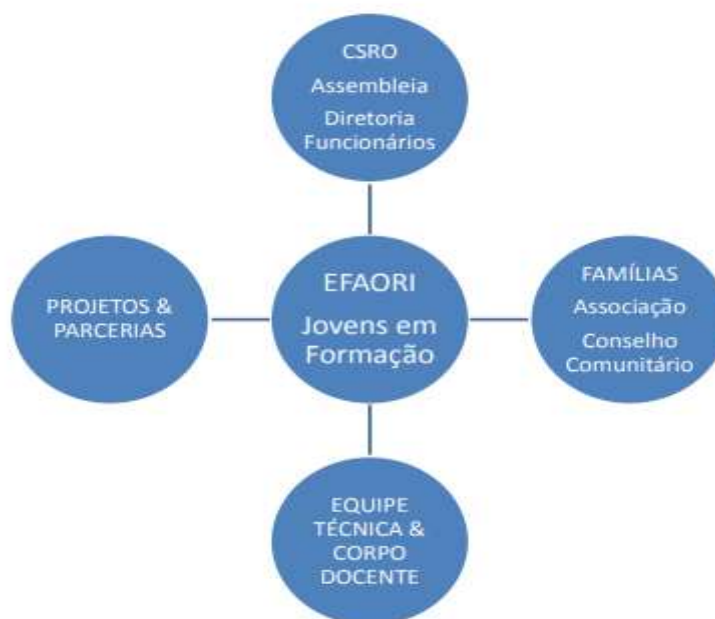
X Transformar em forma de educação contextualizada em um Plano de Formação por instrumentos pedagógicos específicos: Calendário da Alternância (sessão escola / sessão família), Disciplinas e Conteúdos da Base Comum e Diversificada, Plano de Estudos, Caderno de Acompanhamento da Alternância, Caderno da Realidade, Estágios, Intervenções Externas, Visitas e Viagens de Estudo, Serões de Estudo, Visita à Família, Tutoria (acompanhamento personalizado), Coletivos de Jovens, Projeto Profissional do Jovem (PPJ) (PPP, 2022).

Desde a sua fundação, a EFAORI já formou mais de 520 Técnicos em Agropecuária de Nível Médio e tem como pré-requisito para a certificação/diploma a exigência do cumprimento do Estágio Supervisionado e elaboração de um Projeto Profissional do Jovem (PPJ) feito a partir da realidade socioeconômica do jovem, sendo analisado e avaliado em banca de apresentação e defesa, com média da nota 60.

A propósito, conforme pode ser observado no anexo H, o PPJ é um importante instrumento na aplicação da teoria na propriedade rural. Ele é desenvolvido ao longo do curso para se buscar uma estruturação de idéias e inovações, contanto, inclusive, com plano de negócio para demonstrar tanto a visão social, quanto a visão produtiva/econômica.

Considera-se então que, sob o aspecto educacional, a atuação da EFAORI vem promovendo impactos na vida dos alunos, formando jovens e construindo oportunidades de permanência no campo e/ou em atividades profissionais ligadas às questões agropecuárias de modo geral, que contribuem para o desenvolvimento sustentável e solidário (PPP, 2022).

A figura abaixo bem ilustra a organização administrativa da escola aqui descrita:

FIGURA 1 – Organograma da Gestão Administrativa

Ativ

FONTE: PPP, 2022.

A estrutura supra possibilita a EFAORI elaborar metas necessárias ao seu fazer pedagógico. Isso porque, de acordo com o Regimento Interno e Estatuto Escolar da EFAORI, ela tem por campo funcional as atividades que visam proporcionar aos jovens do campo, através do sistema de Alternância e Regime de Internato, a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento da cidadania fundamentado nos valores da liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade, justiça, respeito à diversidade, competindo-lhe: I – ministrar Cursos Técnicos Profissionalizante de Nível Médio, integrado ou não ao Ensino Médio, cursos de extensão e por ventura, cursos superiores, com amparo e cumprimento dos dispositivos legais específicos, em especial o que dispõe os artigos 205 da Constituição Federal e 156 da Constituição Estadual; II – criar mecanismos que favoreçam seu próprio funcionamento como Unidade Educacional, num processo de aprendizagem participativa, vivenciada e responsável; III – assegurar a participação do jovem educando em atividades produtivas, em planejamento, produção vegetal, animal, agroindustrial e gestão, como componente do processo do ensino-aprendizagem; IV – trabalhar no preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e

vencer as dificuldades do meio; V – mobilizar as comunidades adjacentes à Escola para o intercâmbio de Tecnologia condizentes com suas realidades e formas coletivas de produção, visando a organização e a melhoria das mesmas, e também a melhoria dos níveis de produtividade e venda dos mesmos;

A seguir, veja-se a parte pedagógica que rege a EFAORI.

2.1.3 Gestão Pedagógica

As ações pedagógicas realizadas pela EFAORI priorizam soluções inovadoras e populares de solução dos conflitos do homem do campo. Acredita-se que isso pode ser feito se passando pelas etapas do planejamento, execução, fiscalização, monitoração e avaliação, a seguir descritas:

- 1) **planejamento** entre professores, equipe pedagógica, equipe administrativa e equipe de infraestrutura;
- 2) **execução** das atividades planejadas, a exemplo dos projetos pedagógicos emancipatórios pensados pelos professores, da implantação de tecnologias inovadoras de infraestrutura, e da prática de soluções administrativas viáveis;
- 3) **fiscalização** realizada por cada membro da comunidade escolar, fugindo-se da ideia de um único fiscal que apenas aponta os erros sem propor soluções colaborativas;
- 4) **monitoração** do processo com a realização correções e ajustes;
- 5) **avaliação** das ações emancipatórias realizadas, analisando-se os resultados alcançados e se refletindo sobre os porquês de alguns desses objetivos ainda precisarem ser melhor trabalhados.

As atividades elaboradas na EFAORI têm como base as competências e habilidades das áreas de Ciências Humanas, da Natureza, Linguagens e seus Códigos e Matemática do BNCC, buscando-se a interdisciplinaridade entre os saberes. Por meio dos resultados das avaliações que serão realizadas pelos

professores ao longo do processo de ensino-aprendizagem, é possível mapear o domínio dos estudantes nas habilidades, competências e proficiência por meio do preenchimento de fichas avaliativas individuais, a fim de se propor um planejamento pedagógico direcionado às necessidades de cada discente e turma.

Esse trabalho é feito para que se possa avaliar a qualidade do ensino-aprendizagem ofertado na Escola, bem como orientar as estratégias pedagógicas para o aperfeiçoamento do ensino no campo. Tudo isso está adaptado também para os alunos com necessidades especiais (PPP, 2022).

Espera-se, por meio desta organização pedagógica, que alunos aprendam a lidar com as mudanças inerentes à vida no campo, em especial saindo de suas lutas menos abalados do que o que se verificou na recente pandemia da Covid-19. Busca-se seres mais resilientes, almejando-se a formação de pessoas que difundam valores e consciência voltados à paz, solidariedade, igualdade, fraternidade, liberdade, dignidade, justiça, felicidade, amor, saúde, segurança e consciência ambiental.

Quer-se desenvolver nos alunos uma melhor compreensão do mundo, não só favorecendo o desenvolvimento autônomo de cada um, como também tornando-os aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. É estimulando uma formação ética, permeada pelos direitos humanos e o fortalecimento de valores sociais que se formam novas gerações mais preocupadas com as desigualdades sociais e solidárias uns com os outros (SARLET, 2018).

Os componentes curriculares sugeridos pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC - auxiliam nesse trabalho no sentido de fornecerem suas metodologias de raciocínio lógico necessários para a aquisição da aprendizagem pelos alunos. A área de Linguagens oferece o trato com diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, os educandos interagem, momento em que estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos, como o desenvolvimento do compromisso com os estudos, da esperança em um futuro melhor e da proatividade. Fornece a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo, constituindo práticas mais sistematizadas de formulação de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões (BNCC). Tudo isso com a finalidade de manter os alunos na escola e também estimular a vontade pelos estudos e consequente melhoria na aprendizagem.

A área de Matemática amplia a visão do aluno sobre a sua importância para a vida: ela não se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos – contagem, medição de objetos, grandezas – e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas. Também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. Ela cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não a fenômenos do mundo físico. Esses sistemas contêm ideias e objetos que estimulam a compreensão de fenômenos, a construção de representações significativas e argumentações consistentes nos mais variados contextos (BNCC).

A área de Ciências da Natureza desenvolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico) e, principalmente, de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. Para isso, há o desenvolvimento da capacidade de atuação sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania (BNCC).

Na área de Ciências Humanas, dentre as competências fundamentais para a construção do ideário da EFAORI, estão: compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos; analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo; identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social do campo; construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles; analisar a formação

de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder; contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global; analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades; reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos; participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC).

O mundo pandêmico decorrente da covid 19 trouxe muitos ensinamentos à sociedade: aprendeu-se que é preciso interagir uns com os outros e o quão importante é viver com uma mente e corpo saudáveis, vivendo sem excessos, perto da família e dos amigos. A população saiu dessa crise sanitário-econômica com muitos sofrimentos interiores, como a ansiedade e o medo. Esse cenário fez com que se percebesse a necessidade de se formar pessoas capacitadas para se reinventarem em momentos de grandes mudanças (MELO, 2021, p. 32). A EFAORI visa contribuir com essa mudança, a fim de se construir sociedades mais justas, pacíficas, tolerantes, inclusivas e emancipadas. Ela é uma escola busca a inclusão e não competição, por isso valoriza uma educação que prioriza valores, atitudes e habilidades que promovam o respeito mútuo e a coexistência pacífica (MELO, 2012, p. 78).

Por isso a EFAORI se inspira na pedagogia de Paulo Freire, com a Educação Popular. Ela busca despertar a esperança em dias melhores e confia que é com conhecimento que surgem cidadãos conscientes do que querem para suas vidas, sem perder tempo com hábitos desnecessários, como a violência, as drogas, o preconceito ou qualquer outra forma de infração aos direitos humanos e fundamentais. É com conhecimento que se luta pela garantia da dignidade das pessoas (FREIRE, 1992).

Em meio a todo esse pensamento educacional, reside a pedagogia da

alternância, metodologia esta bastante presente na EFAORI.

2.1.3.1 Pedagogia da Alternância

Para o desenvolvimento do processo formativo, a Escola Família Agrícola adota a Pedagogia da Alternância, empregando uma metodologia específica, através de uma alternância integrativa, onde a experiência, o trabalho e o estudo são momentos integrados, pois em ambos se aprende e eles se interagem de forma orgânica. A Pedagogia da Alternância consiste em dividir os espaços e tempos de formação entre escola e meio socioprofissional, entre a teoria e a prática, de modo integrativo, em que o processo de ensino e a aprendizagem partem da realidade onde os jovens são protagonistas da formação (FONSECA, 2008).

Na pedagogia da alternância, os alunos se tornam sujeitos históricos e sociais, exercendo papel ativo, com características próprias da sua idade e do contexto onde se inserem. Tornam-se, portanto, pessoas singulares em desenvolvimento, agentes e produtores da vida social (FONSECA, 2008). A partir dessa visão processual de formação (vivência, ensino e aprendizagem), na perspectiva da Pedagogia da Alternância, a Escola Família Agrícola de Orizona cria condições para que educadores, estudantes e suas famílias construam seu papel de produtores de saberes e conhecimento, com vistas a uma inserção comprometida com a realidade social.

Os princípios de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da EFAORI partem de valores democráticos, participativos, motivadores e criativos. É a peça chave do processo educativo, porque trata das finalidades e das metas, dá sentido e define a sua condução (FONSECA, 2008).

O PPP da EFAORI visa o desenvolvimento, a promoção, a responsabilização das pessoas e dos ambientes. Ele se desenvolve seguindo três princípios fundamentais: a) a utilização da alternância e seus instrumentos pedagógicos; b) a consideração da realidade de vida dos jovens como ponto de partida da formação; c) a participação das famílias no processo de formação (PINEAU, 1999).

A proposta pedagógica está organizada em uma linha progressiva no agrupamento dos estudantes por série no curso Técnico em Agropecuária de Nível

Médio com a preocupação de respeitar a fase e as características de cada turma, de modo que possam ser acolhidos em suas demandas singulares, em atenção à BNCC:

- Primeira série: início do processo de construção de sua identidade social em interações fora do âmbito familiar (origem e história de vida; o lugar onde vive o jovem, da estrutura familiar; da organização do trabalho e renda familiar; organizações sociais ligadas ao campo);
- Segunda série: nesta etapa o(a) jovem, por meio de situações significativas de aprendizagem, é capaz de apropriar-se de práticas e rotinas que possibilitam o desenvolvimento de competências já adquiridas e da aprendizagem de conteúdos técnicos de maior abrangência (o meio, território; produção e economia local; mercado; créditos; políticas públicas, modelos de produção e inserção do jovem no mercado de trabalho – definição do tema do PPJ);
- Terceira série: no terceiro ano de vivência e formação em alternância, na EFA e no meio (família, comunidade), o(a) jovem passa a elaborar conceitos que envolvem níveis crescentes de abstração e complexidade e a exercer o seu papel de estudante de forma mais autônoma. Torna-se mais questionador e crítico, estabelece hipóteses, coordena grupos, amplia sua compreensão da realidade, percebe que é necessário dedicar tempo e esforço cognitivo para realizar determinadas tarefas e alcançar as metas traçadas, estabelecendo um plano de trabalho.

A discussão dos acontecimentos culturais, políticos, econômicos, tecnológicos e ecológicos referentes a contextos próximos e distantes, transita pelos aspectos teóricos e práticos e com um olhar amplo, é capaz de elaborar um projeto para sua atuação profissional e social. Portanto, buscando atender às singularidades dos(as) estudantes e suas famílias, a visão pedagógica da EFAORI alicerça-se em uma concepção educativa dinâmica, em que os estudantes e as famílias são protagonistas e construtores de saberes, portadores de direitos, necessidades e deveres; são motivados a participar ativamente do processo de aprendizagem e a interagir, de forma responsável, com a coletividade (PINEAU, 1999).

As proposições da Educação do Campo e os princípios filosóficos assumidos pela Escola Família Agrícola pressupõem o desenvolvimento de uma proposta

pedagógica que possibilite uma organização dos conteúdos, tempos e espaços da formação sintonizados. Nesta perspectiva, a alternância é a estratégia pedagógica central, pelas possibilidades de focalizar o processo formativo a partir da realidade de vida dos estudantes e do seu potencial de atuação profissional como protagonistas de mudanças para o desenvolvimento sustentável e solidário, numa dinâmica de inclusão e valorização dos diferentes saberes presentes nessas realidades (QUEIROZ, 2006).

O currículo dos Centros Familiares de Formação por Alternância é representado num Plano de Formação definido por Caldart (2004) como uma representação gráfica do programa de formação. Reúne a dinâmica interdisciplinar e transversal da organização dos conteúdos curriculares aliados a temas geradores e Planos de Estudos distribuídos no tempo de formação - ou seja, o tempo que envolve estadias no meio socioprofissional e no meio escolar no centro de formação.

O Plano de Formação, na Pedagogia da Alternância, inter-relaciona com o Plano de Curso. Estes integram, no decurso do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, outros elementos constitutivos de sua estrutura pedagógica. O Plano de Formação representa uma estratégia de organização das alternâncias. É através dele que se articulam, de forma mais coerente, os espaços e tempos de estudo na escola com os espaços e tempos na família, comunidade, enfim, no meio sócio-profissional (GIMONET, 2007).

O Plano de Formação, de acordo com Gimonet (2007) integra os saberes dos diferentes sujeitos que contribuem para o processo e procura articular os conteúdos do programa oficial com os temas geradores. Estes temas são definidos coletivamente pela família e monitores, no início do ano letivo por meio de uma pesquisa participativa. Depois de definidos os temas geradores por série, compete aos professores/monitores realizar a articulação com os conteúdos previstos para cada disciplina do Ensino Médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Ementa do Curso Técnico em Agropecuária. A utilização dos temas geradores dos Planos de Estudo é uma “apropriação” que a Pedagogia da Alternância brasileira faz do método Paulo Freire (1980):

os temas geradores podem situar-se em círculos concêntricos que vão do geral ao particular. A unidade histórica mais ampla compreende um conjunto diversificado de unidades e subunidades (continentes, regionais, nacionais, etc.) e comporta temas de tipo universal (FREIRE, 1980, p. 30).

A metodologia é colocada em prática pela utilização de instrumentos pedagógicos específicos da pedagogia da alternância que garantem a integração entre a realidade dos jovens e a realidade acadêmica. Entre eles, destaca-se o Plano de Estudo, que é o guia de todo o processo, podendo ser definido como o instrumento que de certa forma garante a metodologia integrativa. O Plano de Estudo consiste em um guia de orientação para a pesquisa e a experimentação. É construído a partir de temas geradores interligados a uma realidade e aos conteúdos gerais da formação (GIMONET, 2007).

A Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de Estudo na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento) (NOSELA, 2014).

Este método está implícito na proposta de Jean Piaget (1980), “fazer para compreender”, ou seja, primeiro praticar, para depois teorizar sobre a prática. O princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o(a) educando(a) e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação – reflexão – ação ou, prática – teoria – prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida.

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em base científica (reflexão); e, por fim, retorna-se à família e à comunidade, a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agropecuárias) ou na inserção em determinados movimentos sociais (GIMONET, 2007). Gimonet (2007, p. 122) completa que:

A Pedagogia da Alternância é uma pedagogia da complexidade, porque ela quer contemplar finalidades ambiciosas; ela nega os isolamentos, as simplificações e os reducionismos; é uma pedagogia da relação, da interface; tece elos e relações humanas, ela simplifica uma cooperação, uma parceria; permite viver uma aprendizagem em continuidade (experenciais e científico-prático e teórico-profissionais e gerais...). Os CEFFAs enunciam duas finalidades em interação, 1º finalidade - A da educação, da formação e da orientação dos adolescentes, a fim de permitir-lhes a uma inserção social, profissional

e, além disso, cultural. Educar e formar significa o desenvolvimento global - integral da pessoa em todas as suas dimensões (intelectuais, físicas, afetivas, sociais, relacionais, culturais, espirituais...). Orientar significa ajudar cada um a definir-se, a encontrar o seu caminho. 2º finalidade - O desenvolvimento dos territórios onde se encontram os jovens, essa noção de desenvolvimento é ampla porque ela compreende de vez o econômico, o meio ambiente e o humano.

Neste caso a formação toma um sentido diferente do que somente a preparação do diploma: a formação se inscreve num contexto e é portadora de uma dimensão de cidadania e de solidariedade. Dessa forma, a Pedagogia da Alternância propõe uma formação integral que respeita as dimensões da pessoa, formando cidadãos autônomos, com consciência crítica e solidária que constituem a base do desenvolvimento pessoal e comunitário.

Para atingir os seus objetivos, esse modelo de educação, além de ter como meio uma pedagogia apropriada, conta com a participação das famílias na responsabilidade de condução dos CEFFAs, por meio da associação de famílias.

Em meio ao exposto, o objetivo geral da escola se resume a elevar o ensino e a aprendizagem na Escola, implantando práticas de gestão pedagógica, participativa, de pessoas e liderança, e de infraestrutura emancipatórias e humanizadas, para a promoção de atitudes e consciências inovadoras, criativas e populares pelo uso da pedagogia da alternância (PPP, 2022).

As avaliações na Escola Família Agrícola de Orizona são contínuas e formativas, levando em conta todo o processo de ensino aprendizagem, escola/família. A vivência representa uma aprendizagem contínua, assim necessita de instrumentos adequados que permitam avaliar o desenvolvimento do estudante nas novas atitudes, suas relações práticas no momento em que passa no meio familiar e no meio escolar, permitindo apreender sua capacidade de expressão, aquisição de novos conhecimentos, em nível intelectual/humano/social e de aplicação prática. Os Blocos avaliativos estão assim distribuídos:

Bloco I – Dos aspectos auto-avaliativos: Auto-avaliação e desenvolvimento do meio.
a) Total de Pontos: 0 a 1,0 b) Com a participação da família o estudante se avaliará observando o seu compromisso com os diversos aspectos da formação na EFA, instrumentos de mediação pedagógica e atividades teóricas e práticas.

Bloco II – Dos aspectos qualitativos: Formação integral, compromisso e instrumentos de mediação pedagógica – Tutoria 1,0 a) Total de Pontos: 0 a 1,0 b) O tutor avalia todos os aspectos que envolvem a formação integral, como: compromisso do estudante com realização das atividades teóricas e práticas e instrumentos de mediação pedagógica.

Bloco III – Dos aspectos dos instrumentos de mediação pedagógica (Formação Integral e Desenvolvimento do Meio) a) Total de Pontos: 0 a 1,0 b) A equipe pedagógica, através do conselho de classe observando os aspectos trazidos nos demais blocos de avaliação consolida a de nota de 0 a 1(ponto) e emite um parecer bimestral sobre o desempenho do estudante.

Bloco IV – Dos aspectos quantitativos – Provas, testes seminários, trabalhos avaliativos a) Total de Pontos: 0 a 7,0 b) Os professores avaliam especialmente as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes através dos componentes curriculares.

Vale mencionar ainda a formação dos monitores que atuam nas EFAs. Ela é inerente à Pedagogia da Alternância, pois, para se trabalhar em uma EFA, é necessário que o monitor faça primeiramente o que é chamado de Formação Inicial, onde ele é introduzido na Pedagogia da Alternância de modo que se aproprie dos princípios teóricos, filosóficos e metodológicos. Em serviço, acontecem as formações continuadas, momentos de estudo, debates, palestras, pesquisas sobre temas apontados/indicados pelos próprios monitores, a fim de melhorar a atuação, o trabalho e, as formações por área do conhecimento.

Através da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil/UNEFAB e da Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado de Goiás/AEFA-Goiás, também são oferecidas formações com fins de aperfeiçoamento de metodologias, compartilhamento de experiências, aprofundamento da proposta pedagógica, bem como atualização e aprimoramento das questões referentes ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária.

Existe ainda a proposta de trabalho com as famílias dos alunos. Desde a origem da alternância no processo formativo, foi destacada a participação das famílias tanto

no processo de ensino e aprendizagem quanto na gestão.

2.2 CULTURA AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

O processo de ensino, em sua estrutura e funcionamento, caracteriza-se como práxis, na qual teoria e prática se determinam e se completam, gerando juntamente com o objeto-sujeito desse processo, o estudante, um saber próprio para o exercício de sua ação sobre determinado objeto ou situação, visando à sua transformação. A Pedagogia adotada pela EFAORI vai ao encontro dos anseios da Comunidade, em especial eminentemente agrícola, pois fortalece os princípios do aprimoramento do jovem como pessoa humana, fortalece os laços de solidariedade e de tolerância recíproca, formação de valores, formação ética, desperta para o exercício da cidadania, compreende os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relaciona a teoria com a prática e atribui função social à propriedade que ocupa. O estudante é capaz de continuar aprendendo, ter autonomia intelectual e pensamento crítico.

A interdisciplinaridade possibilita a relação das disciplinas em atividades ou projetos de estudos, facilitando a aplicação da Pedagogia da Alternância. O Currículo destaca a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. Adota metodologias de ensino e de avaliação que estimulam a iniciativa do estudante, preparando-o para a produção, para a preservação e para a vida. A Educação Profissional objetiva garantir o direito ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Fundamentado na Pedagogia da Alternância, a EFAORI se identifica com os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e com os Centros Educativos do Campo no Brasil, construindo sua identidade de acordo com o que propõem as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, a partir da sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da

vida coletiva no país.

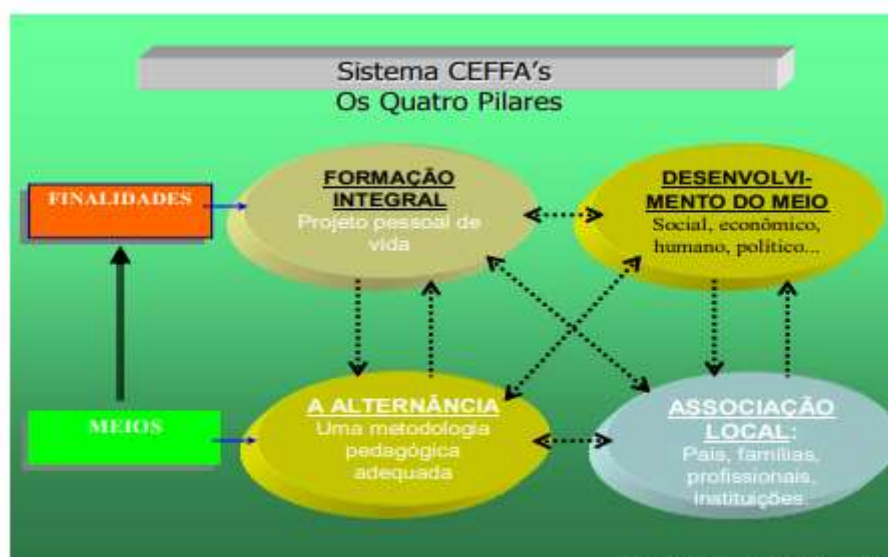
Essa sistemática de trabalho possibilita a construção de uma cultura sustentável agrícola, direcionada para a comunidade local. Isso corrobora com os ensinamentos de Queiroz (1997), que sistematiza as características, os objetivos e os meios propostos pelas Casas Familiares Rurais da França, elementos esses que constituíram posteriormente os pilares em que se baseiam os Centros Familiares de Formação por Alternância em todo o mundo: 1 – Uma associação; 2 - metodologia pedagógica específica – a alternância; 3 - a educação e a formação integral da pessoa; 4 - o Desenvolvimento do meio local.

Cada um dos pilares tem sua importância e complementam entre si, “o que faz a especificidade, e garante a unidade, compreensão e perspectiva ao movimento, é a aplicação conjunta desses quatro elementos” (CALVÓ, 2019, p. 16). Em síntese, ele apresenta uma definição e um objetivo de maneira a englobar as características nos diferentes países em que se encontram os CEFFA:

Definição: Um CEFFA é uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, entretanto, sem excluir os adultos.

Objetivo: Facilitar os meios e os instrumentos de formação adequados ao crescimento dos educandos, estes constituindo os principais protagonistas da promoção e do desenvolvimento integral (profissional, intelectual, humano, social, econômico, ecológico, espiritual) e de todo o processo de formação.

Estas características e objetivos foram esquematizados no que o autor chamou de “os quatro pilares do movimento CEFFA”, subdivididos em dois meios e duas finalidades: os dois pilares da ordem dos meios são: a associação e a alternância; os dois pilares da ordem das finalidades são: a formação integral e o desenvolvimento do meio. O organograma abaixo ilustra essa ideia.

FIGURA 2 – Pilares do Sistema CEFFA's

Fonte: Calvó (2005, p. 29 – Revista da Formação por Alternância)

FONTE: PPP, 2022.

Cada um desses pilares recebeu enfoques que demonstram a importância da integração entre si. No Brasil eles se encontram relacionados ao que propõe a LDB, e podem ser descritos da seguinte forma:

1. Associação Local: uma associação formada por representantes de vários seguimentos (pais, estudantes, cooperativas, poder público, empresas, organizações não governamentais, igreja, entre outras) é a responsável pela parte gerencial, administrativa e financeira da escola. Nesse aspecto destaca-se a participação ativa das famílias desde a concepção, tanto na gestão quanto no processo de ensino-aprendizagem, pois auxiliam na construção do projeto político-pedagógico sugerindo temas da realidade local, participam de conselhos e acompanham a aplicação teórica e a prática, permitindo uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares estabelecendo vínculos entre a escola e a comunidade. Esta forma de organização está prevista na LDB, no Título IV “Da organização da Educação Nacional” Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

2. **Pedagogia da Alternância:** a escola ou o centro de formação funciona sob regime de alternância, em ritmos de formação, segundo a proposta da ação – reflexão – ação. Os jovens que moram e trabalham no campo, junto de suas famílias, vêm para a escola para refletir sobre a realidade, estudar o conteúdo, a ciência. Estes jovens permanecem na escola, em regime de internato, por um determinado período (semana ou quinzena) que é definido de acordo com as peculiaridades locais. No período seguinte, os jovens retornam às suas propriedades familiares, e ao trabalho, para aplicar o conhecimento e as tecnologias difundidas na escola. Segundo a LDB, Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo II – Da Educação Básica, Seção I – Das Disposições Gerais Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. § 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isto reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.

A alternância concretiza-se juntamente com a associação. Ela é concebida como uma metodologia para a formação em tempo integral, estruturada pedagogicamente, resultando de uma estreita relação entre as estadias no mundo ativo do trabalho e estadias no estabelecimento escolar. Representa uma alternância integrativa entre o meio socioprofissional e o centro escolar que não se limita ao tempo de aprendizagem, mas seus fundamentos estão baseados na experiência que visa alcançar a ciência com as contribuições complementares das correntes pedagógicas, mas mantendo, entretanto, suas características próprias (CALVÓ, 1999).

3. **Formação Integral:** a partir das experiências dos educandos e de suas famílias, a Formação Integral, alternada entre a casa e o internato, em sintonia com os pilares do novo paradigma da educação (aprender a ser, a fazer, a conhecer e a conviver) possibilita enriquecer a experiência na convivência em grupos, proporcionando a aquisição e o desenvolvimento de novas capacidades cognitivas (aprender a aprender), permite apoderar-se de conhecimentos gerais e particulares (saber ser e conhecer, auto-afirmar); e faculta aprimorar capacidades sociais (cooperar, dialogar,

aprofundar a democracia). Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

4. Desenvolvimento do Meio ou Desenvolvimento Local Sustentável: este pilar reúne as características dos outros três. A formação Integral associada ao mundo do trabalho busca proporcionar aos jovens uma formação de qualidade que lhes permita descobrir a sua vocação e desenvolver um projeto profissional ou projeto de vida, junto com suas famílias e no meio em que vivem, abrindo as possibilidades de inserção profissional e empreendedora com sucesso e dignidade, como agentes de transformação do meio. Desta forma, o Desenvolvimento Sustentável significa o ápice da formação em alternância, conforme prevê a LDB, no Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É um entendimento que se deve passar de um meio natural – a natureza comandando a ação humana – para um meio técnico-científico-informal, - a ação humana comandando a natureza – por intermédio das diversas técnicas informacionais do uso do território. Assim, o repasse de informações acerca da infraestrutura de irrigação e barragens, meios de transporte, instalações de energia elétrica, refinarias, dutos, telecomunicações, semoventes e insumos ao solo são amplamente compartilhados entre a comunidade (SANTOS, 2008).

A informação e o conhecimento são fundamentais nesse processo de transformação do entendimento de um novo meio de subsistência. O novo espaço técnico-científico-informacional é dotado de computadores, radares, satélites, análises da terra, do tempo e outros equipamentos modernos. Trata-se de uma verdadeira descentralização das indústrias, impulsionados pela guerra fiscal entre Estados e Municípios, a modernização da agricultura e as especializações territoriais produtivas (MILTON SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Vale lembrar que esse fazer pedagógico se coaduna com a noção de sustentabilidade que hoje se tem em mente.

2.2.1 Sustentabilidade

Em abril de 1987, a médica Brundtland (1991, p. 32) avança com as discussões sobre sustentabilidade no mundo – há registros sobre a preocupação com o meio ambiente desde a segunda metade do século XIX. Dizia-se que “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Note-se a preocupação marcante com o outro, característica esta que enaltece o princípio da alteridade na medida em que a figura do outro se torna importante – Lévinas (1997) entende ser esse um momento de grandeza da socialidade imanente à própria subjetividade humana.

A esse respeito, Sarlet (2011, p. 20) enfatiza a dignidade inerente à questão ambiental:

sempre haverá como sustentar a dignidade da própria vida de um modo geral, ainda mais numa época em que o reconhecimento da proteção do meio ambiente como valor fundamental indicia que não mais está em causa apenas a vida humana, mas a preservação de todos os recursos naturais, incluindo todas as formas de vida existentes no planeta, ainda que se possa argumentar que tal proteção da vida em geral constitua, em última análise, exigência da vida humana e de uma vida humana com dignidade, tudo a apontar para o reconhecimento do que se poderia designar de uma dimensão ecológica ou ambiental da dignidade da pessoa humana.

Sarlet (2011) comenta que se trata de uma noção inclusiva e ampliada de dignidade. Ele explica que se trata de uma noção de dignidade da vida e de um mínimo existencial ambiental. Trata-se de uma dignidade para além do animal humano, como defende Fensterseifer em seu artigo “Dignidade e Ambiente: a dignidade da vida para além do animal humano?”, em A. H. Benjamim (2006). Uma espécie de “racionalidade ética fundada na alteridade, na tentativa de busca de um futuro ético-ecológico não violador dos direitos humanos” (TRINDADE; LEAL, 2017, p. 205).

A Lei brasileira de Política Nacional do Meio Ambiente já previa, em seu art 2º, deve ser objetivo do país “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da

vida humana”. Por isso, em seu art. 4º tem-se como objetivos:

- I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
- IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
- V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
- VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (Lei nº 6938/1981).

Como instrumentos para o alcance desses objetivos, o art. 9º, da mesma lei, aduz:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;
- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

Aleixo e Bastos, in Trindade e Leal (2017, p. 102) afirmam que:

A abordagem conferida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) a questões ambientais continua a perpassar pela interpretação de direitos garantidos pela Convenção Americana (CADH) passíveis de violação em consequência de danos ambientais, principalmente devido à não justiciabilidade do art. 11 do Protocolo de San Salvador. Tal dispositivo prevê o direito de todas as pessoas a um meio ambiente sadio, bem como a obrigação dos Estados de promoverem sua proteção, preservação e melhoramento.

Trata-se de uma visão que precisa avançar para argumentos que entendam o meio ambiente como um direito humano fundamental. Molinaro entende ainda que essa visão sobre o meio ambiente deveria se adentrar a questões de mínimo existencial ecológico (TRINDADE; LEAL, 2017, p. 427).

Esta foi, então, a inovação: correlacionar o meio ambiente ao ponto de vista

social e econômico, e não só biológico:

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras. O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (1991, p. 67).

A partir de então, começava-se a pensar também em um desenvolvimento econômico que promovesse a sustentabilidade, sem agredir o meio ambiente e ajudando no fomento de um mundo saudável, em todos os seus aspectos, para as sociedades vindouras. O aspecto humano atrelado ao meio ambiente direcionou as pesquisas no Brasil e foi um diferencial nos estudos de Fensterseifer, Molinaro e Sarlet.

A importância conferida a preocupação com o futuro se tornou um diferencial porque agregou o social e o coletivo à noção individualista de meio ambiente que antes se difundia. Isso porque se começava a entender que só na pluralidade se pode preservar cada um e complementar ambos.

Trata-se de uma nova concepção da ação humana: o outro é tido como constituição do eu e as liberdades individuais equilibram-se com as responsabilidades sociais e a solicitude.

Talvez por esta razão, o equilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade tenha resultado em um pacto internacional do qual 193 Estado-membros da Organização das Nações Unidas – ONU consistente em um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para orientar a erradicação da pobreza e promover vida digna a todos, o que se verifica na prática e é potencializada pela pedagogia da alternância.

Nota-se, assim, que a noção de alternância, aplicada como metodologia pedagógica na EFAORI, visa a construção de uma cultura agrícola sustentável. Isso é fundamental para o que esta dissertação se propõe: discorrer sobre a prática da função social da propriedade junto as famílias da comunidade agrícola da EFAORI.

CAPÍTULO 3

EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA COMUNIDADE AGRÍCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA, GOIÁS

Neste capítulo, verificar-se-á como a EFAORI alcança as famílias dos alunos, no sentido de praticarem ações sustentáveis que efetivem a função social da propriedade em seu ambiente. Para isso, abordar-se-ão aspectos relativos à cultura sustentável entre as famílias.

3.1 CULTURA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

O primeiro passo a se verificar na mudança das famílias com as práticas educativas realizadas com os alunos diz respeito à consciência sustentável das pessoas. Quebrar a tradição de uma cultura do descarte voltada para o consumo, como Balman (2021) se referia, não é fácil. Existe uma engrenagem mercadológica bastante sólida para se manter os hábitos do relaxamento com os cuidados sustentáveis que se deve ter. Trata-se de um processo pedagógico educacional para se mudar essa concepção.

Importante mencionar que o Direito Constitucional desenhou um modelo que privilegia, simultaneamente, o cumprimento da função social da propriedade quando esta observa aspectos econômicos, sociais e ecológicos. No aspecto social e ecológico é que se assenta a presente análise.

Todos estes aspectos estão embuídos na atuação da EFAORI, já que as práticas de produção, o bem estar das pessoas e o respeito ao meio ambiente são diuturnamente propagados no conhecimento que é apresentado aos alunos. Isso está intimamente ligado à sustentabilidade.

Uma pessoa com consciência sustentável é aquela que possui capacidade de refletir sobre si mesma, seus atos e as consequências que eles trazem. A consciência sustentável demanda toda essa reflexão com foco no meio ambiente, na coletividade, nas pessoas, na vida saudável. Isso se coaduna com o princípio da função social da

propriedade na medida em que considera a mentalidade de cuidado ao outro, sendo este outro pessoa, lugar ou animal. Trata-se de uma consciência de valorização da alteridade. O outro também sou eu enquanto pessoa, lugar e tempo, como entende Balman (2021).

Há um compartilhamento de informações, seja na teoria ou na prática que acaba por alavancar todos os integrantes desta experiência. A mentalidade de cooperação e solidariedade se pulveriza na comunidade da EFAORI. Isso promove a consciência de igualdade entre todos, indispensável para o princípio social da propriedade.

A possibilidade de aceitação do novo, da informação nova, também é outro fator que demonstra a mudança de concepção da comunidade da EFAORI. Não é fácil as pessoas aceitarem a mudança. O novo causa estranhamento e medo por parte das pessoas, já dizia Piaget (1980) quando tratava do processo de desenvolvimento da aprendizagem. Isso faz com que elas tendam a permanecer em suas zonas de conforto e continuem realizando hábitos que praticavam há anos.

Na comunidade da EFAORI, as mudanças parecem ser ministradas de forma natural. Todos estão abertos ao novo, ao fazer diferente em busca de melhores condições de vida para si e para o outro, isso é inerente à própria aceitação da proposta metodológica e pedagógica ofertadas. As reuniões familiares promovidas pela Escola facilitam essa difusão do pensamento coletivo, e principalmente as práticas sociais vivenciadas na EFAORI, o relacionamento da Direção com o corpo docente e discente, famílias e funcionários. É com o exemplo de práticas positivas que se desenvolvem as mudanças na mentalidade coletiva.

O simples fato de se tratar todos com igualdade, do aluno adolescente à Diretora da Escola, do funcionário da limpeza ao proprietário de terra; ou mesmo de não se valorizar o luxo dos ambientes, o excesso descomedido de recursos financeiros, privilegiando a simplicidade dos espaços e a suficiências dos recursos, também são exemplos de mentalidade voltada para a função social da propriedade.

A desigualdade social não é valorizada. Prima-se pela igualdade entre todos e tudo.

Assim, reflexões sobre o que as minhas ações enquanto ser humano podem impactar o outro e o meio em que eu vivo são constantes entre a comunidade da EFAORI:

Ter consciência ambiental nada mais é do que compreender o meio ambiente em sua totalidade e as consequências que certos atos no cotidiano podem causar a ele, é entender que a sobrevivência dos ecossistemas depende do coletivo. Além disso, ter consciência ambiental requer a busca por informações. Pois, é primordial se manter informado para saber que atitudes, produtos e hábitos são ecologicamente corretos. Deste modo, os indivíduos irão saber quais são os meios de transporte menos poluentes, como fazer coleta seletiva, optar por embalagens biodegradáveis, etc. Cabe destacar que a consciência ambiental não deve ficar somente no campo das ideias, ela deve se transformar em ações práticas para que seja possível mudar a realidade (TRINDADE; LEAL, 2017, p. 16)

Pensamentos como: Por que eu vou comprar um produto se eu posso consertar o que eu tenho em casa? Por que eu vou pintar uma parede se eu posso lavá-la; Por que eu vou matar um animal doente se eu posso cuidar dele com medicamentos? Por que eu vou descartar um animal velho se ele me ajudou ao longo de toda a sua vida?

A cultura de que apenas o novo é “bom e útil” é desconstruída na Escola. A ideia de recuperar, fazer a manutenção das coisas e pessoas é imprescindível para a cultura voltada à função social da propriedade.

Não é sem razão que a ONU atribui importância primordial ao pensamento de que qualquer tipo de desenvolvimento humano deve ser aquele que atenda às “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. Aí se inclui a igualdade social, como o combate à pobreza, à fome e à falta de água e de alimentos. Tudo isso se refere a uma mentalidade voltada para a valorização da função social da propriedade e é praticada na EFAORI.

O Brasil, especialmente o Estado de Goiás, e a cidade de Orizona, precisam de ideologias pedagógicas que unam os povos em busca da sociedade sustentável que tanto prega a ONU – Organização das Nações Unidas. Desde o ano de 2000 que se busca o alcance de uma sociedade sem a indignidade da pobreza, com a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pela Organização das Nações Unidas - ODM. Atualmente se está com a Agenda 2030, com 169 metas somadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que ainda estão em desenvolvimento.

Trata-se de projetos com o objetivo de “criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento

e capacidades nacionais” (ONU, 2023). Neste sentido, as políticas públicas educacionais podem contribuir para se seguir esses novos rumos mundiais, sempre em busca de propostas que alcancem, de fato, dentre outras coisas, a redução das desigualdades sociais e oferecimento de iguais oportunidades a todos.

Os princípios fundamentais, segundo José Afonso da Silva (1999), são as regras básicas do ordenamento constitucional, ou seja, constituem a síntese de todas as demais normas da Constituição. Para o citado autor, a cidadania se encontra no texto constitucional num sentido mais amplo do que uma mera titularidade de direitos políticos. Significa também que o funcionamento do Estado estará submetido à vontade popular e se conecta com o conceito de soberania popular, com os direitos políticos, com a dignidade da pessoa humana, com os objetivos da educação e como base e meta essencial do regime democrático. A educação precisa estar regada de todo esse pensamento.

A cidadania é, pois, o conjunto de direitos civis, políticos e sociais de que goza o indivíduo através do seu vínculo interativo com o Estado. Cidadania é a expressão material do exercício da democracia. Ser cidadão pressupõe um agir no sentido de participar ativamente das discussões políticas acerca dos problemas da cidade - difere, portanto, do indivíduo inerte. Não basta para a sua caracterização uma noção formal de meros direitos postos no ordenamento jurídico. Hoje a cidadania é um conceito amplo e deve ser analisada sob uma perspectiva prática: o cidadão deve conhecer seus direitos e deveres, e utilizá-los no dia a dia, protagonizá-los politicamente, seja debatendo, discutindo, buscando e propondo soluções para os problemas da cidade, do estado e do país (SILVA, 1999).

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade (MARANHÃO, 2023), para quem “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (CARVALHO, 2001, p. 11). O direito à educação corrobora essa ideia e deve ser propagado por todos os estabelecimentos públicos brasileiros.

Os Direitos Humanos foram difundidos após a Segunda Grande Guerra, além de estarem interligados a diversos acontecimentos no decorrer da história, dentre os quais destacam-se: a Declaração Francesa dos Direitos do Homem (1789), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, em 1948), dentre outros. Ramos

(2018) define os Direitos Humanos como um rol de direitos indispensáveis para o ser humano e que são regidos pela liberdade, igualdade e dignidade. Observa-se, demais, que tais direitos, consoante ensinamentos de Comparato (2001) possuem alcance a todos os homens, seja qual for sua nacionalidade, raça, etnia, gênero, idioma ou religião.

Com a DUDH – essencial para o estabelecimento de uma etapa história imbuída pela liberdade sem discriminação de posição social, de acordo com Piovesan (2015), os direitos humanos passaram a ser vistos como uma unidade interdependente, inter-relacionada e indivisível. Cançado Trindade (1997, p. 19) enfatiza ainda que tais direitos “tem sempre insistido na universalidade dos direitos humanos, inerentes a todo ser humano, em meio à diversidade cultural”.

O direito humano e constitucional à educação é toda a forma de ensino, transmissão, reflexão e desenvolvimento do conhecimento voltados para o físico, intelectual e moral do ser humano, demonstrando-se indubitavelmente necessário para concretização dos direitos humanos, concedendo a possibilidade de empoderar grupos vulneráveis nas sociedades (COMPARATO, 2001). Consoante expõe Comparato (2001), com a DUDH e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 houve a constatação da educação como um direito humano e bem público a ser alcançada sem qualquer discriminação.

O direito à educação é extremamente relevante na construção das esferas sociais desenvolvidas. O preparo para o exercício da cidadania é uma das finalidades da Educação Brasileira (LDB, art. 2). Cidadania entendida como condição básica de ser cidadão, isto é, titular de direitos e de deveres a partir de uma convicção universal (Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas), como também por uma condição particular, pois, segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei.

A escola é um lugar de aprendizagem e convivência social que deve oferecer, a quem a ela frequenta, não apenas espaço físico e organizacional, mas também, e sobretudo, um espaço relacional, de convivência, cooperação e de resolução de conflitos. É um local de convívio com outros seres, tão iguais a nós, mas completamente diferentes em suas individualidades. E, para ser cidadão ético, deve-se saber viver em harmonia com os demais. A escola ensina a fazer uso do conhecimento e da informação na compreensão da realidade. O conhecimento, por sua vez, ajuda a promover cidadãos mais participativos e interventores.

A escola torna-se um local de ensaio para a vida, a aplicação de conhecimentos que possam dar suporte à produtividade e a própria existência digna. A EFA pode, assim, ser mais um agente fomentador da função social da propriedade na agricultura familiar do Estado de Goiás, por meio de metodologias diversas; aqui se propõe por meio da pedagogia da alternância.

Desenvolvida essa mentalidade voltada para a valorização do outro, da coletividade e igualdade entre todos, percebem-se os reflexos disso nas práticas familiares observadas ao longo das visitas à Escola, como se verá a seguir.

3.2 PRÁTICAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A título de melhor organização das informações, dividir-se-á a seção de práticas da função social da propriedade em três áreas: Escola, Família e Empresa Familiar. Isso porque fica mais didática a apresentação e facilita a elucidação dos exemplos.

3.2.1 Na Vida Escolar

A função social da propriedade na vida escolar da EFAORI é expressa sob várias formas, desde a parte pedagógica, administrativa até a parte de infraestrutura.

A metodologia da pedagogia da alternância aplicada na escola é o exemplo central de que se pratica a função social da propriedade. Fundamentada na Metodologia Pedagógica da Alternância, o CSRO/EFAORI se identifica com os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e com os Centros Educativos do Campo no Brasil, construindo sua identidade de acordo com o que propõem as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, a partir da sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Assim, desenvolve um trabalho de prática da função social da propriedade junto com as famílias dos alunos da escola, em uma parceria solidária de compartilhamento de conhecimento.

Vale dizer que, ao longo de sua trajetória histórica, a Pedagogia da Alternância foi construindo suas mediações, ressignificando-as em cada contexto e esta construção e reconstrução continua nas práticas educativas em curso. As mediações não são absolutamente fechadas e não se constituem em uma lista a ser seguida/cumprida, como atividades meio elas são criações sempre inacabadas que se renovam e ressignificam ou são substituídas por novas. A formação em regime de alternância, ou seja, com sessões na escola, e sessões na família, e no meio profissional, experimentada com a utilização destas mediações pedagógicas específicas, alternando a permanência do aluno na escola e a permanência no meio socioprofissional, é acompanhada pelos monitores-educadores. Essa dinâmica pedagógica, permite “uma vinculação eficaz entre escola e a realidade rural dos jovens” (JUSTINO; BEGNANI, 2023, p. 42), bem como concretiza uma articulação entre a teoria e a prática.

Assim, na parte pedagógica, o incentivo a práticas interdisciplinares de elaboração dos planos de ensino é um exemplo da aplicação do referido princípio. Isso porque a interdisciplinaridade envolve a visão de todos os componentes curriculares juntos, em sintonia, coexistindo-se; um não se completa sem o outro. Essa visão também é vista na função social da propriedade quando entende a valorização das sociedades futuras: deve-se viver pensando nas gerações futuras. O princípio da alteridade é latente em ambas as situações.

Assim, solidifica-se o espírito de união entre o corpo docente. O diálogo e a boa convivência entre todos é fator no cotidiano escolar. Os professores se ajudam, colaboram com as atividades dos outros colegas de trabalho e interrelacionam seus conteúdos. As visitas de campo com os alunos são sempre acompanhadas por todos, de forma a proporcionarem um ambiente seguro, saudável e cheio de informações para os adolescentes.

A importância da função social da propriedade está bastante arraigada em suas práticas pedagógicas. Os trabalhos em grupo são sempre mais valorizados em detrimento aos individuais; as apresentações em sala de aula são sempre incentivadas a um ajudar ao outro; as monitorias visam essa ideia de ajuda ao próximo, no sentido de quem sabe mais pode doar o seu conhecimento para ajudar os que ainda não sabem o suficiente a atingir patamares mais elevados do conhecimento. Os ambientes coletivos e a sociabilidade são reiteradamente estimulados.

A elaboração de material didático para a conscientização de ações voltadas à manutenção do meio e de nossas relações sociais também são uma constante. Diversas cartilhas, avisos, artigos e palestras são elaborados visando a importância da coletividade, de atividades de reciclagem e das relações de solidariedade.

Nas práticas de ensino em sala de aula, o Professor deixa claro que todos têm importância no processo de ensino-aprendizagem. Não é sem razão que em muitos momentos os alunos também viram professores quando assumem as atividades de monitoria, ou mesmo quando apresentam os seminários. Os alunos também assumem a função de protagonistas do ensino quando em suas famílias: são eles que repassam para as suas famílias todas as técnicas aprendidas na EFAORI; são eles que aplicam as técnicas aprendidas no ambiente escolar na propriedade, são eles agentes da transformação. Isso também aprimora as relações familiares em casa, uma vez que o diálogo entre todos é ativado, o engajamento é estimulado, até mesmo a assunção da gestão é ensinada e analisada nas visitas *in loco*.

Problemas como indisciplina, uso de drogas, violência escolar ou evasão escolar são temas menos constantes da EFAORI, embora, infelizmente, ainda muito presente em diversas outras escolas do país. Acredita-se que isso seja possível por conta do uso da metodologia da pedagogia da alternância praticada na escola. O fato de se alternar o ensino na escola e nas propriedades das famílias dos alunos faz com que o aluno perceba, na prática, a importância daquilo que está aprendendo na escola; por conseguinte, isso envolve a atenção do aluno, fazendo com que ele se disperece de questões que poderiam tirá-lo de uma vida saudável. Além disso, a oferta de um ambiente saudável proporciona a estes jovens uma atratividade que o mantém integrado, situação que poderia ser diferente se imaginarmos as dificuldades inerentes impostas a alunos que teriam que se deslocar diariamente para colégios no meio urbano.

Vale salientar que a EFAORI promove ações de responsabilidade social entre os alunos, tanto que nas visitas, os monitores analisam os três aspectos característicos da função social, isto é, avaliam a aplicação das técnicas que estimulam a produtividade, avaliam a percepção dos pais quanto à progressão emocional e integração do aluno com a família e, principalmente, o respeito ao meio ambiente, tal como a gestão do lixo da propriedade.

Além disso, estágios permitem o compartilhamento da informação entre os amigos que possam vir a auxiliar as suas famílias, o que acaba por democratizar a

troca de experiências e ações de sucesso em suas propriedades, coisa que não seria possível em um ambiente escolar tradicional.

A escola também promove eventos como palestras para outras empresas e escolas, no sentido de divulgar a necessidade de temáticas que fazem parte da função social da propriedade, como a igualdade, bem-estar social, econômico e mental das pessoas, e diversidade.

Entre os funcionários da Escola o clima também é voltado para o desenvolvimento da função social da propriedade: a ideia de reaproveitamento do material escolar, por exemplo, é praticado, a fim de se economizarem os recursos financeiros da escola para outras prioridades.

No setor de infraestrutura, os funcionários são orientados a providenciarem soluções para problemas de encanação, ou mesmo elétricos, com os materiais que a escola já possui, ou a consertar os produtos que se quebrarem. Apenas em último caso é que se recorre a compras. Isso serve de exemplo para que os jovens possam ter uma mentalidade voltada para o reaproveitamento e também do enfrentamento dos desafios para tornar uma propriedade lucrativa a partir da eliminação de gastos desnecessários.

Os resíduos sólidos da escola são reciclados. Essa prática já está arraigada entre todos e é observada nas residências das famílias também. O entendimento de que somos um planeta com 8 bilhões de habitantes produzindo lixo constantemente é uma preocupação na escola, pois não se pode deixar um mundo coberto pelo lixo para as gerações vindouras. Esse pensamento é uma expressão da função social da propriedade, pois entende que o mundo pode ser utilizado por todos de maneira sustentável. Ademais, a propriedade é um patrimônio das gerações, não se destinando apenas a quem hoje reside em sua superfície.

O ambiente escolar é sempre limpo em busca da higiene das instalações e de se evitar a proliferação de doenças. Os ambientes são sempre higienizados, o mato ao redor da escola é sempre cortado, as teias de aranha, os pontos de formigueiro dentro da escola, tudo é econologicamente controlado em prol da saúde da comunidade escolar e também para dar exemplos de gestão e controle aos jovens. Trata-se de hábitos que se promovem para que sejam imitados nas casas dos alunos.

A função social da propriedade está presente na EFAORI também no seu próprio fazer pedagógico. A possibilidade de se mostrar que é possível se construir uma agricultura familiar, sustentável, produtiva e suficiente para a sociedade é um

meio de se contribuir, dentro da promoção do princípio fundamental do direito à educação, com a efetivação da função social da propriedade.

Trata-se de uma verdadeira construção da cidadania na comunidade escolar de Orizona, na medida em que se torna real a vivência de novos modos de vida e de consciência entre as pessoas. O cidadão deve ser participativo, deve conhecer e exercer ativamente os seus direitos e deveres perante os demais e o Estado. É isso que a EFAORI está oportunizando a essa comunidade rural: a possibilidade de poderem ter acesso a um direito mínimo de bem-estar econômico e social (MILTON SANTOS; SILVEIRA, 2021).

Assim, a EFAORI estabelece um forte vínculo entre comunidade e escola, no sentido de correlacionar o que se aprende na escola com o quê se produz, com os protagonistas do quê se está produzindo, do porquê se produz e do para quem se produz. Em linhas gerais, a escola ensina a realidade da comunidade porque trabalha com o produto local: o leite, o animal, as frutas, a terra etc. Também põe em foco aquele que produz: o pequeno agricultor rural (MILTON SANTOS; SILVEIRA, 2021). O objetivo pedagógico da escola está centrado na própria sobrevivência das famílias.

Não existe vínculo mais forte do que este: ensinar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Especialmente quando se mostra, junto a tudo isso, que o protagonista do mundo no campo, o próprio agricultor rural, tem o poder de mudar a sua própria vida livre de qualquer situação escravizante. Em outros termos, a capacitação emancipadora é uma bandeira que está muito presente nas intenções dos projetos pedagógicos, tudo para mostrar ao jovem que sua propriedade pode e deve ser sua oportunidade, caso o deseje.

Não é sem razão que os egressos da EFAORI, de acordo com depoimentos em vídeos na página do facebook da escola, obtêm excelentes resultados profissionais. Muitos se tornaram professores de Escolas Técnicas Profissionalizantes e da Universidade. Não se tem um registro exato porque não há uma política de tabulação de dados consolidada no sentido de se saber o futuro profissional de todos os egressos da instituição.

Obviamente, existem alguns obstáculos que precisam ser superados: alguns períodos ao longo do ano causam dificuldades nos alunos em frequentar as aulas, como no período de chuva; embora a escola tenha uma boa aparelhagem tecnológica, ainda é necessária a ampliação desses recursos, que carecem de mais incentivos do governo do Estado.

Todavia, considerando o avanço obtido desde a época da fundação da escola, notam-se progressos: inicialmente, as instalações eram distantes da cidade e precárias, não havia uma unidade pedagógica ainda definida, a escola possuía poucos alunos. Existe uma conscientização sobre a utilização dos poucos recursos, tanto que é preciso diversas parcerias com instituições públicas e privadas, além da própria contribuição mensal das famílias dos alunos.

3.2.2 Nas Vidas Familiares

Ao longo das visitas nas casas dos alunos, várias melhorias são observadas pelos professores e também relatadas pelas famílias. Uma informação constante é a mudança da visão de mundo do filho ou filha, da qual os pais se orgulham e estão sempre expressando sua gratidão à EFAORI. É assim que se percebe que o trabalho da escola está surtindo efeito no quesito social, como se nota nos depoimentos dos relatórios produzidos pelos professores ao longo de suas visitas pedagógicas (ANEXO I).

Dentre o universo total de alunos da escola (107), foram avaliadas as fichas relacionadas a 36 deles (número de fichas concluídas até a data do levantamento, no dia 17 de agosto de 2023), o que configura uma margem de erro de 13% sobre o campo amostral⁵. A partir da verificação das fichas foi constatado que as atividades pedagógicas foram implementadas pela maioria dos jovens. A título de exemplo, podemos citar que 64% deles adotaram o plano de estudo; 44% utilizam o caderno da realidade; 94% usam o caderno de acompanhamento e 81% realizam as atividades definidas para casa.

São nessas visitas que a escola fica sabendo se o aluno possui algum problema familiar que possa vir a prejudicar o seu desenvolvimento escolar e a implantação dos instrumentos pedagógicos.

Trata-se de um momento pedagógico onde se verifica a função social da propriedade sendo executada no âmbito familiar, pois a escola se preocupa com o bem-estar global do aluno, não apenas nos limites da EFAORI. É preciso se saber o que os alunos estão passando em casa para se poder adaptar a realidade escolar às

⁵ Cálculo extraído da metodologia constante em <https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/>

necessidades desses alunos. Isso é importante como mecanismo para se evitar a evasão escolar. Atualmente, a escola está sem registro de desistências no ano de 2023, apesar de alguns pedidos de transferências (nove).

Os pais afirmaram que seus filhos eram mais tímidos e que estão comunicando-se com mais facilidade. Atualmente, a preocupação com a sociabilidade dos adolescentes é um dos assuntos que mais chamam a atenção dos pais em relação aos seus filhos.

A interação do aluno entre as famílias, no sentido de se autoajudarem, também foi algo constatado. Isso demonstra que a visão de mundo voltada para a prática da coletividade que é desenvolvida na escola vem surtindo efeito. Hábitos como o pensar apenas em si, por exemplo, devem mudar. O pensamento individualista tem que dar lugar à visão coletiva de mundo. Isso significa dizer que agora, o que importa são todos: não é mais um membro da família, agora é a família como um todo; não é mais uma família, mas todas as famílias da região; não é mais apenas a vida atual que importa, mas sim as vidas das gerações atuais e futuras. A ideia de coletividade é verificada nas ações do ambiente das famílias da EFAORI graças a essa visão pedagógica proporcionada pela pedagogia da alternância praticada na escola (PPP, 2022).

Esse entendimento é interessante para se valorizar a importância das gerações futuras: não é válido mais se pensar apenas no eu em si, mas no todos, não importando quando nem onde. A vida das pessoas do hoje e do amanhã importam, as riquezas que a natureza oferece hoje devem ser preservadas para que as sociedades futuras também gozem dessas mesmas riquezas (BIDES; RICOS, 2022).

Os pais ficam agradecidos pela riqueza do aprendizado escolar: os alunos preferem escolher um produto natural em detrimento dos que contenha produtos químicos tóxicos; optam pelo uso de materiais de construção naturais e que não prejudiquem o meio ambiente, como madeira, pedra, tijolo, cobre, em detrimento de produtos artificiais vendidos em lojas com promessas milagrosa de resultados; os filhos se preocupam em economizar energia na casa, desligando as luzes quando não estão em uso – entende-se que economizar energia é conservar água; evitam o desperdício de água, verificando se há torneiras pingando ou canos furados.

A água é um recurso natural valioso. Em muitas partes do mundo, a água potável é escassa. Estar atento a isso é um grande passo para demonstrar consciência ambiental e consideração pelo outro.

A receptividade familiar do outro, quando recebem os professores da escola em suas casas ou alguns dos alunos monitores e voluntários também é uma amostra da prática da solidariedade. O acolhimento ao outro é uma visão que demonstra a igualdade entre todos: receber o outro bem em seu ambiente familiar é uma demonstração de apreço e estima ao outro, ideia importante quando se trata de redução das desigualdades entre as pessoas (CANDIDO, 2023), elemento este presente no princípio da função social da propriedade.

Veja-se, a seguir, algumas das práticas que expressam a função social da propriedade nas empresas familiares dos alunos, que também ficam em seus lares.

3.2.3 Nas Empresas Familiares

A ideia de economia solidária é muito difundida nas empresas familiares dos adolescentes. Ideias como as de que se deve usar uma matéria-prima até que se esgote, ou seja, até quando não houver mais a possibilidade de reutilizar, transformar ou reciclar esse material é propagada por todos (SINGER, 2002). Isso se expressa nas empresas familiares dos alunos também, na ideia de que o aproveitamento dos recursos naturais traz economia e cumpre seu propósito.

Trata-se de uma prática da lógica circular dos produtos: há o subaproveitamento dos insumos ao se restringir sua vida útil a 5 etapas (extração, processamento, transformação, consumo e descarte).

A prática da agricultura voltada para a função social da propriedade é aquela que respeita o meio ambiente, é justa para a sociedade e, também, economicamente viável. Assemelha-se, assim, a práticas voltadas para o uso sustentável do meio. Ainda, deve garantir que as futuras gerações consigam suprir as suas próprias necessidades de produção e, claro, tenham qualidade de vida na Terra. Ou seja, a agricultura familiar propagada pela EFAORI é aquela que procura conservar os recursos naturais e fornecer produtos saudáveis sem interferir nos níveis tecnológicos de segurança alimentar já alcançados pela população:

sendo assim, trata-se de um conceito de produção agrícola que evita impactos significativos ao meio ambiente e preserva os recursos naturais. Por isso, é uma forma de trabalho mais consciente e que

contribui para o crescimento econômico sem comprometer a natureza. Por ser uma produção considerada limpa, a agricultura sustentável está em evidência em todo o mundo, ganhando cada vez mais espaço no mercado. Justamente pelos benefícios que proporciona à sociedade e ao meio ambiente, além do desenvolvimento econômico (SANTOS SILVA, 2020, p. 102).

Cultiva-se a ideia da agricultura sustentável, que:

funciona de uma forma simples e que favorece a qualidade em todos os sentidos. Tudo acontece pela inclusão de metodologias e ações que visam a proteção dos recursos naturais e redução dos impactos ambientais. Sendo assim, tem a característica de adotar estratégias como a rotação de culturas, preservação dos espaços naturais e redução do uso de agrotóxicos. Além disso, é uma produção que tem foco em uma boa gestão de resíduos e uso consciente e reutilização da água. Com o uso de energias renováveis, tecnologias e preservação de matas nativas, a agricultura alcança a produtividade sem causar danos ambientais. Sobretudo, as práticas ecológicas também contribuem para o desenvolvimento de alimentos mais saudáveis (QUEIROZ, 1997, p. 89).

É importante que se tenha a consciência de que os tempos atuais são outros e que é preciso se praticar uma agricultura mais sustentável (CANDIDO, 2022) para se atingir a função social da propriedade, especialmente na área do agronegócio:

A agricultura já passou por diversas mudanças, desde que a humanidade passou a cultivar seus alimentos em vez de apenas coletá-los na natureza. Ao longo dos anos, a necessidade de produção em larga escala levou à evolução das técnicas e práticas agrícolas. Sendo assim, no final da Segunda Guerra Mundial, a Revolução Verde foi palco de grandes inovações tecnológicas no campo. Novidades que aumentaram exponencialmente a produtividade na lavoura e a qualidade dos alimentos, que começou a crescer em todo o mundo. No entanto, o crescimento econômico e industrial da sociedade não levou em consideração os impactos causados ao meio ambiente. De modo desenfreado, consumimos nossos recursos naturais, devastamos vastas áreas florestais e poluímos ar, solo e água. O problema é que esses bens são finitos. Isso significa que a velocidade e a maneira como os utilizamos comprometem os ciclos naturais de tal forma que estamos caminhando para o seu esgotamento. Além disso, tudo o que fazemos sobre a Terra provoca alterações significativas. Por exemplo, o desmatamento de florestas tropicais afeta o clima global e, como consequência, interfere no regime de chuvas de diversas regiões. Para quem trabalha na lavoura

e depende da sazonalidade das águas sabe bem da gravidade e dos prejuízos disso, não é mesmo? Nesse contexto, é fundamental e urgente que o agronegócio se reinvente e dê lugar para a revolução sustentável. Em outras palavras, que a produtividade aconteça para atender as demandas da sociedade, mas sem causar impactos severos ao meio ambiente. Caso contrário, o sistema entrará em colapso por causa de um problema que ele mesmo criou e irá provocar um cenário devastador. Visto que a demanda por alimentos é cada vez maior e as pessoas buscam por produtos menos agressivos ao meio e à própria saúde. Nessa perspectiva, a sustentabilidade na agricultura prevê o uso racional dos recursos hídricos e a diminuição do uso de agrotóxicos. Por isso, é uma prática mais que importante, mas uma necessidade para assegurar a disponibilidade de recursos naturais para futuras gerações (SOUSA; SABIONI; LIMA, 2021, p. 376).

O objetivo da agricultura familiar voltado para a prática da função social da propriedade que se pratica nas propriedades das famílias da EFAORI é nobre e pode ser assimilado pelo agronegócio também. Isso se observa nas fotos que os professores que visitam as famílias registram em suas práticas pedagógicas. Um não se opõe ao outro, pois promover a produtividade de forma consciente e sem causar danos a todo o ecossistema é um dever moral de todos nós.

Sendo assim, lida-se com os recursos naturais e áreas de mata nativa de uma forma consciente e que visa a proteção das gerações atuais e futuras. Desse modo, os agricultores têm a oportunidade de melhorar a qualidade da produção e ainda reduzir custos. Portanto, o objetivo é melhorar todos os processos e eliminar impactos, usar recursos naturais como água, solo e energia de uma maneira equilibrada — tudo preservando a qualidade dos cultivos.

Os relatos das famílias em suas empresas familiares, como se observam nas fichas avaliativas das visitas às famílias, expõem as vantagens de se ter uma área sustentável: além de permitir que a natureza complete seus ciclos e garantir que as próximas gerações continuem usufruindo dos recursos disponíveis, a prática da agricultura familiar sustentável é uma forma de dar continuidade às atividades da lavoura:

O uso racional de todos os recursos naturais e a diminuição dos impactos ao meio ambiente dão retorno econômico aos produtores — já que não há desperdício nem custo com estratégias de recuperação do solo e de cursos d'água. Além disso, os consumidores valorizam

os alimentos produzidos com o mínimo de agrotóxicos oriundos de empresas e produtores rurais responsáveis e conscientes ambientalmente. Fator que contribui diretamente para otimizar as vendas e melhorar os resultados. Entre os benefícios da agricultura sustentável, podemos destacar os seguintes:

- redução do desperdício;
 - otimização dos recursos naturais;
 - produção de alimentos mais saudáveis e seguros;
 - promoção do bem-estar social de consumidores e fornecedores;
 - padronização da qualidade da matéria-prima;
 - garantia de abastecimento futuro;
 - melhora na imagem da empresa e do produtor frente o consumidor.
- (SOUSA; SABIONI; LIMA, 2021, p. 378).

Assim, verificam-se várias outras práticas produtivas desenvolvidas nas propriedades das famílias dos alunos da EFAORI que demonstram a preocupação com a função social da propriedade, de acordo com as fotos das visitas às famílias e fichas realizadas nas visitas. Nestas últimas pode se extrair que, do universo analisado, 17% dos alunos implantaram a olericultura; 31% a zootecnia; 25% o pomar e 28% outros itens pertencentes à agricultura, de modo geral.

Observa-se também a implementação de sistemas integrados de produção, que parte-se da ideia da união indissociável da lavoura-pecuária-floresta. É uma prática para aliar as atividades em uma mesma área, com o objetivo de otimizar todos os recursos utilizados nos seus respectivos produtos. Além de sustentável, a prática aumenta as fontes de renda e a diversidade da produção na propriedade.

A instalação de sistemas de captação de água da chuva é outra proposta. A agricultura é um dos setores que mais utiliza os recursos hídricos do planeta e, por isso, deve se preocupar em poupá-los. Uma alternativa viável e econômica para os produtores rurais é instalar sistemas de captação de água da chuva, com o uso de materiais simples, como reservatórios e canos de PVC. Isso torna possível coletar água da chuva para utilizá-la inclusive em épocas de seca. A técnica da irrigação com sistema de gotejamento também é uma alternativa. Trata-se de uma vazão lenta e permanente da água. Essa prática reduz o consumo de água, diminui a incidência de fungos e ervas daninhas, além de melhorar a qualidade e o rendimento da cultura. Após armazenada, é importante que a água seja filtrada antes de ser consumida. Isso

se observa nas fotos registradas pelos professores quando da visita às famílias dos alunos.

Há ainda a prática da compostagem, uma técnica empregada para transformar lixo orgânico em adubo, através de camadas intercaladas entre restos de legumes, frutas e cascas de ovos; e outros materiais, como folhas e serragem. Depois de alguns dias regando as camadas, elas se tornam marrons, semelhantes à terra, e já podem ser usadas para adubar. Essa técnica diminui o lixo orgânico, que, caso contrário, seria lançado em aterros, com chances de poluir o solo. Isso se observa nas fotos registradas pelos professores quando da visita às famílias dos alunos.

Outra prática que atende às exigências dos atuais consumidores do século XXI é a redução do uso de agrotóxicos nas lavouras. Trata-se de uma ação indispensável tanto para garantir a seguridade dos alimentos quanto para não poluírem o solo e os cursos d'água – e isto é praticado nas propriedades das famílias dos alunos da EFAORI como exemplo de aplicação da função social da propriedade. Uma das formas de fazer isso é estabelecer estratégias de controle biológico de pragas ou, ainda, utilizar pesticidas naturais à base de tabaco, alho, estrume e folhas de tomate e urtiga, por exemplo, que não agredem o meio ambiente.

Assegurar a fertilidade dos solos é outra maneira de se praticar a função social da propriedade, em atenção a nossa Constituição. O esgotamento dos nutrientes é um dos graves problemas das lavouras. Solo fértil é sinônimo de produtividade, já que as culturas conseguem absorver os elementos para se desenvolverem plenamente. O uso da tecnologia e de adubos orgânicos modernos garante o aporte de nutrientes para as plantas, além de melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo. Isso assegura a retenção de água pelo substrato e, também, a aeração necessária para que as raízes se desenvolvam. Tudo isso contribui para uma lavoura saudável.

Ademais, uma planta sadia é mais resistente ao ataque de pragas, o que colabora para a diminuição do uso de defensivos químicos, que tem potencial para causar impactos ambientais. Nesse contexto, o uso da biotecnologia é imprescindível para gerar produtividade e rentabilidade dos cultivos. Afinal, melhora as propriedades do solo para o crescimento consistente e sustentável das plantas, ponto primordial para qualquer agricultor. Isso se observa nas fotos registradas pelos professores quando da visita às famílias dos alunos.

Vale ressaltar que as práticas agrícolas desenvolvidas nas pequenas propriedades das famílias dos jovens eram, antigamente, muito rudimentares. Os relatos contidos nas fichas avaliativas das visitas familiares indicam que não se cortava o capim que crescia nas redondezas e que, muitas vezes, dificultavam a locomoção das pessoas, o acúmulo de bichos diversos, e o próprio desenvolvimento e aproveitamento do espaço.

Não havia o reaproveitamento da água, nem mesmo a simples preocupação em se racionalizar água ou armazenar a água da chuva. Muitos objetos que antes eram jogados fora passaram a ser reutilizados, como garrafas pet, canos de PVC, cordas etc. O lixo era outro problema verificado na redondeza, pois não se reciclavam materiais e mesmo, jogava-se lixo no chão. A conscientização das pessoas foi sendo repassada às famílias por meio do que os próprios alunos aprendiam na escola, reuniões realizadas na EFAORI, e visitas dos professores às famílias dos alunos, tanto que há a prática da orientação de podas, manutenção do pomar e cuidados com o lixo na propriedade.

O reaproveitamento do próprio espaço é algo que se mostrou como avanço também nas propriedades das famílias dos alunos. Percebeu-se que, no início da formação das propriedades, não havia muitas práticas agrícolas sendo desenvolvidas na propriedade como as que se verificam hoje.

A partir das melhorias implantadas nas áreas dessas famílias pode se inferir que houve uma melhoria na qualidade de vida. Isso culminou no aumento da produção agrícola, e com a diversidade de atividades comerciais que puderam ser desenvolvidas com a ampliação do conhecimento propagado pela escola e pela implantação dos PPJ's.

Isso pode ter reflexos no campo econômico, o que poderia ser objeto de um estudo mais aprofundado, mas é cediço que em 2022, houve um crescimento de aproximadamente 2.000 habitantes desde a realização do último censo do IBGE em 2010. O salário médio dos orizonenses passou de R\$ 1.800 (mil e oitocentos reais) para R\$ 2.100 (dois mil e cem reais). O IDMH – índice de desenvolvimento municipal humano – de Orizona saiu de 0,4 para 0,7, de acordo com dados do IBGE (2022). Isso mostra que a cidade está se desenvolvendo.

A pecuária é o setor mais produtivo no município. Isso se verifica na quantidade de animais observados nas fotos das visitas às famílias. O setor leiteiro é o mais produtivo no município. O incremento de máquinas na produção de leite também fez

aumentar os lucros das famílias nesse setor. Relatam que, antigamente, a retirada manual do leite era um fator que dificultava o crescimento do setor.

O uso do sistema integrado agrícola – agricultura e pecuária – foi outro fator que possibilitou o crescimento econômico das famílias dos alunos. Relatam que, antigamente, não se praticava mais de uma atividade econômica na propriedade devido à quantidade de pessoas que era necessário para se manter tudo manualmente. Hoje em dia, com as informações dos alunos da EFAORI, e a difusão da internet e, conseqüentemente, da informação, podem desenvolver o sistema integrado porque as máquinas agilizam o processo de produção e requerem menos pessoas trabalhando. Isso também é um indício da melhoria da capitalização do pequeno produtor, que agora pode adquirir máquinas com a crescente produção de sua propriedade.

Relatou-se, também, que o desenvolvimento de uma melhor qualidade dos produtos plantados na terra proporcionou, por conseguinte, uma melhor alimentação dos animais. Isso gerou uma cadeia crescente, pois a produção leiteira aumentou. Tudo isso se deveu às práticas naturais de plantação, sem o uso de agrotóxicos.

A preocupação da EFAORI com as pequenas propriedades rurais das famílias de seus alunos se deve também porque Orizona é uma das cidades com o índice de propriedades rurais mais elevados em relação à região Centro-Oeste.

Além disso, segundo o Atlas da Agricultura Familiar em Goiás, em 2019, a ocupação da área total do município com a agricultura familiar ficou entre 20 a 30%, acima do estimado para a região em que inserida a cidade, na ordem de 13% (IMB, 2021).

Isso também pode refletir o porquê do município com o maior valor acessado e o detentor do maior número de contratos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos anos de 2013 a 2017, segundo o levantamento feito por Graciella Corcioli, em estudo publicado em 05 de maio de 2019.

Do mesmo modo, observa-se que a agricultura familiar é responsável pela entrega da maior parte dos alimentos vendidos nas feiras da cidade, respondendo por uma fração que fica entre 80% e 100%, segundo o Atlas da Economia Familiar.

3.3 TODOS CONECTADOS COM A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Quem deseja manter um espaço no mercado consumidor precisa se adequar às suas exigências. A prática da agricultura sustentável vem para minimizar os impactos ambientais, mas também para assegurar a continuidade das atividades rurais em um futuro não tão distante de nós. Com algumas atitudes simples e viáveis é possível aumentar a produtividade sem comprometer excessivamente o nosso meio.

A proteção ao meio ambiente e a sustentabilidade se tornaram duas demandas essenciais para a sociedade como um todo e as empresas. Os efeitos adversos das mudanças climáticas são sentidos por grande parte da população mundial, o que requer uma mudança de comportamento urgente para reverter este cenário.

As empresas são parte fundamental para o alcance da realização da função social da propriedade, pois elas constituem-se em um elemento chave para o progresso econômico de um país. Por exemplo, segundo um pesquisador da revista Exame, 64% dos consumidores do mundo vão atentar somente para empresas que realmente se importam com sociedade e meio ambiente; no Brasil, o número chega a 82%. Mais uma prova de que o meio ambiente e a sustentabilidade são uma tendência no mercado é o surgimento do marketing verde. Esta é uma estratégia específica de marketing para trabalhar a imagem das empresas que comercializam produtos e/ou possuem modos de produção ecologicamente corretos.

Preocupados com a formação de profissionais para esse novo mundo, a EFAORI vem desenvolvendo práticas educativas vocacionadas a formar técnicos preparados para o mundo da função social da propriedade do século XXI. Trata-se de um ser humano/profissional com um senso de responsabilidade voltado para os Direitos Humanos, sustentabilidade e conectado com as novas tecnologias, especialmente com a inteligência artificial. Pretende-se construir, assim, assim como a Constituição de Weimar, a sua época, “uma nova sociedade, mais justa e mais democrática” (BERCOVICI, 2019, p. 23).

Por isso também a referida escola já ter sido objeto de estudo de outros trabalhos, como o da Professora Ana Paula de Medeiros Ferreira, intitulado *Escola Família Agrícola de Orizona (GO): uma proposta de Educação Camponesa?* Esse trabalho também apresenta, ao seu modo, exemplos de aplicação da função social da propriedade nas áreas familiares dos alunos da escola, sem este ser seu objetivo central.

Trata-se de práticas pedagógicas desenvolvidas pela pedagogia da alternância em prol da agricultura familiar que poderiam, inclusive, ser avaliadas e, por ventura, desenvolvidas nas universidades. Aqui se tem um exemplo de que é possível essa prática em escolas técnicas agrícolas. O modelo pode ser adaptado para a universidade, com a seleção dos métodos mais apropriados para a realidade do ensino superior.

Tal afirmação parte da própria mudança nas diretrizes curriculares da Pedagogia da Alternância promovida pelo MEC, resultado da homologação do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 22/2020, no qual reconhece a importância da pedagogia da alternância também nas comunidades urbanas, sobretudo para acolher os estudantes oriundos do campo.

Embora os últimos seis anos de governo tenham sido muito difíceis para os agricultores familiares, foi possível superar os obstáculos do período. O incentivo a produtos agrícolas ao pequeno agricultor foi mínimo:

Foi notável a queda do apoio financeiro a pequenos e médios agricultores durante a gestão Bolsonaro. Em 2019, o governo federal repassou R\$6 milhões para o apoio da agricultura familiar, menos de 0,2% do orçamento total do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à época. Em 2020 o valor caiu para R\$1,2 milhões, menos de 0,1% da verba total naquele ano; já em 2021 e até outubro deste ano, não houve nem um real investido no setor, de acordo com a plataforma do governo federal. Outro tombo no orçamento ocorreu no extinto PAA, hoje chamado de Programa Alimenta Brasil e na alçada do ministério da Cidadania. Os dados disponibilizados pelo governo via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, com exceção do ano inicial da pandemia de Covid-19, 2020, quando o ministério destinou R\$217 milhões à compra de alimentos para doação, os gastos mantiveram-se baixos. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o governo separou R\$31 milhões para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para doação, e em 2021 o valor caiu para cerca de R\$17 milhões. Até outubro deste ano, a verba destinada a este tipo de compra não chegou a R\$1 milhão (APUBLICA, 2022).

Esse cenário encontra novas perspectivas no atual governo, tanto que o Plano Sagra da Agricultura Familiar foi retomado, com o maior volume de recursos da história, R\$ 77,7 bilhões em ações para fortalecer a agricultura familiar e promover a produção sustentável de alimentos por parte das famílias brasileiras, estimulando, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o trabalho de

3,8 milhões de famílias rurais, em 77% dos estabelecimentos agropecuários existentes no país.

Os objetivos do Plano Safra da Agricultura se alinham aos interesses da Escola Família Agrícola, razão pela qual vislumbra-se ela possa contribuir na conexão dos jovens com os incentivos governamentais, podendo ser, inclusive, aprimorado o plano de estudos com vistas a prepará-los para concretizar a política governamental.

CONCLUSÕES

A função social da propriedade atribui ao direito constitucional econômico um aspecto humanizador na medida em que a visão de propriedade se modifica. A interação entre público e privado faz surgir práticas em que o Estado passa a se utilizar de institutos jurídicos do direito privado para estabelecer relações negociais com os particulares. Daí se origina a função social na propriedade privada, fenômeno jurídico que identifica uma coletividade com um bem particular. Isso faz com que os princípios da dignidade da pessoa humana e da justiça social se atrelem à noção de propriedade.

Esse aspecto de dignidade ao fenômeno constitucional econômico faz surgir necessidades socioeconômicas que devem ser praticadas com as propriedades, como: dentre as condutas limitativas, pode-se citar o fato de o proprietário não poder causar contaminação do solo, construir em áreas de reserva legal ou em áreas de preservação permanente; obrigação de fazer, como de parcelar gleba de sua propriedade; obrigação de construir ou aproveitar adequadamente a propriedade urbana, sob pena de parcelamento compulsório, imposto progressivo ou desapropriação; o dever de dar à propriedade uma destinação que atenda aos fins sociais (cultivo da terra, parcelamento do solo para fins de moradia, etc.); fazer cumprir o Plano Diretor do Município, que dá destinação específica a determinadas zonas ou áreas do Município, ou estabelece diretrizes para as construções. A função social em nenhum momento importa em supressão da propriedade privada, mas somente delimita o espaço em que o titular pode satisfazer seus interesses individuais.

Fundamentada na Metodologia Pedagógica da Alternância, o CSRO/EFAORI se identifica com os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e com os Centros Educativos do Campo no Brasil, construindo sua identidade de acordo com o que propõem as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, a partir da sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Assim, desenvolve um trabalho de prática da função social da propriedade junto com as famílias dos alunos da escola, em uma parceria solidária de compartilhamento de conhecimento.

Vale dizer que, ao longo de sua trajetória histórica a Pedagogia da Alternância

foi construindo suas mediações, ressignificando-as em cada contexto e esta construção e reconstrução continua nas práticas educativas em curso. As mediações não são absolutamente fechadas e não se constituem em uma lista a ser seguida/cumprida, como atividades meio elas são criações sempre inacabadas que se renovam e ressignificam ou são substituídas por novas. A formação em regime de alternância, ou seja, com sessões na escola, e sessões na família, e no meio profissional, experimentada com a utilização destas mediações pedagógicas específicas, alternando a permanência do aluno na escola e a permanência no meio socioprofissional, é acompanhada pelos monitores-educadores. Essa dinâmica pedagógica, permite “uma vinculação eficaz entre escola e a realidade rural dos jovens” (JUSTINO; BEGNANI, 2023, p. 42), bem como concretiza uma articulação entre a teoria e a prática.

Neste sentido, a educação em alternância rompe com o paradigma da educação tradicional. De acordo com o projeto político-pedagógico e depoimentos dos educadores a Escola Família Agrícola de Orizona, a instituição se preocupa em desenvolver as competências e habilidades dentro dos parâmetros estabelecidos nos quatro pilares dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), além de enquadrar-se nas premissas apresentadas pela UNESCO (DELORS, 1998) nos pilares da educação da sociedade atual, que são aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Neste sentido, a EFAORI demonstra que é possível se praticar na escola a função social da propriedade e reduplicar esse conhecimento entre as famílias. Essa prática pode ser analisada por outras escolas, de maneira a se difundir a necessidade de aplicação do referido princípio constitucional da ordem econômica brasileira. Não é mais admitido que a função social da propriedade ainda seja uma prática distante da realidade dos proprietários de terras no Brasil. Aqui está a demonstração de que, coletivamente, é possível se praticá-la.

Além disso, a EFAORI cumpre o seu papel na medida em que garante uma educação tecnológica de qualidade e gratuita. O direito à educação é garantido à população rural, direito este social previsto constitucionalmente, que tem como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas.

Aqui reside então o sentido deste trabalho: o de mostrar que a função pedagógica das escolas de nosso Brasil pode se direcionar no sentido de mostrar que o pequeno agricultor familiar pode ser o protagonista de sua vida na medida em que

constrói a consciência de que é possível se viver de forma digna e dono do seu próprio meio de subsistência; é possível se aprender a produzir de forma sustentável, assumindo, assim, o empoderamento necessário para a transformação de suas vidas. E mais, que este é um direito comum a todos no âmbito rural.

O contato deste pesquisador no processo de fundação da EFAORI, juntamente com a sua genitora, possibilitou ter uma visão sobre como são desenvolvidas essas perspectivas pedagógicas, filosóficas, econômicas, jurídicas, ambientais e sociais aqui presentes. Futuros trabalhos pretendem ser desenvolvidos para o aperfeiçoamento desses estudos, em especial com o direcionamento de um trabalho de campo, colhendo diretamente as informações hábeis a evidenciar o cenário vivenciado pelos alunos, que procuram a instituição com a finalidade de associar sua vida acadêmica com sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

APUBLICA. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/10/bolsonaro-destinou-zero-reais-a-pequenos-e-medios-agricultores-no-ultimo-ano/#:~:text=Em%202019%2C%20primeiro%20ano%20da,chegou%20a%20R%241%20milh%C3%A3o.>>. Acesso em: ago. de 2023.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ASSIS, Machado de. **O Espelho**. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/teatro/11-textos-dos-autores/798-machado-de-assis-o-espelho>>. Acesso em: maio de 2023.

BARROS, Ricardo Maravalhas de Carvalho. **A Função Social da Propriedade Rural como Vetora da Promoção da Dignidade do Trabalho Humano no Campo**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Zahar, 2021.

BERCOVICI, Gilberto. O ainda indispensável direito econômico. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita et al. (Org.). **Direitos humanos, democracia e república** : homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. **Cem Anos da Constituição de Weimar**. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

BIDES, Danielle; RICAS, Roberta. **O EU e o Outro: um olhar sobre as relações**. São Paulo: Conquista, 2022.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Planalto**. Constituição Federativa do Brasil (1988) (1967). Código Civil. Disponível em: <www.planalto.org.br>. Acesso em: fev. 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. São Paulo: FGV, 1991.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Todavia, 2023.

CALVÓ, Pedro Puig. Dossiê Temático: 50 anos da Alternância no Brasil: o que

dizem as pesquisas nacionais e internacionais. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/8135>>. Acesso em: maio 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTILHO, Alceu Luís. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 699-707, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41337>>. Acesso em: mar. 2023.

CHALHUB, Melhim Namen. **Direitos Reais**. São Paulo: RT, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. O direito e o avesso. **Revista do Instituto de Pesquisa de Estudos Avançados da USP**, 23 (67) 2009. pp. 1-22. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/cMHnBtGnxQQcTD6VTTnTGn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: maio 2023.

_____. Função social da propriedade dos bens de produção. **Revista de Direito Mercantil**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6088820/mod_resource/content/1/COMPARATO%20-%20Fun%C3%A7%C3%A3o%20social%20%28bens%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%29.pdf>. Acesso em: maio 2023.

_____. O indispensável direito econômico. In: MENDESTEPEDINO, Gustavo José; FACHIN, Luiz Edson (Org.). **Doutrinas Essenciais: obrigações e contratos**. São Paulo: RT, 2011. v. 1.

_____. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CORCIOLLI, Graciella. Evolução do PRONAF no Estado de Goiás: tendência de concentração de investimentos em atividades pecuárias tradicionais. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/56141>>. Acesso em: ago. 2023.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. **Da Função Social da Propriedade à Função Social da Posse Exercida pelo Proprietário**. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p23.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

DRAIBE, Sônia Miriam. O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: ANPOCS e Vértice, 1989.

DUGUIT, Leon. **Las transformaciones del Derecho Publico y Privado**. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 1975.

_____. **Fundamentos do Direito**. Trad. Haroldo Laski. Menphis: General Books

LLC, 2009.

EFAORI. **Projeto Político Pedagógico**. 2023. Facebook.

ENGELS. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. 1984. Disponível em: <boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: Jun 2023.

FACCHINI NETO, Eugênio. Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FERNANDES, Luciana de Medeiros. **Reforma do Estado e Terceiro Setor**. São Paulo: Juruá, 2009.

FONSECA, Aparecida Maria Fonseca. **Contribuições da Pedagogia da Alternância para o Desenvolvimento Sustentável**: Trajetória de Egressos de uma Escola Família Agrícola. Dissertação, Mestrado em Educação – Universidade Católica de Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GIERKE, Otto von. **La funcion del derecho privado**. Madrid: Sociedad Editorial Española. 1904

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 20. ed. São Paulo: Malheiros. 2023.

IBGE. Geografia Censitária. 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>>. Acesso em: ago. 2023.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos. Disponível em: <<https://www.imb.gov.br/bde/>>. Acesso em: ago. 2023.

JELINEK, Rochelle. **O Princípio da Função Social da Propriedade e sua Repercussão sobre o Sistema do Código Civil**. 2006. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>>. Acesso em: mar. 2023.

JUSTINO, Érica Fernanda; BEGNAMI, João Batista. **Formação por Alternância na Educação do Campo**. 2.ed. São Paulo: Lutas Anticapital, 2023.

LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A questão Agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimode Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 247-274, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41316>> . Acesso em: mar. 2023.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. São Paulo: Vozes, 1997.

MARANHÃO, Jorge :**O que é cidadania**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hMLbaPYc7p0>>. Acesso em: jan. 2023.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; SANTOS, Antonio Carlos. **Direito e Economia**. São Paulo: Almedina, 2022.

MATTEUCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto et al (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1983.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. Disponível: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41318>>. Acesso em: mar. 2023.

MEC. Lei nº 9131/95. Lei nº 9394/96. Diretrizes Operacionais da Educação no Campo. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <www.mec.org.br>. Acesso em: maio 2023.

MEDINA, Gabriel et al. Atlas da Agricultura Familiar de Goiás. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/396/o/Atlas_da_Agricultura_Familiar_em_GO-2Versao_jun20.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

MELO, Ana Clara de. **Direitos Constitucionais na Pandemia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

_____. **Formação do Pesquisador por meio de Práticas de Escrita para o Desenvolvimento**. João Pessoa: Ideia, 2012.

MILTON SANTOS. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MILTON SANTOS; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo I. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 51, n. 204, out./dez. 2014. pp. 269-285. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/204/ril_v51_n204_p269.pdf>. Acesso em: maio 2023.

MOREIRA, Vital. **A Ordem Jurídica do Capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1973.

NEVES, A. M. Alteridade e Direitos Fundamentais: uma abordagem ética. **Revista Direitos Fundamentais e Alteridade**. 2021. Disponível em: <https://www.mpatraoneves.pt/media/communications/slides/Power_Point_Alteridade_e_Direitos_fundamentais_-_uma_abordagem_%C3%89tica.pdf>. Acesso em: out. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. v.15, n.43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acesso em: mar. 2023.

PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. 2.ed. São Paulo: LVN, 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **O sentido de igualdade e bem-estar em Marx**. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/pjjnXw5y7xXVCtN5JW4zBwP/?lang=pt>>. Acesso em: mar. 2023.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. 2.ed. São Paulo: Forense, 1980.

PINEAU, Gaston. Alternância e Desenvolvimento Pessoal: a escola da experiência. **Pedagogia da Alternância**. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Salvador: IBELGA, 1999.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.
TAVARES, André Ramos; GAMA, Marina Faraco Lacerda. **O STF e a Constituição Econômica**. São Paulo: Intersaberes, 2022.

QUEIROZ, João Batista Pereira de (org). **Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo**. Funiversa, Brasília, 2006.

_____. **O Processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. Dissertação de Mestrado (Educação). Goiânia: FE/UFG, 1997.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

REGONINI, Gloria. Estado do Bem Estar. In: BOBBIO, Norberto et al. (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1983.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Lafonte, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. **Paradoxos do liberalismo teoria e história**. São Paulo: Co-Edição Vértice e IUPERJ, 1988.

SANTOS SILVA, Alexandre Leite dos et al. **Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões**. Picos: UFPI, 2020.

SARLET, Ingo. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2018.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

_____. **Os Direitos e Deveres Fundamentais na Constituição de Weimar**. 2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-ago-16/direitos-fundamentais-direitos-deveres-fundamentais-constituicao-weimar>>. Acesso em: Jul 2023.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. **Estudos e Pesquisas HISTEDBR**, 2008. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/044a/05a54926302ebcae789062b7ce7053d77427.pdf>>. Acesso em: maio 2023.

SCHUMPETER, Joseph E. On the Concept of Social Value. In: **Quarterly Journal of Economics**, volume 23, 1908. pp. 213-232. Disponível em: <<https://socialsciences.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/schumpeter/socialval.html>>. Acesso em: maio de 2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHMITT, Carl. **Teoria de la Constitución**. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1934.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2021.

SOUSA, Carla da Silva; SABIONI, Sayonara Cotrim; LIMA, Francisco de Sousa. **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Científica, 2021.

SOUZA, Washington Peluzo Albino de. **Primeiras Linhas de Direito Econômico**. 6.ed. São Paulo: LTR, 2017.

TEIZEN JR., Augusto Geraldo. **A Função Social no Código Civil**. São Paulo: RT, 2004.

TEPEDINO, Gustavo. **Premissas Metodológicas para a Constitucionalização do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado; LEAL, César Bastos. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Fortaleza: Expressão, 2017.

ULEN, Thomas; COOTER, Robert. **Direito e Economia**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Escola Família Agrícola de Orizona



FONTE: PPP, 2020



FONTE: Facebook, 2023

ANEXO B – Representante das EFAs do Estado de Goiás

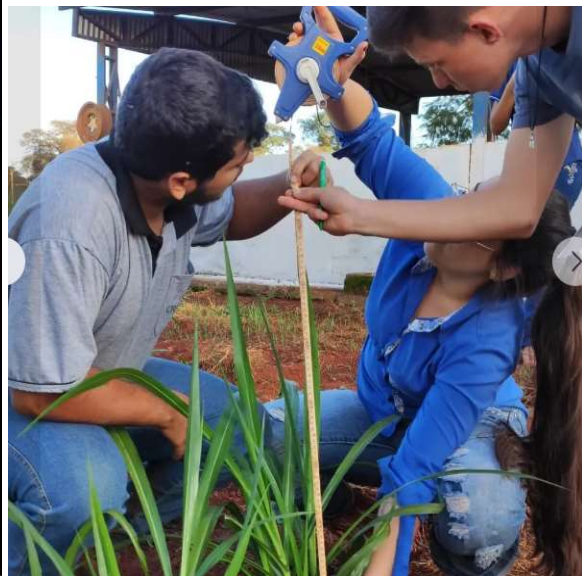


FONTE: Facebook, 2023

ANEXO C – Infraestrutura da EFAORI







ANEXO D – Aulas em Casa com a Aplicação da Teoria





ANEXO



ANEXO E – Produtividade (PPP, 2020)



ANEXO F – Instrumentos Pedagógicos da EFAORI (PPP, 2020)

Classificação	Mediação	Conceito
Mediadores de Pesquisa	Plano de Estudo	Pesquisa da realidade a partir de um tema gerador. Articula e organiza as sequências de Alternâncias, integra os espaços e tempos, contribui no compartilhamento de saberes e na integração das áreas de conhecimento.
	Folha de observação	Complementação à pesquisa da realidade, feita pelo Plano de Estudo.

Mediadores de Articulação escola-comunidade	Viagem e Visita de estudo	Confrontação com outras realidades, complemento, aprofundamento da temática do Plano de Estudo.
	Intervenção Externa	Palestra, depoimento, testemunho, comunicação de um saber vivencial como complemento e aprofundamento da temática do Plano de Estudo.
	Caderno da Realidade	Um portfólio para o registro das pesquisas do Plano de Estudo; relatórios das visitas de estudo, das intervenções externas, que pode ser incrementado com ilustrações, desenhos, croquis, mapas, fotos etc. Constitui-se no livro da vida do alternante.
	Caderno da Alternância ou de acompanhamento.	Comunica, registra, acompanha e avalia as atividades na sessão escolar e na estadia na comunidade, envolvendo todos os colaboradores na formação: estudantes, educadores, familiares e mestres de estágio, nos casos de estágio.
	Visita às famílias e comunidades	É uma atividade de extensão, realizada pelos educadores. Tem finalidades pedagógicas, sociais e técnicas. Oportuniza o conhecimento da realidade dos estudantes e potencializa a participação das famílias e comunidades no processo pedagógico da Alternância e na gestão do CEFFA.
	Plano de formação das famílias.	Uma estratégia de formação para engajamento das famílias e parceiros na vida socioeducativa do CEFFA.
	EFA na comunidade	EFA na comunidade é uma espécie de um dia de campo, realizado de acordo com o calendário escolar, seguindo uma orientação de realização em regiões distintas de abrangência da escola, onde neste momento é levado para toda a comunidade da região, palestras de temas diversos, práticas para contribuir em suas propriedades e ou comunidades, demonstração de atividades que estão dando certo em propriedades de estudantes ou da escola, sendo que os assuntos abordados são em comum acordo com a comunidade escolar daquela região. Onde para isto conta com a participação dos educadores da escola, os próprios estudantes também demonstram o que aprenderam e já começam a

		transmitir para a sociedade suas capacidades e experiências, além de parceiros diversos.
Mediadores de Compartilhamento de saberes	Colocação em comum	Espaços de socialização, problematização dos dados encontrados na pesquisa da realidade, por meio do Plano de Estudo. Ponto de partida para o planejamento posterior das aulas.
	Caderno didático	Material didático com uma metodologia apropriada para o ensino de conteúdos dos componentes curriculares, tendo por contexto as pesquisas da realidade, por meio dos Planos de Estudo.
Mediadores de Animação da vida de grupo	Tutorias	Acompanhamento personalizado, feito pela equipe de educadores.
	Organicidade	Auto-organização dos estudantes em grupos de trabalho (coletivo de jovens), de estudo, de autos serviços, limpeza, trabalhos domésticos, manutenção das unidades didáticas agropecuárias, lazer, Místicas etc.
	Serão	Espaço de atividades artístico-culturais, auto-organização, palestras, estudo dirigido, lazer etc., realizadas à noite, quando se tem a moradia na escola.
Mediador de Avaliação	Avaliação semanal	Avaliação coletiva sobre aspectos de aprendizagem, vida de grupo, auto-organização, autos serviços, coordenação pedagógica, relação professor-aluno.
	Caderno de Alternância	Faz a comunicação escola-família, conforme mencionado acima, mas também, constitui-se em mediação de avaliação.
Mediadores de Inserção social e profissional	Estágios/Vivências	A estadia na família e comunidade representa experiência de estágio, pois o alternante está ligado com o mundo da vida e do trabalho. Ele pode ser organizado como atividade supervisionada obrigatória, ou como vivência, não necessariamente obrigatória, acompanhadas por Mestres de Estágio, seja no Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio. O Estágio ou as Vivências podem ser: Comunitário, social, técnico-profissional.
	Atividades de retorno	Ação concreta (no campo produtivo, social, ambiental, cultural, político...) na família e/ou comunidade, culminando o tema de estudo do Plano

		de Estudo.
	Projeto Profissional	O objetivo é elaborar um projeto de inserção socioprofissional, que começa pelo debate do projeto de vida. O projeto profissional pode ser um

		apoio para os sonhos relativos ao Projeto de Vida. Oportunidade de diagnosticar, planejar, estudo de viabilidade, de aprender a elaborar um projeto na área produtiva, social, ambiental, etc. Este projeto pode ser implantado, a depender das condições da família, do acesso à fonte financeira próprio ou financiado e pelo acompanhamento técnico do CEFFA.
Mediadores de orquestração e gestão das alternâncias.	Plano de formação	Mediação das mediações. Plano de voo com as finalidades educativas. Organiza as alternâncias, o conjunto dos mediadores. Tematiza o currículo e articula as disciplinas, o saber escolar e o popular. Articula e dá sentido ao conjunto global do curso.
	Reuniões da equipe pedagógica e organização Semanal.	Planejamento, organização e avaliação do trabalho pedagógico

Ativ

ANEXO G – Cotidiano da EFAORI (PPP, 2022)

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	QUEM PARTICIPA
Acolhida	Espaço de acolhida e mística que ocorre sempre no início de cada sessão escola, que são trabalhados temáticas relacionadas a formação dos adolescentes e jovens, bem como temas relacionados a datas comemorativas.	Toda comunidade escolar
Orientação de turmas	Ocorre no início e encerramento de cada sessão escola, é momento para informar as atividades da semana e dar os devidos encaminhamentos.	Estudantes e professores
Planejamento dos Coletivos de jovens (grupos de trabalho)	Momento em que os coletivos se reúnem em suas áreas para realizarem o planejamento das atividades da semana. Ocorre sempre na segunda-feira da sessão escola. Coletivos existentes: 1. Sala de Aula; 2. Esporte e Lazer; 3. Refeitório; 4. Pátio e Jardim; 5. Plantas Medicinais e ornamentais; 6. Olericultura; 7. Fruticultura; 8. Bovinocultura e Fábrica de Ração; 9. Suinocultura; 10. Avicultura.	Estudantes e professores coordenadores dos coletivos
Organização dos dormitórios	Diariamente os grupos de cada dormitório fazem a organização do seu espaço.	Estudantes
Atividades dos coletivos	Momento de Prática nos coletivos (grupos de trabalho)	Estudantes
Momento de espiritualidade	Diariamente no intervalo da manhã, acontece o momento de espiritualidade onde é tratado do tema da semana, terminando	

	com uma oração. É coordenado pelos estudantes e professor de Ensino Religioso.	
Projeto - Oficinas	Momento de formação e desenvolvimento das habilidades, proporcionado aos estudantes pelos professores. Cada estudante participa da oficina que tem mais afinidade. São ofertadas oficinas de dança, música, teatro, agroindústria e empreendedorismo e protagonismo juvenil.	Estudantes
Projeto Feira Bazar e Companhia	Espaço para desenvolvimento do Protagonismo juvenil, fomentado pelo empreendedorismo, experimentado pela organização da Feira Bazar e companhia. Espaço para comercialização de produtos produzidos pelas oficinas e elas famílias dos estudantes.	

ANEXO H - exemplo de PPJ



CENTRO SOCIAL RURAL DE ORIZONA
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DE NÍVEL MÉDIO

GEOVANNA LOPES PEREIRA

CULTIVO DE ALFACE HIDROPÔNICA NO DISTRITO DE MANIRATUBA

ORIZONA

2022
GEOVANNA LOPES PEREIRA

CULTIVO DE ALFACE HIDROPÔNICA NO DISTRITO DE MANIRATUBA

Trabalho apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Técnico em Agropecuária de Nível Médio da Escola Família Agrícola de Orizona.

Orientador(a): Luciano Alves de Oliveira

ORIZONA
2022

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é todo dedicado aos meus pais, por terem sempre me acompanhado e me ajudado em todos os passos e tomada de decisões! Serei sempre grata por terem feito parte comigo nessa caminhada!

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por ter me mantido de pé durante esse ciclo da minha vida! Agradeço também minha família que sempre me apoiou, e me mostrou o quão importante era permanecer na escola e concluir os estudos do curso técnico.

Aos professores, que em dias difíceis me mostraram que era possível conseguir. Ao meu orientador Luciano, que sempre esteve disposto a ajudar, e também minha tutora Cida Fonseca que me deu forças para não desistir.

Agradeço muito pelo apoio dos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado me ajudando, me fizeram seguir em frente para concluirmos juntos mais essa etapa!

A motivação está
dentro de você!

Ache-a, use-a
para alcançar o seu
SUCESSO!

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DO PROJETO	10
2.	CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	11
3.	DEFINIÇÃO DO PROJETO	12
3.1	Título do Projeto.....	12
3.2	Eixo Temático do Projeto	12
3.3	Justificativa.....	12
3.4	Objetivo Geral	13
3.5	Objetivos Especifico.....	13
3.6	Metas	13
4.	EMBASAMENTO CIENTÍFICO	14
4.1	Doenças na hidroponia	15
5.	PROCESSO DE PRODUÇÃO.....	16
5.1	Informações de comercialização	19
5.2	ANÁLISE DE RISCOS E POSSIBILIDADES	20
5.3	PRODUÇÃO E RECEITA.....	20
5.4	Investimento	22
5.5	Custo de produção	24
5.6	Fluxo de caixa.....	25
5.7	Viabilidade	26
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Povoado Maniratuba com legenda dos comércios	11
FIGURA 2: Como ficará o berçário na parte de cima da bancada final.....	16
FIGURA 3: Mostrar como é a alface no sistema hidropônico.	17
FIGURA 4: Medidor de pH(condutivímetro)	17
FIGURA 5: Kit de nutrientes para hidroponia	18
FIGURA 6: Espaço a ser usado para implantar o projeto	19

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Materiais para a construção da estufa	22
TABELA 2 - Custos anuais do sistema hidropônico.	24
TABELA 3 - Custo operacional total da implantação do projeto de hidroponia.	24
TABELA 4 - Fluxo de caixa para o sistema de alface hidropônica.	25

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Análise de riscos e possibilidades.	20
QUADRO 2 - Produção de alface para ser produzida no sistema hidropônico em Maniratuba.	20
QUADRO 3 - Receita de venda de alface em Maniratuba.	21

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é parte importante da formação, requisito obrigatório para conclusão do Curso Técnico em Agropecuária de Nível Médio da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI). Construído ao longo dos três anos, partir da análise da realidade, da vocação, da viabilidade, das possibilidades de implantação com objetivo de promover melhorias na propriedade, gerar renda familiar, promover o desenvolvimento do meio e consequentemente, melhorar a qualidade de vida da família.

Depois de muitas idas e vindas, análise da realidade, verificação das possibilidades de implantação do projeto, foi definimos o tema da produção de alface por hidroponia. Inicialmente havia sido pensada a produção de maracujá, inclusive chegando a fazer o estágio nessa área e iniciar a escrita. Depois, principalmente levando em conta as características da propriedade familiar, localizada em povoado Maniratuba, pequena área/lote, insuficiente para cultivo de maracujá, optamos por alface lisa em sistema de hidroponia.

O trabalho encontra-se organizado por capítulos e tópicos, de modo a descrever a caracterização da propriedade; a definição do tema do projeto com título e eixo temático; a justificativa com objetivos e metas; embasamento científico; o processo de produção com a metodologia; aspectos de mercado; riscos e possibilidades; cálculos de produção e receita; a viabilidade do negócio; considerações finais, referências e anexos.

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade familiar localiza-se no Distrito de Maniratuba, município de Luziânia-GO, com uma distância de 100 km da cidade Luziânia e 44 km da cidade de Orizona-GO. Adquirida no ano de 2005, uma área de 608m², local em que a família morou um ano e logo saiu para trabalhar em uma fazenda próxima da região. Em 2015 retornou a propriedade onde reside atualmente.

A família é composta por quatro integrantes: Pai: Gilvane Antônio Pereira, 43 anos (lavrador), mãe: Maria Aparecida Vieira Lopes, 41 anos (babá), e os filhos: João Victor Lopes Pereira, 14 anos, e eu Geovanna Lopes Pereira, 17 anos, autora do presente projeto, atualmente estudante na na Escola Família Agrícola de Orizona-EFAORI, cursando a 3º série, conluinte do Curso Técnico em Agropecuária de Nível Médio

Para manutenção das despesas, o pai trabalha fora, numa fazenda próxima, pois na propriedade (um lote no Distrito) não é desenvolvida nenhuma produção que possa gerar renda. O clima da região é tropical, a água utilizada vem de uma mina próxima e de um poço artesiano que abastece toda a população.



FIGURA 1:Povoado Maniratuba com legenda dos comércios

(Fonte: Google Earth, 2022)

3. DEFINIÇÃO DO PROJETO

3.1 Título do Projeto

“Cultivo de Alface Hidropônica no Distrito de Maniratuba”

3.2 Eixo Temático do Projeto

O projeto de produção de alface hidropônica se encaixa no eixo Geração de Renda, foi definido por ser uma atividade possível de ser implantada na propriedade, mesmo se tratando de uma pequena área e ainda por ser um cultivo que se encaixa no trabalho familiar, tem mercado promissor para uma nova fonte de renda.

3.3 Justificativa

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ), é um requisito obrigatório para conclusão do curso Técnico em Agropecuária de Nível Médio, na Escola Família Agrícola de Orizona. Na terceira série, cada estudante define um tema, planeja, elabora e ao final, apresenta e defende seu projeto em banca examinadora.

Um caminho foi percorrido para chegar até aqui! Os primeiros pensamentos de projeto eram voltados para o cultivo de maracujá, chegando até a realizar estágio na área e iniciar o desenvolvimento da escrita. Numa visita dos professores, analisada a área / lote da propriedade, foi questionada a definição do tema, pela impossibilidade de ser implantado na propriedade familiar por causa do tamanho da área, espaço ser insuficiente. Ainda assim, insistimos em permanecer com a ideia da produção de maracujá e imaginamos desenvolver o projeto na propriedade onde meu pai trabalha. Nesse meio tempo, iniciamos um estudo da área e formas de viabilizar na forma de arrendo, logo percebemos algumas dificuldades e resolvemos voltar o olhar para a propriedade familiar e tentar descobrir algo possível em casa mesmo.

Nesse período, foram encontradas muitas dificuldades na escolha do tema, chegando até pensar em desistir dos estudos no final do primeiro semestre. No entanto, com apoio da família, de amigos, da tutoria, de alguns professores, logo consegui retomar a formação na escola já com um tema em mente, a “Alface hidropônica”.

Juntamente com a família, foi definido o projeto de produção de alface hidropônica, com objetivo de gerar uma fonte de renda rápida e de baixo custo. Será implantado em uma área de 56m², produção de pequeno porte, possível ofertar o produto o ano todo, comercializar no povoado mesmo, para a própria população e para turistas que passam pelo Distrito Maniratuba rumo ao Lago Corumbá III. A produção comercializada será suficiente para ajudar na renda da família.

Esse projeto se justifica, também, pelo fato de o povoado não possuir oferta de alface no mercado e sendo assim, poderá amenizar as dificuldades e gastos com a busca pelo produto em lugares distantes, e possibilitando uma hortaliça fresca e de boa qualidade.

3.4 Objetivo Geral

Produzir alface hidropônica e comercializar no povoado de Maniratuba, buscando fortalecer o trabalho familiar, gerar renda para a família e ofertar um produto de qualidade para a população local e turistas do Lago Corumbá III.

3.5 Objetivos Específico

- Demarcar a área e realizar a limpeza e organizar o local de implantação;
- Realizar o levantamento dos custos necessários para a implantação da produção hidropônica;
- Construir uma estrutura com os equipamentos adequados;
- Produzir e comercializar alface hidropônica de boa qualidade.

3.6 Metas

- Organizar o terreno em janeiro de 2023;
- Adquirir equipamentos em fevereiro de 2023;
- Começar a transplantar em março de 2023;
- Divulgar o trabalho em março de 2023;
- Plantar 240 mudas por mês;
- Iniciar a comercialização com entrega de cestas final de 2023.

4. EMBASAMENTO CIENTÍFICO

A produção de alface hidropônica se baseia na não utilização do solo para o cultivo, mas no uso de uma estrutura específica, elevada, e que conta basicamente com sol e água. Estas são, de maneira simplistas, as características de um sistema hidropônico, que tem se revelado como opção cada vez mais recorrente entre produtores e até mesmo para ambientes domésticos. Isso, pelo fato de o sistema revelar melhor rendimento e redução de ciclo em comparação ao cultivo tradicional, sobretudo na produção de alface. (REVISTAAGROPECUÁRIA,2020).

O sistema hidropônico como recurso de produção agrícola é uma técnica recente, se considerarmos a evolução agrícola no planeta. Estabeleceu-se no Brasil na década de 1980. A hidroponia é uma técnica empregada no cultivo de plantas sem a utilização do solo, de forma que os nutrientes minerais são fornecidos através de água por meio de uma solução nutritiva balanceada para as necessidades da planta que se deseja cultivar. (HIDROPONIA,2022)

O processo de hidroponia apresenta várias vantagens em relação às formas de cultivo tradicionais, como: crescimento mais rápido; maior produtividade; aumento de proteção contra doenças, pragas e insetos nas plantas. Dentre as desvantagens, está o alto custo inicial do processo, devido à necessidade de construção de estufa, bancadas, sistema hidráulico e elétrico. (MELONIO N., 2012).

As plantas são compostas por água e elementos assimilados dela e do ar, sendo eles três elementos não minerais: O Carbono (C), que vem do ar, o Hidrogênio (H), que vem da água e Oxigênio (O), que vem do ar e da água. Porém, na hidroponia, elas são compostas por mais 13 elementos minerais que, nessa técnica de cultivo, são absorvidos via sistema radicular, ou seja, através da solução nutritiva pelas raízes. Os elementos minerais essenciais são divididos em dois grupos: Os macronutrientes e os micronutrientes. (HIDROGOOD, 2019)

Os macronutrientes possuem uma subdivisão, os macronutrientes primários: Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K), e os macronutrientes secundários: Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Enxofre (S). Esses são os elementos minerais absorvidos em maiores quantidades. Já os micronutrientes são o Boro (B), Cloro (Cl), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn), Molibdênio (Mo) e o Zinco (Zn), absorvidos em menores quantidades. (HIDROGOOD, 2019)

4.1 Doenças na hidroponia

Míldio: É uma das maiores ameaças ao cultivo dessa folhosa, podendo causar perdas superiores a 80%. Os sintomas são observados primeiramente nas folhas basais das plantas, através de manchas verde-claras ou amareladas, úmidas e de tamanho visível. Ao evoluírem tornando-se necróticas, perdas e cobertas por um crescimento branco na face superior. (DOMINGUES, J. T., 2014).

O motivo para o desenvolvimento do míldio pode variar, pode ser semente infectada, solo infestado, dentre outros (REVISTA CULTIVAR, 2020).

Tripes: Os danos referem-se à sua característica sugadora, que danifica folhas e brotação, deixando pontos prateados por onde passam.

Para o controle da tripes é usado a armadilha de cor azul, pode ser de garrafa pet, usando cola entomológica por toda a garrafa, e pendurada com arame na área de cultivo. (EMBRAPA, 2020).

Outra técnica de monitoramento e captura de tripes é a batida de ponteiro, que consiste simplesmente em chacoalhar as folhas da parte de cima das plantas sobre uma bandeja branca durante as inspeções periódicas nos viveiros. (EMBRAPA, 2020)

Os inseticidas naturais também são excelentes alternativas de controle de tripes como o defensivo agrícola de farinha de trigo, sendo colocada em um recipiente com água, agite, coe e pulverize nas plantas. A calda da farinha vai matar os tripes. Com o passar do tempo, a calda seca ao sol, formando uma camada branca de pó que cobrira os insetos. (EMBRAPA, 2020)

5. PROCESSO DE PRODUÇÃO

O primeiro passo que deve ser feito é a escolha do local, e por preferência da família era fazer dentro do povoado, para assim ser mais fácil de cuidar, irá ser utilizado a inclinação do solo para fazer as bancadas.

Será construído uma bancada de 12m de comprimento, por 2m de largura e 1,0m de altura, contendo 5 linhas de perfil, usando 10 canos de PVC de 75mm, e totalizando 240 plantas por mês. O espaçamento por planta e perfil será de 25x25. Nos primeiros meses não será usado o berçário, as mudas serão compradas em viveiros ou horta de qualidade.

Futuramente, se estiver ocorrendo tudo bem, será construído o berçário onde se dá os primeiros desenvolvimentos dos quinze dias, vai ser construído por cima das bancadas, assim será ocupado um menor espaço, com 5 linhas de perfil, 6m cada, tendo um espaçamento por plantas e perfil de 12,5x12,5, concluindo 240 mudas. Terá um aumento na produção pois vai rodar o plantio, assim que as plantas da bancada final estiverem nos seus 25 dias, as mudas compradas serão transplantadas para berçário, e logo que tiver a colheita da bancada final, as plantas do berçário passarão para a bancada da parte de baixo.



FIGURA 2: Como ficará o berçário na parte de cima da bancada final.

(Fonte: Embrapa, 2020)



FIGURA 3: Mostrar como é a alface no sistema hidropônico.

(Fonte: Embrapa,2020)

O pH da água deve se manter entre 5,5 a 6,5. Isto é o que garante que a planta seja capaz de absorver todo o nutriente que a solução entrega. O próprio processo de absorção diário que as plantas fazem impacta o pH, o alterando. A medição três vezes ao dia com o peagômetro será necessária.



FIGURA 4:Medidor de pH(condutivímetro)

(Fonte: mercado livre, 2022)

Os substratos são os materiais que servirão como o adubo para essas plantações, sendo misturados na água, que os levará para toda a plantação. Entre os principais substratos será usado nitrato de sódio, nitrato de cálcio e sulfato de potássio.



FIGURA 5:Kit de nutrientes para hidroponia

(Fonte: Mercado Livre, 2022)

A utilização da bomba sarlo Better, irá ser essencial para as cinco linhas da bancada e para o futuro berçário, usando 1,5L de água por minutos, e 45L por hora em cada linha de perfil, resultando 225 L/h em toda a hidroponia. A bomba que vai ser utilizada tem a capacidade de mandar 1000L/h. Com a ajuda do Timer analógico, a água vai ser ligada a cada 15minutos, a planta precisa desse processo para não ocorrer perdas.

A temperatura ideal da nutrição deve ser mantida em torno dos 25°C e não ultrapassar os 28°C, quanto maior a temperatura, menor a capacidade de dissolver o oxigênio.

Sombrite

Para a cobertura, será usado sombrite, tendo um metro de espaçamento na lateral da bancada e 3m de pé direito, tendo 21x11m dando um total de 231m², será usado o sombrite vermelho com 50% de densidade, que é um coeficiente que protege a planta sem deixar faltar luz, a tela reduz a passagem de raios UV e transmite uma luz difusa, esse controle faz com que haja menor incidência de insetos e doenças. Nos períodos chuvosos a tela tem a função de minimizar impactos e perdas de mudas por excesso de água.



FIGURA 6: Espaço a ser usado para implantar o projeto

(Fonte: Autora própria, 2022)

5.1 Informações de comercialização

O cultivo hidropônico vem crescendo rapidamente em todo o Brasil. A expansão do negócio pode ser atribuída a uma série de fatores como: os consumidores estão à procura de produtos de qualidade, e a hidroponia possibilita que o produtor possa ofertar esse produto o ano todo.

A comercialização será realizada no Povoado de Maniratuba, através dos mini mercados que não possuem o produto, e também nas duas escolas da comunidade. Ainda terá uma grande vantagem por parte do local ter um grande movimento por questão do lago Corumbá III que aos fins de semanas estão sempre cheios, e as pessoas sempre procuram por esse produto dentro do povoado.

O preço de comercialização será num valor de R\$ 3,00 cada pé, e em sacolas próprias para alface de 38x48 cm. Pegando as 8 safras com 240 mudas, tem um total de 1.920 pés em toda a produção por ano, dando um valor por safra de R\$720,00 e de receita anual R\$5.760,00.

As alfaces que não forem vendidas serão consumidas pela família, e se estiver muitas sobras vão ser doadas para pessoas necessitadas ou vendidas por um baixo valor financeiro.

5.2 Análises de riscos e possibilidades

QUADRO 1 - Análise de riscos e possibilidades.

Análise de riscos e possibilidades	
AMBIENTE INTERNO	
Pontos fortes	Pontos fracos
• Lago Corumbá nas extremidades garantindo fluxo de pessoas; • Mão de obra familiar; • Implantação em área própria da família; • Possibilidade de implantação de projeto de produção agrícola mesmo em pequena área/lote.	• Escala de produção de ciclo curto; • Pouca disponibilidade de recursos hídricos; • Presença de insetos em estágio avançados;
Oportunidades	Ameaças
• Maior conhecimento na área escolhida; • Utilizar redes sociais para vendas e divulgar na produção; • Comercialização direta com o consumidor final; • Produção satisfatória no período da entressafra;	• Falta de energia para manter em funcionamento; • Altos investimentos; • Oscilação nos preços de insumos; • Concorrência e alta oferta de produtos entre safra;

Fonte: (Autora própria, 2022)

5.3 Produção e receita

QUADRO 2- Produção de alface para ser produzida no sistema hidropônico em Maniratuba.

Produto	Alface
Área destinada a produção	56m ²
Ciclo de produção (tempo)	35 a 45 dias
Número de safra por ano	8
Produção por safra	240
Produção por ano	1.920

(Fonte: Autora própria, 2022)

QUADRO 3- Receita de venda de alface em Maniratuba.

Preço médio de venda	R\$ 3,00
Receita total por safra	R\$720,00
Receita total por ano	R\$5.760,00

(Fonte: Autora própria, 2022)

5.4 Investimento

TABELA 1 - Materiais para a construção da estufa

Investimento						
Itens	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Já possui ou não	
Cano PVC - 75 mm	6m	10	R\$ 105,00	R\$ 1.050,00	Não	
Cano PVC - 50mm	6m	5	R\$ 47,00	R\$ 235,00	Não	
Canos PVC-20mm	6m	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	Não	
T de PVC-75mm com redução para 50 mm	1	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00	Não	
Redução de 50 mm /40 mm	1	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50	Não	
T de PVC 20 mm saída de rosca ½	1	1	R\$ 2,00	R\$ 2,00	Não	
Adaptador com rosca com saída para mangueira ½	1	1	R\$ 1,20	R\$ 1,20	Não	
Joelho PVC 40	1	1	R\$ 3,00	R\$ 3,00	Não	
Tampões PVC 75 mm	5	5	R\$ 4,50	R\$ 22,50	Não	
Tampões PVC 20 mm	2	2	R\$ 2,00	R\$ 4,00	Não	
Mangueira de jardim ½	4m	1	R\$ 5,00	R\$ 20,00	Não	
Braçadeira ½	2	2	R\$ 2,00	R\$ 4,00	Não	
Barra rosqueada	4	4	R\$ 9,00	R\$ 36,00	Não	
Reservatório de água	1000L	1	R\$ 460,00	R\$ 460,00	Não	
Bomba sarlo better	1	1	R\$ 76,00	R\$ 76,00	Não	
Timer analógico (temporizador) 15min	1	1	R\$ 48,00	R\$ 48,00	Não	
Conduvívmetro 3 em 1	1	1	R\$ 245,49	R\$ 245,49	Não	
Porcas	50	50	R\$ 0,30	R\$ 15,00	Não	
Arruelas	50	50	R\$ 0,25	R\$ 12,50	Não	
Enforca gato	25cm	50	R\$ 0,20	R\$ 10,00	Não	

Arame liso	1kg	1	R\$ 33,40	R\$ 33,40	Não
Caibro 5x5	60m	-	R\$ 13,91	R\$ 834,60	Não
Toco	2,50m	12	R\$ 105,00	R\$ 1.260,00	Não
Toco	3m	2	R\$ 130,00	R\$ 260,00	Não
Vigota	4m	4	R\$ 160,00	R\$ 640,00	Não
Tela vermelha leno 50%	231m ³	231m ²	R\$ 9,60	R\$ 2.217,60	Não
Mão de obra				R\$ 1.000,00	
Total				R\$ 9.023,39	

(Fonte: Autoria própria., 2022)

5.5 Custo de produção

Itens	Unidade	Quantidade (ano)	Custo Unit. (R\$)	Custo total (anual)
Mudas	Mudas	2.016	R\$ 0,09	R\$ 181,44
Energia	kwh	48	R\$ 0,90	R\$ 43,20
Kit de solução nutritiva 1000L	-	3	R\$ 55,90	R\$ 167,70
Embalagem (sacolas) 38x48 cm	UN	2.016	R\$ 0,07	R\$ 141,12
Total:				R\$ 533,46

TABELA 2 - Custos anuais do sistema hidropônico.

(Fonte: Autora própria, 2022)

TABELA 3 - Custo operacional total da implantação do projeto de hidroponia.

Custo Operacional Total		
Item	Valor por Ciclo	Valor Anual
Mão de obra familiar	R\$ 1.687,50	R\$ 13.500
Depreciação	R\$ 75,19	R\$ 601,55
C.O.E	R\$ 66,68	R\$ 533,46
Total:	R\$ 1.829,37	R\$ 14.635,00

(Fonte: Autora própria, 2022)

5.6 Fluxo de caixa

TABELA 4 - Fluxo de caixa para o sistema de alface hidropônica.

DESCRIÇÃO	0	1	2	3	4	5
ENTRADAS	R\$ -	R\$ 8.640,00	R\$ 8.640,00	R\$ 8.640,00	R\$ 8.640,00	R\$ 8.640,00
Venda de Alface	R\$ -	R\$8.640,00	R\$8.640,00	R\$8.640,00	R\$8.640,00	R\$8.640,00
SAÍDAS	R\$ 9.023,39	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46
Valor das benfeitorias	R\$ 9.023,39					
COE	R\$ 0,00	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46	R\$ 533,46
FLUXO DE CAIXA	-R\$ 9.023,39	R\$ 8.106,54	R\$ 8.106,54	R\$ 8.106,54	R\$ 8.106,54	R\$ 8.106,54
VALOR PRESENTE	-R\$9.023,39	R\$7.647,68	R\$7.214,79	R\$6.806,41	R\$6.421,14	R\$6.057,68
VALOR PRESENTE ACUMULADO	-R\$9.023,39	-R\$1.375,71	R\$5.839,08	R\$12.645,49	R\$19.066,63	R\$25.124,31
VALOR PRESENTE LÍQUIDO - VPL	R\$ 25.124,31	R\$ 25.124,31				
TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	86%	86%				
PAYBACK		1,142119957	1,7054395	21,1631847		
TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE - TMA	6%					

(Fonte: Autora própria, 2022)

5.7 Viabilidade

O estudo de viabilidade, é necessário em todo projeto, e deve ser considerado em três principais pilares: social, ambiental e econômico.

No aspecto social, esse projeto considerado viável, será realizado em família promoverá melhor qualidade de vida, permanência na propriedade com geração de trabalho e renda, comprovando ser possível produzir alimento num pequeno espaço/área, ofertar um produto de qualidade e ainda obter lucro para a família.

Em relação à viabilidade ambiental, será explorada pequena área atualmente inutilizada no quintal da propriedade, com conhecimento do funcionamento do sistema hidropônico, será utilizada a água na medida do necessário e uso racional dos produtos de tratos culturais e controle da produção de modo que não afetará o meio ambiente.

O projeto é viável legalmente pois não inflige nenhuma lei, e financeiramente observa-se um bom potencial de viabilidade, com uma taxa de retorno de **86%**, e uma taxa mínima de **6%**, tendo um custo no valor de **R\$ 9.023,39**, sendo pago em 1ano/1mês/21dias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as experiências de estudos e estágios, foi possível compreender a importância do aprendizado adquirido no decorrer dos três anos no Curso Técnico em Agropecuária.

Em meio a tantos desafios de quase dois anos em aulas remotas / à distância (online), meses de pensamentos negativos, desinteresse, vontade de desistir, é incrível pensar que consegui vencer e chegar até aqui!

Olhando para o percurso, desde lá no começo e agora nesta etapa final, dá para enxergar as mudanças que ocorreram em mim. Parece ter iniciado ainda uma criança e agora uma mulher com grandes responsabilidades nos estudos e vislumbrando um projeto profissional.

Diante de todos os aspectos apresentados, em meio tantas dificuldades, foi possível chegar em um objetivo, encontrar motivação e fazer um projeto na área agrícola. A produção de alface hidropônica será desenvolvida na residência, garantindo um futuro melhor com geração de trabalho e complementação da renda familiar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REVISTA AGROPECUÁRIA. **Entenda mais sobre esse sistema de cultivo.** 3 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.revistaagropecuaria.com.br/2020/06/03/alface-hidroponica-entenda-mais-sobre-esse-sistema-de-cultivo>

DOMINGUES R.J. **O que o míldio causa na alface.** Junho de 2004. Disponível em: http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/bio/v76_1/tofoli2.pdf

EMBRAPA HORTALIÇAS. **O que é, e qual o controle do tripses.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://safraviva.com.br/tripes/>

HIDROGOOD. **Solução nutritiva** -12 de março 2019. Disponível em: <https://hidrogood.com.br/noticias/hidroponia/nutricao-das-plantas-nutrientes-e-suas-funcoes>

NANDA MELONIO. **Vantagens e desvantagens.** 4 de maio de 2012. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/25959-hidroponia-conheca-os-pros-e-contras-nesses-tipos-de-cultivo/#:~:text=O%20processo%20de%20hidroponia%20apresenta,possibilidade%20de%20plantio%20fora%20de>

PLATAFORMA HIDROPONIA. **Características.** 2022. Disponível em: <https://plataformahidroponia.com/a-hidroponia/>

REVISTA CULTIVAR. **Desenvolvimento do míldio.** 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/manejo-do-mildio-em-alface>



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Yasmin Aparecida Santos Série: 1º ANO Região: Rural
 Horário da visita: 11:30 Data: 22/03/2023 Município: Uruçuí
 Responsáveis pelo estudante: Milene Aparecida dos Reis e Jorgina Pereira dos Santos Junior
 Monitores: Janeiro e Janderson

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo		X				Sexo, um dia;
Caderno da Realidade	X					com ilustrações;
Caderno de Acompanhamento		X				frutas melhorou a escrita;
Atividades para casa		X				levar a fazer, fazer mais para o dia seguinte;
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Oleicultura						Não houve;
Zootecnia						Perquiria, rede, galinhas, de galinhas;
Agricultura		X				Citricultura de um pomar de laranjeiras;
Pomar		X				Atividade de pomar de laranjeiras;
Gestão						Não houve;
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal				X		
Sectores produtivos				X		
Lixo						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família	X					Houve muito o amor;
Colegas	X					Houve convivência em grupo;
Projetos a serem acompanhados						
Projeto farmácia verde		X				Em execução no início;
						Apresentaram remuneração;

Projeto experimental				Mãe foi abordada;				
Outros				1				

Observações da Família

Escola auxiliar no fornecimento de projetos, o pai não é a favor da filha estudar no EJA, pois tem responsabilidades fora da escola e sua propriedade, o pai não tem a mesma responsabilidade da escola.

Observações dos Monitores

A estudante trouxe algumas dificuldades ao falar, tem dificuldade na escrita e dificuldades de ler, possui problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem e de socialização, dificuldades de comunicação, dificuldades de expressão oral e escrita.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

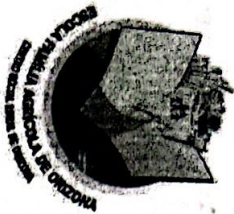
Seguir com o projeto de leitura e escrita.

Assinatura do estudante e da família

Yamim Ap. Santa Maria Oliveira da Silva

Assinatura dos monitores

Andressa Martins Souza e Sandra Pereira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Maria Caroline Carmine Série 1º ANO Região: Pocão
Horário da visita: 13:30 Data: 22/03/2023 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: _____
Monitores: Anderson e Sandra

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo		X				Sete mapas qualitativos
Caderno da Realidade		X				com atividades e bem escrito.
Caderno de Acompanhamento		X				Relata muito bem as situações, preciso melhorar português.
Atividades para casa	X					Muito atarefado.

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal		X				
Setores produtivos		X				
Lixo	X					
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				
Colegas		X				

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório	
					entregue	
Projeto farmácia verde				da iniciação e plantas. ervas, hortas, alface.		X



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Marcelo Paulo Sousa Teixeira Série: 1º ANO Região: Beirão da Piedade
Horário da visita: 08:30 Data: 04/04/23 Município: Beirão da Piedade
Responsáveis pelo estudante: Paula Aparecida Alves Sousa
Monitores: Júlia

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						
Caderno de Acompanhamento			X			Caderno está com a capa faltando o 1º e 2º cadernos de o momento da visita não tinha perto nenhuma
Atividades para casa						

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						Diagnóstico da professora Júlia
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal	X					
Setores produtivos	X					
Lixo	X					
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				
Colegas		X				

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
					Sim	Não
Projeto farmácia verde				Apreensão e administração		

Projeto experimental							
Outros							

Observações da Família

A mãe relatou que tem um bom diálogo com o estudante. O estudante tem demonstrado interesse na realização das atividades, mais responsável.

Observações dos Monitores

A família mora na cidade e a mãe tem um espaço atrás da casa para hortas e algumas fruteiras em frente a casa. O estudante vai para praticar natação e ainda em uma propriedade onde há cada de caca. A mãe acompanha o filho, participa de tudo.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

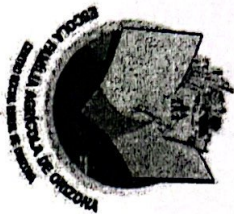
- Realização das atividades da propriedade para programa Michelle.
- Mãe do aluno

Assinatura do estudante e da família

Paulo Alexandre Alves Souza
e Marcos Paulo Souza Ferreira

Assinatura dos monitores

Paulo Alexandre



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Kauly Caroline F. Moura Série: 1º ANO Região: Campo Alentejo
Horário da visita: 11:50 Data: 07/10/20 Município: Orizônia - GO
Responsáveis pelo estudante: _____
Monitores: Judson e Cida Ferreira

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo	X					
Caderno da Realidade	X					excelente organização
Caderno de Acompanhamento	X					
Atividades para casa	X					

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura		X				
Zootecnia	X					
Agricultura		X	X			
Pomar		X	X			
Gestão		X				boa organização e limpeza

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família						
Colegas						excelente, mãe agente de saúde excelente

	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
Projetos a serem acompanhados					Sim	Não
Projeto farmácia verde	X			iniciado, pesquisa no próximo mês para a fralda.		



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Stefany de Souza Oliveira Série: 1º ANO Região: Rio do Peixe
Horário da visita: Data: Município: Orizônia - RS
Responsáveis pelo estudante: mãe: Milda Maria de Souza
Monitores: Janderson e Dida Farias

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo	X					organização excelente
Caderno da Realidade	X					" "
Caderno de Acompanhamento	X					" "
Atividades para casa						OK sempre melhora sua aprendizagem

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						legislação familiar mendocina
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal						OK
Sectores produtivos						OK
Lixo						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				mãe acompanha cada pai na prática
Colegas		X				

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
					Sim	Não
Projeto farmácia verde	X			Ainda em fase planejada -		



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Roberta Ketlen de Souza Série: 1º ANO Região: Região Sul
Horário da visita: 12:30 Data: 08/03/2013 Município: Viamonte
Responsáveis pelo estudante: Monica e Joacir de Souza
Monitores: Sandra Pereira e Joacir de Souza

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS												
	O	MB	B	R	P	Observações						
Plano de Estudo	<u>x</u>											
Caderno da Realidade	<u>x</u>											
Caderno de Acompanhamento	<u>x</u>											
Atividades para casa	<u>x</u>											
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO												
Olericultura	<u>x</u>					<u>plantar pedreira</u>						
Zootecnia	<u>x</u>											
Agricultura												
Pomar												
Gestão												
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA												
Quintal	<u>x</u>											
Setores produtivos	<u>x</u>											
Lixo	<u>x</u>											
RELAÇÕES INTERPESSOAIS												
Família	<u>x</u>											
Colegas	<u>x</u>											
Projetos a serem acompanhados						Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue		
Projeto farmácia verde						<u>x</u>					Sim	Não

Estágio (80h)													
Caderno Zootécnico													
Outros													

Observações da Família

7

Observações dos Monitores

Muito boa a visita, Organizada.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Aluísia Kellen de Souza Gilson José de Souza

Assinatura dos monitores

Sandra Pereira, Renata



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Eduardo Mendes da Silva Série 1º ANO Região Região Sul
Horário da visita: 13:53 Data: 08/03/2023 Município: Joazeiro
Responsáveis pelo estudante: Marlene Mendes da Silva e João Elias da Silva
Monitores: _____

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade		X				
Caderno de Acompanhamento			X			
Atividades para casa			X			

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura							Em pequeno espaço
Zootecnia							
Agricultura							Em pequeno espaço
Pomar							
Gestão							
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA							
Quintal							Organizada
Setores produtivos							
Lixo							Organizado (melhor coleta)
RELAÇÕES INTERESSAIS							
Família	X						
Colegas	X						

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório	
					Sim	Não
Projeto farmácia verde	X					



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Isadora Vitoria dos Santos Série 1º ANO Região: Cachoeira
Horário da visita: 13:10 Data: 15.03 Município: Guaporã
Responsáveis pelo estudante: Isadora e Isabela dos Santos
Monitores: Isabel e Isabela

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS							
	O	MB	B	R	P	Observações	
Plano de Estudo		X				Feito com os pais.	
Caderno da Realidade	X						
Caderno de Acompanhamento	X						
Atividades para casa	X						
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO							
Olericultura							
Zootecnia	X					Isadora toma conta da lavoura. Ajuda em todas as atividades.	
Agricultura							
Pomar							
Gestão							
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA							
Quintal	X						
Setores produtivos	X						
Lixo	X						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS							
Família							
Colegas						sem problemas.	
Projetos a serem acompanhados							
Planejado							
Executado							
Especificações							
Observações						houve as mudas.	
Relatório entregue						Sim	Não



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Geia Flávia Teixeira Gonçalves Série 1º ANO Região: Graxineira
Horário da visita: 09:06 Data: 15.03.23 Município: Graxineira
Responsáveis pelo estudante: Adriano Henrique e Fernanda Lima
Monitores: Larky e Auriana

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo		X				
Caderno da Realidade			X			
Caderno de Acompanhamento		X				
Atividades para casa		X				
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal						
Sectores produtivos			X			
Lixo						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família	X					
Colegas	X					
Há observações mútuas e bastante interação						
Projetos a serem acompanhados						
Planejado						
Executado						
Especificações						
Observações						
Projetos a serem acompanhados						
Planejado						
Executado						
Especificações						
Observações						
Projeto farmácia verde						
Planejado						
Executado						
Especificações						
Observações						
Farmácia mudas						
Planejado						
Executado						
Especificações						
Observações						
Relatório entregue						
Sim Não						

Projeto experimental							
Outros							

Observações da Família

O pai presta serviço e a mãe sempre uma casa para
mulheres a vender. Sempre que possível, o estudante acompa-
nha o pai nas atividades de serviço.

Observações dos Monitores

Ao questionar, há abacaxi, queroser, mandioca, frutos
diversos para subsistência, agricultura,
trabalho principalmente da agricultura.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Flávio Henrique Gonçalves Formosa da Lima Pereira
João Alvaro R. Gonçalves

Assinatura dos monitores

André Fernandes Luciano Alves



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Julia Pereira da Cunha Série 1º ANO Região: Serra
Horário da visita: 19:00 Data: 16/03/23 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Maria Natividade e Cleidimar
Monitores: Jaillle e Sandra

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo	X					
Caderno da Realidade		X				
Caderno de Acompanhamento		X				
Atividades para casa						
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal		X				
Sectores produtivos						
Lixo		X				
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família	X					
Colegas	X					

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
					Sim	Não
Projeto farmácia verde				Organizada a apresentação do projeto farmácia verde		

Projeto experimental						
Outros						

Observações da Família

A família relatou que a estudante é muito dedicada, organizada, tem estado na EJA, há de semana de provas. A família relatou que a estudante se envolveu nas atividades da escola, acompanhando o pai, pagando, tratando de tudo.

Observações dos Monitores

As famílias mora na fazenda de Mr. Haman, são empregados. A mãe foi reformada, limpa, organizada, a estudante principal é gême de sorte.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Maria Natália Lima da Cunha Cláudia da Cunha

Mário Vieira da Cunha

Assinatura dos monitores

~~Problema~~ Sandra Pereira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Rafael Mendes Alves Motas Série 1º ANO Região: Desce
Horário da visita: 12:00 Data: 16/03/23 Município: Ilópolis
Responsáveis pelo estudante: Alvine e Giselle
Monitores: Jucille e Sandra

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS								
	O	MB	B	R	P	Observações		
Plano de Estudo								
Caderno da Realidade				X				
Caderno de Acompanhamento				X		Não foi utilizado SE para visita		
Atividades para casa						Realizado aluno		
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO								
Olericultura								
Zootecnia								
Agricultura								
Pomar								
Gestão								
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA								
Quintal								
Setores produtivos								
Lixo								
RELAÇÕES INTERPESSOAIS								
Família								
Colegas								
Relatório entregue								
						Sim	Não	
Projetos a serem acompanhados								
Planejado								
Executado								
Especificações								
Observações								
Projeto farmácia verde								

Projeto experimental							
Outros							

Observações da Família

O estudante está se adaptando, o desempenho acadêmico é bom, mas a adaptação é muito boa, e o estudante gosta o pai na propriedade. O pai tem idade muito da estudante.

Observações dos Monitores

O proprietário tem 3 alunas, atividade principal é a agricultura (leitura), o pai é sócio em Maracá. O estudante não está fazendo mais as atividades da SF.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

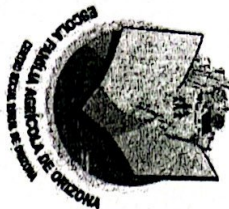
- fazer mapa de planta medicinal
- fazer o trabalho de projeto científico
- fazer o trabalho de aula prática da pesquisa

Assinatura do estudante e da família

Alina de Carvalho Alves, Ruyana Judy Eliseo Matias.
Cristina e mãe

Assinatura dos monitores

Michelle de Oliveira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante Ana Clara Cardoso Marques Série 1º ANO Região São Sebastião
Horário da visita 11:35 Data: 14-03-23 Município: Gilbânia
Responsáveis pelo estudante: Ana Lúcia de Sousa Cardoso / Diego Marques Pinto
Monitores: Cleora e Priscilla

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade		X				Relatório feita
Caderno de Acompanhamento		X				completo
Atividades para casa						virada não fez o relatório da semana

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia		X				Feito
Agricultura						
Pomar						
Gestão						

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal				X		Falta organização e limpeza.
Setores produtivos				X		Solo de alvenaria OK. Solo de formosa ruim. Local de armaz. rotação muito desorganizada.
Lixo				X		Muito pouco, bombar e outros lixos para o lixo comum.

RELACIONES INTERPESSOAIS

Família						Feito
Colégas			X			Sem reclamações

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
Projeto farmácia verde	X			Dentro das expectativas	Sim	Não

Estágio (80h)				NÃO SE APLICA							
Caderno Zootécnico				NÃO SE APLICA							
Outros											

Observações da Família
 Estrutura da família que ainda tem dificuldade de adaptação. Porém, gosta muito da localidade. Tem disponibilidade com o tempo da vida e se envolve nas atividades da propriedade.

Observações dos Monitores

A propriedade é de 36 ha, trabalham com pecuicultura de leite e produção de grãos como fonte de renda. A subsistência produzida hortaliças, sucultura e piscicultura. A família não gosta muito de trabalhar doméstico mas ajuda no curral e na lavoura. É perceptível que ajuda muito, mas se aplica pouco. No questionário sobre alguns dados, demonstra desconhecimento.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

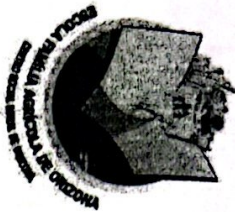
Não se aplica

Assinatura do estudante e da família

Ismael Eliseu C. Marques Diretor Marcos Vinícius Ara Lúcia de Souza
 Cardeiro.

Assinatura dos monitores

Francisca C. de Oliveira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Thallon Af. Ricardo Moreira da Silva Série 1º ANO Região: São Sebastião
Horário da visita: 9:50 Data: 14-03-23 Município: Silvânia
Responsáveis pelo estudante: Miquilina Moreira Pereira / Mateus da Silva
Monitores: César e Priscilla

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo			X			Questionário respondido, audição feita (curta) e ilustração iniciada.
Caderno da Realidade		X				Com relatório do Sr. João
Caderno de Acompanhamento		X				Prática pelo do estudante
Atividades para casa	X					Em dia
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						Em construção
Zootecnia						Em construção
Agricultura						Em construção
Pomar						Em construção
Gestão						Em construção
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal			X			
Sectores produtivos			X			Não relacionamos a horticultura
Lixo		X				
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família	X					
Colegas		X				Relação da bagunça no quarto (4)
Projetos a serem acompanhados						
Planejado						
Executado						
Especificações						
Observações						Em construção. Ainda não possui para as atividades em casa
Relatório entregue						
Sim						
Não						X



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Laizane Daddie Nete Série: 1º ANO Região
Horário da visita: 07h Data: 20/03/23 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Cristiane Daddie e Jéssica Batista Gonçalves
Monitores: Cézar e Luísa

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo				X		está com dificuldade de desenvolver os estudos
Caderno da Realidade				X		mentes da PA
Caderno de Acompanhamento				X		está fazendo em parceria com ajuda da Anderson, ainda não
Atividades para casa	X					da: Caderno de Geografia está atrasado

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						-
Zootecnia						-
Agricultura		X				Atividade sobre solo
Pomar						-
Gestão						-

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal		X				
Sectores produtivos		X				
Lixo		X				

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família		X				
Colégas		X				

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
Projeto farmácia verde	X	X		lavar mudas de planta e realizar a pesquisa	Sim	Não

Cadernos para o

Projeto experimental					Ainda não foi parado		
Outros							

Observações da Família

João Batista disse que quer que o hógar diferente bem os 3 anos da escola para ter uma boa formação e que a visita foi importante para oientar pois ele não sabia das dificuldades da vida em relação aos cadernos mas que eles vão pagar firme e organizar todos.

Observações dos Monitores

Os estudantes ajudam na vida com o poder de ter, e nos monitoramos. Este tem o objetivo de estudar a ajuda na vida com o poder de ter, e nos monitoramos. Este tem o objetivo de estudar a ajuda na vida com o poder de ter, e nos monitoramos.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

- A PROBLEMATICA POSSUI UM GRUPO DE ESTUDO POTENCIAL DE PRÁTICAS-EXPERIÊNCIAS, MES, HOEM
- Aprender a cuidar do corpo humano.
- Definir o MATERIAL PEDAGÓGICO.

Assinatura do estudante e da família

João Batista Gonçalves Lopes, João Batista Lopes, João Batista Lopes

Assinatura dos monitores

João Batista Gonçalves Lopes, João Batista Lopes, João Batista Lopes



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante Philippe Emmanuel Gomes Nêbe Série 1º ANO Região Caturixes
Horário da visita 14h Data: 20/03/23 Município: Duizena
Responsáveis pelo estudante: Manuel Gomes Nêbe e Luciana Gomes dos Santos
Monitores: César e Luísa

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS					
	O	MB	B	R	P
Plano de Estudo				X	
Caderno da Realidade				X	
Caderno de Acompanhamento			X		
Atividades para casa		X			
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO					
Olericultura					
Zootecnia					
Agricultura		X			
Pomar					
Gestão					
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA					
Quintal					
Setores produtivos					
Lixo					
RELAÇÕES INTERPESSOAIS					
Família	X				
Colegas			X		
Tem dificuldade de lidar com a realidade mas aos poucos está começando a entender e lidar com ela					
Projetos a serem acompanhados		Planejado	Executado	Especificações	Observações
Projeto farmácia verde		X	X	Atividade de culinária e artesanato	
					Relatório entregue
					Sim Não



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Filipe Pereira de Jesus Série: 2º ANO Região: Fimura
Horário da visita: 15:00 Data: 15:03 Município: Crangol
Responsáveis pelo estudante: Marcia Claret
Monitores: Arley e Mariana

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Cademo da Realidade		X				Mãe deixou o caderno (acompanhamento)
Cademo de Acompanhamento						am da
Atividades para casa		X				em andamento

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal		X				
Sectores produtivos		X				
Lixo		X				

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família				X		
Colegas						

Relatado em anexo ao familiares

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta										

[illegible]

Terma em fase estágio com o Dabam.

OK.

Observações da Família

Observações dos Monitores

Observações dos Monitores

- havia poucas atividades na propriedade.

Encaminhamentos (lembrar de prever no Caderno de Acompanhamento)

- Definir el proyecto experimental
- Analizar el proceso de trabajo

Assinatura do estudante e da família

Killing Persim & Silva
Maria Clara Machado & Silva

Assinatura dos monitores

Assinatura dos prelores
Delly Fernandes Pereira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Mary Monique Breixo Série: 2º ANO Região: Cidade
Horário da visita: 9:30 Data: 13-09-22 Município: Padre Bernardo
Responsáveis pelo estudante: Flávia Rodrigues Pimentel
Monitores: Priscilla e Anderson

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo				X		Questionário respondido. Folha ilustração, organização e compilação o instrumento. Relatórios informais e superficiais. em execução			
Caderno da Realidade				X					
Caderno de Acompanhamento				X					
Atividades para casa			X						
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura									
Zootecnia				X		1ª APM (Folha obs medicamentos) não foi feita. 2ª em execução			
Agricultura									
Pomar									
Gestão									
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal									
Sectores produtivos						Não se aplica			
Lixo									
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família				X		Não sabia ignorância por parte do Mary			
Colegas			X						

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue.	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P		Sim
Projeto Horta Projeto experi- mental			Cultivo de alface - comparando adubos com uso de terra e de covaio. Ainda em execução			X				X

Estágio (80h) Projeto Família Cidade	X		Belo, Barbosa, Sete deas.					X	
Caderno Zootécnico									
Outros									
Compostagem	X		Fez em dois lugares. Sem dificuldade						

Observações da Família
 Mãe, filha que o comportamento do Harry melhorou após a conversa/conduzida
 disciplinar. Não que conseguiu falar sobre o que ele não entendia muito.

Observações dos Monitores

Compreendo sobre organização da escola e oportunidades para a vida do Harry, disciplina
 e condutas na escola.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

- Analisar os grupos do projeto experimental e registrar
- Tomar os registros mais técnicos e gerais

Assinatura do estudante e da família

Alécia R. Pimentel
 Harry Rodrigues Bezerra

Assinatura dos monitores

Francilla C. de Oliveira Dias / Clauden Martins Sousa



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Daniel Pereira de Lima Série: 2º ANO Região: Mato Grosso
 Horário da visita: 12:55 Data: 03-05-2023 Município: Monte Quirinópolis
 Responsáveis pelo estudante: Alma Pereira Cardoso de Lima
 Monitores: Luciano e Teo

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo	X								
Caderno da Realidade	X								
Caderno de Acompanhamento	X								
Atividades para casa	X								
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura									
Zootecnia	X								
Agricultura	X								
Pomar									
Gestão									
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal		X							
Setores produtivos		X							
Lixo		X							
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família		Y							
Colegas		X							

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta	X		<u>Em um fase de revisão</u>							



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Juan Ferreira Gonçalves de Sousa Série: 2º ANO Região: Buitrago
 Horário da visita: 10h Data: 04/05/23 Município: Orizona
 Responsáveis pelo estudante: Oscar Ferreira de Sousa e Amanda Mª Gonçalves de Sousa
 Monitores: Anderson e Luiza

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo									
Caderno da Realidade	X					<u>Ainda não chegou o 2º bimestre</u>			
Caderno de Acompanhamento						<u>1º bimestre pronto</u>			
Atividades para casa	X								
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura									
Zootecnia	X					<u>Alimentação dos bovinos (práticas agropecuárias)</u>			
Agricultura									
Pomar	X					<u>despilha das bananas</u>			
Gestão									
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal	X								
Setores produtivos	X								
Lixo	X								
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família	X								
Colegas	X								
Cultivares utilizados ou área e local de estágio									
						<u>iniciada (planteio alface)</u>			
Avaliação de desempenho									
Relatório entregue									
Sim Não									
Executado									
Sim Não									
Projeto Horta									
X									

Estágio (80h)													
Cademo Zootécnico		X											
Outros	X												

Observações da Família
 Ananda relata que considera a escola excelente e que o huan também
 gosta muito e está mais adaptado a ficar fora de casa, é muito envolvi-
 do nas atividades da propriedade e que eles orientam e apoiam

Observações dos Monitores
 Percebemos que houve uma grande evolução tanto o nível pessoal, quanto
 na disponibilidade como estudante, tem perfil técnico e é responsável na exe-
 cução das atividades

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Cademo de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Ananda M^a Genalva da Sousa
 huan Tristão Gonçalves da Sousa

Assinatura dos monitores

Juadora Martins Gonçalves



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: João Victor Cozzella Vieira Série: 2º ANO Região: Praetório
 Horário da visita: 08:30 Data: 04/10 Município: Orizónia
 Responsáveis pelo estudante: Leandro e os seus Sebastião e Lourdes
 Monitores: Anderson e Luiza

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo			X			1º bimestre pronto; 2º bimestre iniciando			
Caderno da Realidade			X						
Caderno de Acompanhamento			X						
Atividades para casa	X					Ainda não foi feita a relação da última SE			
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura						planteio de hortaliças (alface, agrião, etc.)			
Zootecnia									
Agricultura									
Pomar	X					despolha das bananeiras			
Gestão									
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal									
Sectores produtivos									
Lixo									
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família		X				boa convivência			
Colegas		X							

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Hortá	X		Alface, Couve, Cebolinha, Alho, Cenoura, Rabanete, Chá, Pimenta, etc.							

Estágio (80h)								
		X						
Caderno Zootécnico								
Outros	X							

Observações da Família

Observações da Família
segundo o pai, os filhos estão convivendo melhor com a família, melhorou o diálogo, diminuiu as palavrões, contribuíam muito nas atividades esportivas e já conseguem perceber que os ensinamentos dentro da família quanto à escola, não para o bem deles

Observações dos Monitores

Observações dos Monitores

Alunos que há uma boa evolução em relação ao amadurecimento e valorização da formação que a escola oferece; estudante com bom perfil técnico e compatível com as atividades da propriedade

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Providencias e Itinerário

Presidência e estágio
Fazer relatório de projeto nesta

Assinatura do estudante e da família

Assinatura do estudante e da família
 Alexandre dos Santos Vieira
 João Vitor Cavaleiro

Assinatura dos monitores

^SArthur Audubon Martin Spangor



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante Karollan Divino Pereira da Cunha Série 2º ANO Região Pernambuco / Monte Grande
Horário da visita 09:30 Data 02/05/23 Município Pernambuco
Responsáveis pelo estudante: Luizimar Pereira Lima e Cláudia de Cunha Costa
Monitores: Leonor e Claudine

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo		X				Bem organizado.
Caderno da Realidade	X					Bem feito, e bem gravado;
Caderno de Acompanhamento			X			Apresenta boas ideias de organização e melhores resultados;
Atividades para casa	X					com enfoque em didática.
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						Não houve;
Zootecnia						Não houve;
Agricultura						Observa a classe de agricultura na propriedade;
Pomar						Não houve;
Gestão						Não houve;
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal			X			Organizado, meio limpo;
Sectores produtivos	X					Organizado, limpo, organizado e limpo;
Lixo			X			Não se observou muita sujeira;
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				
Colegas		X				

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta			100 m² de área							

Estágio (80h)			Está acompanhado para férias.									
Caderno Zootécnico	X		foi entregue.									
Pontos Presença Ausência	X											

Observações da Família

Observações dos Monitores

Estágio prático começa a seguir após a propriedade;
participa ativamente das atividades da criação da propriedade;
participa ativamente das atividades da propriedade sem aborrecer;
Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)
- aplica conhecimentos da propriedade;

Assinatura do estudante e da família

Diana Ferreira de Almeida
Fugueira da Silva da Cunha

Assinatura dos monitores

Andressa Martins Gonçalves



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Seda da Silva Lima Série: 2º ANO Região: Mandaguari
Horário da visita: 11:10 Data: 02/05/2023 Município: Mariporã
Responsáveis pelo estudante: Andréa Machado de Silva e Andréia da Silva Lima
Monitores: Andréa e César

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo	X					
Caderno da Realidade	X					Ben interpretação apenas de main gravações;
Caderno de Acompanhamento	X					Muito organizado e preciso; main gravações;
Atividades para casa	X					Muito organizado; refações bem feitas;

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal		X				
Setores produtivos	X					
Lixo		X				

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família						
Colegas						

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho		Relatório entregue

Projeto Horta										

Divisão, com plantas reais;



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Thiagus dos Santos Cavalcante Série: 2º ANO Região: Maniçatuba
Horário da visita: 15:30 Data: 02/05/23 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Valdineu e Luciane
Monitores: Andressen e César

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS					
	O	MB	B	R	P
Plano de Estudo					
Caderno da Realidade			X		
Caderno de Acompanhamento		X		X	
Atividades para casa			X		
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO					
Olericultura					
Zootecnia					
Agricultura					
Pomar					
Gestão					
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA					
Quintal	X				
Setores produtivos	X				
Lixo	X				
RELAÇÕES INTERPESSOAIS					
Família					
Colegas					

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta			<u>Está em processo de implantação;</u>							

[illegible]

Observações da Família

Observações da Família

9
O filho tem problemas de comportamento em sala de aula, tem enurese e fezes duras. O pai é alcoólatra e tem problemas de saúde. O filho tem problemas de comportamento em sala de aula, tem enurese e fezes duras. O pai é alcoólatra e tem problemas de saúde.

Observações dos Monitores

Observações dos Monitores

Os monitores colocaram para o dia 11 de maio em preparação, colocou a frente das chuzidões e a disposição que seria a forma, a produção e a aplicação da embalagem para o seu futuro.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

- Poets Hobbies
- Religion very ~~very~~ important
- Culture a part of a civilization, so should not be neglected

Assinatura do estudante e da família

Assinatura do estudante e da família

Adalberto P. J. Coimbra

Mozes - Universidade Santa Cecília

Assinatura dos monitores

Assinatura dos monitores
Andersson Martins Souza

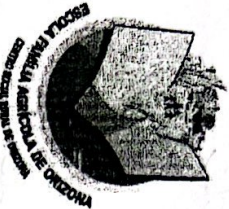


FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÂNIA

Estudante: Eduardo Pereira Gonçalves Série: 2º ANO Região: Bachoeira
 Horário da visita: 10:30 Data: 28-03-23 Município: Orizânia
 Responsáveis pelo estudante: Mário e Suzana
 Monitores: César e Paicilla

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo									
Caderno da Realidade						Feito.			
Caderno de Acompanhamento	X					Caderno não avaliado. Está com papo César muito organizado e em dia.			
Atividades para casa						em discussão			
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura						Não há.			
Zootecnia (Nutrição)						Ainda não se sabe nada.			
Agricultura									
Pomar									
Gestão						Não há.			
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal			X						
Setores produtivos			X						
Lixo			X						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família			X						
Colegas			X						

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta		X	Área delimitada. Está preparando a área.							



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Guilherme Santos Ribeiro Série 1º ANO Região: Pernambuco
Horário da visita: 8:30 Data: 29/03/2023 Município: Ouricuri
Responsáveis pelo estudante: Guilherme Santos Ribeiro e Sandra
Monitores: Guilherme e Sandra

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo		x				está com profusa lição
Caderno da Realidade		x				
Caderno de Acompanhamento		x				
Atividades para casa		x				

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						iniciando a planta e atividade
Zootecnia						terminar a lista de atividades
Agricultura			x			
Pomar			x			
Gestão			x			

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal			x			muito produção
Setores produtivos			x			realizar produção
Lixo			x			

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família		x				
Colegas		x				

Projetos a serem acompanhados	Planejado	Executado	Especificações	Observações	Relatório entregue	
Projeto farmácia verde	x		Projeto papel	Família em papel	Sim	Não



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Alcides Polina Mendes Oliveira Série: 2º ANO Região: Mata Velha
Horário da visita: 13:30 Data: 18/04/2023 Município: Paragominas
Responsáveis pelo estudante: Luanda Claiter de Oliveira e Luciana de Fátima Mendes Oliveira
Monitores: Luiz Carlos e Kelly

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS					
	O	MB	B	R	P
Plano de Estudo	☒				
Caderno da Realidade	☒				
Caderno de Acompanhamento	☒				
Atividades para casa	☒				
OBSERVAÇÕES					
Bem trabalhado, com todos os etapas e atividades; Muitas ilustrações e textos com produções; Caderno organizado e com bem trabalhado; Não chega bem atividades em alguns momentos;					
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO					
Olericultura					
Zootecnia					
Agricultura					
Pomar					
Gestão					
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA					
Quintal					
Sectores produtivos					
Lixo					
RELAÇÕES INTERPESSOAIS					
Família					
Colegas					

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho					Relatório entregue
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	
Projeto Horta			Melhorar horta, falta organização do espaço.						

Estágio (80h)	X		feito na Buitra																	
Caderno Zootécnico	X		foi entregue																	
Outros																				

Observações da Família

Observações dos Monitores

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Lucas de F. Mendes Oliveira Andre Victor de Oliveira

Alic Helena Mendes Oliveira

Assinatura dos Monitores

Antônio Fernandes



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Lucas Antônio Lopes de Castro Série: 2º ANO Região: Pontalinas
 Horário da visita: 08:05 Data: 16/05/23 Município: Orizônia
 Responsáveis pelo estudante: Antônio Elmar de Castro e Dorilene de Santana Lopes de Castro
 Monitores: Andressa e César

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS									
	O	MB	B	R	P	Observações			
Plano de Estudo			X			Foram realizados, após ter, mais conteúdos e melhor;			
Caderno da Realidade			X			Caderno produzido melhor, ilustrado, e com mais conteúdos;			
Caderno de Acompanhamento			X			Foram realizados, após ter, mais conteúdos e melhor;			
Atividades para casa	X					Realizações em atividades, com muita responsabilidade;			
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO									
Olericultura						Iniciou projeto hortas;			
Zootecnia						Realizações de observações;			
Agricultura						Realizações produzidas das bananeiras;			
Pomar						" " " " " "			
Gestão						" " " " " "			
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA									
Quintal									
Setores produtivos	X								
Lixo									
RELAÇÕES INTERPESSOAIS									
Família	X								
Colegas		X							

Acompanhamentos	Executado		Cultivares utilizados ou área e local de estágio	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Sim	Não		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta										
Em mãos.	x		Alface, tomate;							x

Estágio: Realizado no círculo vegetal. Já encerrou a entrego e relações;

Calendário Zootécnico: 300 mas não entregou;

Projeto Experimental: 503. porém não deu ante e não encerrou o relatório, tem fotos e dados. Foi enviado ao encerrar no cinco do que produziu;

Observação das mentes: A segunda tem mãe de obra típica familiar, com grande produção de leite para o consumo próprio, também produziu leite com mãe de obra familiar, há no quintal grande quantidade de produtos.

Encomendamentos: Conhecer o projeto experimental, estudar as pragas da propriedade;
Observação da família: Os quatro marceiros estão gerando grande problema, ou seja os guardas.

Crimes da família: O crime de latência de obras Castro, Lucas Antão; Lopes de Castro, Mariana Lopes de Castro

Crimes da família: Anderson Martins Gonçalves, 



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÂNIA

Estudante Brune Loure Vieira Série 3º ANO Região Pernambuco
Horário da visita 10:30 Data: 22/03/2023 Município: Ouricuru
Responsáveis pelo estudante: Rogério e Jean Batista
Monitores: Jandira e Jandira

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						Não se aplica
Caderno de Acompanhamento						Não se aplica
Atividades para casa	X					Não atende

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						Não houve
Zootecnia						Não houve
Agricultura						Não houve atividade no gado leiteiro
Pomar						Não houve
Gestão						Não houve

ORGANIZAÇÃO ETIMPEZA

Quintal						
Setores produtivos						
Lixo						
Família						
Colegas						

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho					Relatório entregue
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	
Projetos e estágios anteriores	X		Projetos & Estágios anteriores						X
	X		Projetos & Estágios anteriores						X

PPJ	X		Em dia e organizado							
Caderno Zootécnico		X	Atravada, falta adicionar informações,							
Outros	X		Estágio 3º ano incompleto;							

Observações da Família
 Excede a função e papel de formador com o estudante, e é importante para o mesmo da campo;

Observações dos Monitores
 Trabalho em equipe e importância na proximidade; falta abertura para o desenvolvimento maior capacidade de observação e proximidade. Um problema para transformar e avaliar também a prática, mas é limitado pelo;
 Mecanismos de monitor de preencher no Caderno de Acompanhamento)
 - Realizar visitas exemplares;
 - Realizar Relatório de estágio 2º ano;

Assinatura do estudante e da família
 Bruno Lucas Lima, João Batista Vieira,
 Raquel Aparecida da Silva Almeida
 Assinatura dos monitores
 Sandra Ferreira, Natália Souza.



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante Emily Mendes Viegas Série 3º ANO Região Luziápolis
Horário da visita 09:00 Data: 22/09/2023 Município: Luziápolis
Responsáveis pelo estudante: Adilson e Lina Mariana
Monitores: Jandira e Janderson

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						<u>Não se aplica</u>
Caderno da Realidade						<u>Não se aplica</u>
Caderno de Acompanhamento	X					<u>Não produz relatório; com produção a contento;</u>
Atividades para casa		X				

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						<u>Não houve</u>
Zootecnia						<u>Não houve</u>
Agricultura			X			<u>Não realizar caninos.</u>
Pomar						<u>Não houve</u>
Gestão						<u>Não houve</u>

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal				X		
Setores produtivos				X		
Lixo			X			

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família		X				
Colegas		X				

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores	X		<u>Grupo Experimental</u>						X	
	X		<u>Projeto Horta</u>						X	
	X		<u>Estágio 2º ano</u>						X	
	X		<u>Estágio 3º ano</u>						X	

PPJ	X		Diagnóstico realizado e em processo de correções;										
Caderno Zootécnico		X	Releu o caderno e não desenvolveu outros!										
Outros													

Observações da Família

A família falou da certificação que vai aceitar.

Observações dos Monitores

Estávamos falando de desenvolver mais na propriedade. Mas a prática e
precisa de convicção mais sobre sua importância pessoal.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Adilson Vaz da Costa
Família Mendoça Vaz

Assinatura dos monitores

Frederico Martins Souza
Silviana



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÓNIA

Estudante: Maria Eduarda de Carvalho Pereira Série: 3º ANO Região: Taguaçuara de Cima
Horário da visita: 12:35 Data: 11/04/2023 Município: Orizónia
Responsáveis pelo estudante: Luiz Paulo Carvalho Pereira e Joze Geraldo Pereira
Monitores: Andresson e Jhuan

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						Não se aplica
Cademo da Realidade						Não se aplica
Cademo de Acompanhamento	X					Bom acompanhamento e com o material;
Atividades para casa		X				Não demonstrar aflição na entrega;
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal			X			
Setores produtivos		X				
Lixo			X			
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família						
Colegas						

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho					Relatório	
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores	X		Projeto Equinocidade						X	
	X		Estágio 2º ano						X	
	X		Projeto Norte						X	

[illegible]

Observações dos Monitores

Assinatura do estudante e da família

Assinatura dos monitores



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante Maria Anderson Pereira da Silva Série 2º ANO Região Furmeira
Horário da visita 11:30 Data: 03-10-22 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Alba
Monitores: Anderson e Priscilla

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS														
	O	MB	B	R	P	Observações								
Plano de Estudo						Feito								
Caderno da Realidade						Entregue aos professores motivadores do PC.								
Caderno de Acompanhamento	X													
Atividades para casa	X					Têm sido ajudada, um pouco de dificuldade não vejo								
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO														
Olericultura						NÃO								
Zootecnia						NÃO								
Agricultura						NÃO								
Pomar	SAF	X				Feito								
Gestão						NÃO								
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA														
Quintal														
Setores produtivos														
Lixo														
RELAÇÕES INTERPESSOAIS														
Família														
Colegas		X				Sem reclamação								
Cultivares utilizados ou área e local de estágio														
Acompanhamentos	Executado							Avaliação de desempenho				Relatório entregue		
	Sim	Não						O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projeto Horta	X		Alface, coureiro, cebolinha, couve e moranga - plantada na casa dos pais, com ajuda do irmão							X				X

Estágio (80h)		X	Preferde fazer na Fazenda Santa Bárbara (1º ano de curso), na área de bovinocultura leiteira.							
Caderno Zootécnico	X		Entregue.							
Outros			Comprei diferentes variedades híbridas no cultivo de alface				X			
PC								X		

Observações da Família
 Kidomom da ausência de prática de plantio na escola quanto na propriedade.

Observações dos Monitores
 Mônica Andrade tem ficado parte da semana "corta dos pain e parte na semana da fila, acaba não acompanhando muito em nenhuma das propriedades.

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)
 → Fazer uma acompanhamento melhor uma das propriedades um que mora (frequentemente), se envolver e compreender a atividade produtiva.

Assinatura do estudante e da família
 Mônica Andrade e Mônica
 Assinatura dos monitores
 Mônica C. de O. Dias e Anderson Martins Gonçalves.



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante Maria Andressa Corvêde Silva Série 3º ANO Região Caravelas (Baz. Amambara)
Horário da visita 10:00 Data: 11/02/13 Município: Caravelas
Responsáveis pelo estudante: Caravelas da Silva Barros e
Monitores: Cyano e Anderson

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						<u>Mapa de aplicação;</u>
Caderno de Acompanhamento	<u>X</u>					<u>Mapa de aplicação; jogos de evocação;</u>
Atividades para casa		<u>X</u>				<u>Mapa de aplicação;</u>

ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO

Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

Quintal			<u>X</u>			
Setores produtivos		<u>X</u>				
Lixo				<u>X</u>		

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Família						
Colegas						

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores	<u>X</u>		<u>Projeto Experimentar Estágio 2º ano Projeto Horta</u>						<u>X</u>	

PPJ	x		Falta corrigir o Diagnóstico.							
Caderno Zootécnico		x	Este está atualizando!							
Outros			Encaminhando para redigir com João!							
Estágio 3º ano										

Observações da Família

Observações dos Monitores

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Assinatura do estudante e da família

Yara Andressa Lima da Silva
e. Faculdade da Silva Barros

Assinatura dos monitores

Andressa Mariana Gomes



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: João Luiz Gonçalves do 1º Olieiro Série: 3º ANO Região: Padre Arnaldo
Horário da visita: 14:30 Data: 07/07/2023 Município: Padre Arnaldo
Responsáveis pelo estudante: Sandra e Paulo
Monitores: Adriana, Michelli, Juciana e Joviana

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						<u>Não jog</u>
Caderno de Acompanhamento				X		<u>Não jog</u>
Atividades para casa			X			<u>Quem na turma esse e estudar mais relatórios</u>
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						<u>nao tem</u>
Zootecnia		X				
Agricultura		X				
Pomar				X		<u>Sim mangos e</u>
Gestão			X			<u>certos da vida e estrado</u>
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal			X			
Setores produtivos			X			
Lixo			X			
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família	X					
Colégas	X					<u>sem relacionamento</u>

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho						Relatório entregue
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores			<u>acompanhando atividades 12 anos - 2º e 3º ano</u>			X				X

PPJ			Identes de pesos estipulados								
	X						X			X	
Caderno Zootécnico	X						X			X	
Outros											

Observações da Família
 O pai da mulher nasceu cedo e aos quinze se casou e aprendendo a aprender

Observações dos Monitores

Os monitores realizaram a visita no programa de saúde, tem uma grande oportunidade de aprender e fazer o que quiser, melhorar os relacionamentos no caso de descompasso de trabalho de saúde.

Encaminhamentos (lembra de preencher no Caderno de Acompanhamento)

Levando o relatório / estágio de 2º série e 3º série para não atrasar e prejudicar os alunos e PPJ.

Assinatura do estudante e da família

Assinatura do estudante
 e José Luiz Brandão

Assinatura dos monitores

Assinatura dos monitores
 Juliana Pereira, André



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante: Elizabeti Nita Martins de Souza Série 3º ANO Região _____
Horário da visita: 08:30 Data: 07/04/23 Município: Adolfo Benvenuto
Responsáveis pelo estudante: Reisidônio e Jegeraldo
Monitores: Michelle

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Cademo da Realidade						
Cademo de Acompanhamento		X				relatório SE já estava pronto
Atividades para casa						
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						entregou para a Brasília atualizado
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal						
Setores produtivos						
Lixo						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família						
Colegas						

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho					Relatório	
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores										



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA

Estudante Henrique Cabril Genes Souza Série 3º ANO Região Região 1 Fiumeira
Horário da visita 10:40 Data: 10/03/23 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Leandra Pereira de Souza e Rosângela de Fátima Campos Souza
Monitores: Núscilla e Luiza

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						
Caderno de Acompanhamento				X		
Atividades para casa		X				<u>tem apenas 1 rubrica de SE e 1 de SF em dia, esta com dificuldade em física</u>
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal						
Setores produtivos						
Lixo						
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				
Colégas		X				

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho de execução					Relatório entregue	
	Em dia	Atrasado		O	MB	B	R	P	Sim	Não
Projetos e estágios anteriores			<u>não há pendências</u>							

[illegible]

Observações da Família
A família sulista que houve desenvolvimento social e comunicativo, deu a entrada da na escola. Porém não há envolvimento na propriedade, opunido pelo estudante e pela família e alguns não se o loco del. Relataram de tutoria, relatando que no ano passado ele desenvolveu muito e neste ano trouxe. Relataram de com unicação falta de retorno no

- Não há perfil apropriado
- Falta desenvolver e trabalhar na interação com os colegas

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

→ Fozer codurno zooficnico

→ Fazer a dobra do PP4 (Planejamento estratégico e Político do projeto)

→ 5. organizar um projeto de obrações voluntárias do (grupo) zoológico

→ Importação o estágio do 3º ano

Assinatura do estudante e da família

Assistatua do estudante e da família

Assinatura dos monitores

Assinatura dos monitores
Princilla C. de Oliveira



FICHA DE VISITA ÀS FAMÍLIAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZÔNIA

Estudante: Julia Ceres Souza de Jesus Série: 3º ANO Região: Barra
Horário da visita: 08:40 Data: 10/08/23 Município: Orizônia
Responsáveis pelo estudante: Marcinez Maia de Souza e Alexandre Santos de Jesus
Monitores: Priscila e Julia

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS						
	O	MB	B	R	P	Observações
Plano de Estudo						
Caderno da Realidade						
Caderno de Acompanhamento		X				
Atividades para casa		X				
ATIVIDADES DE RETORNO AO MEIO						
Olericultura						Ainda não foi passado
Zootecnia						
Agricultura						
Pomar						
Gestão						
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA						
Quintal		X				
Setores produtivos		X				As bananeiras estão precisando de limpeza
Lixo		X				
RELAÇÕES INTERPESSOAIS						
Família		X				
Colegas		X				

Acompanhamentos	Status		Especificações	Avaliação de desempenho						
	Em dia	Atrasado		de execução					Relatório entregue	
Projetos e estágios anteriores		X	não fez o projeto experimental	O	MB	B	R	P	Sim	Não

[illegible]

Observações da Família

Observações da Família ^{do} que a Julia ajuda das da propriedade e se relaciona bem
em casa, às vezes deixa de fazer atividades por dificuldades mas
não fala com o professor, ela está sempre acompanhando e discutindo
para não atrasar.

Observações dos Monitores

Observações dos Monitores
Observamos que o Jullio está interessado na PPT, orientamos que
fazia o papelista este ultimo ano e buscar cursos e estratégias
na área de projeto

Encaminhamentos (lembrar de preencher no Caderno de Acompanhamento)

- Sugestões: realizar o projeto experimental na produção de quique murumú
- Comparar a tarefa do PPT - Planejamento estratégica e definição do projeto
- Informar sobre estágio da 3ª série

Assinatura do estudante e da família

Assinatura do estudante e da família

Assinatura dos monitores

5